

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS

O LIVRO E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO EM ALAGOAS:
do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública

MACEIÓ – AL
2012

ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS

**O LIVRO E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO EM ALAGOAS:
do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Linha de Pesquisa: História e Política da Educação. Grupo de pesquisa: Caminhos da Educação em Alagoas. Orientadora: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.

**Maceió
2012**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

- S2371 Santos, Roselito de Oliveira.
O livro e o processo civilizatório em Alagoas : do Gabinete de Leitura à biblioteca pública / Roselito de Oliveira Santos. – 2012.
156 f. : il.
- Orientador: Elione Maria Nogueira Diógenes.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2012.
- Bibliografia: f. 124-130.
Anexos: f. 131-156.
1. Gabinete de Leitura - Alagoas. 2. Biblioteca pública - Alagoas. 3. Leitura e escrita - História. 4. Processo civilizador. I. Título.

CDU: 37:028(09)(813.5)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

O Livro e o Processo Civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública.

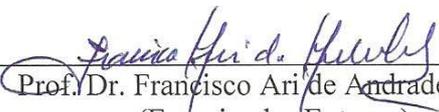
ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 06 de julho de 2012.

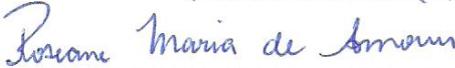
Banca Examinadora:



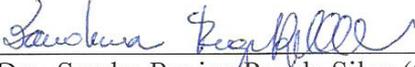
Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (UFC)
(Examinador Externo)

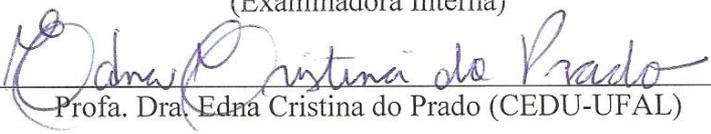


Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (CEDU-UFAL)
(Examinadora Externa)



Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva (CEDU-UFAL)
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. Rosemeire Reis da Silva (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)



Profa. Dra. Edna Cristina do Prado (CEDU-UFAL)

DEDICO ESPECIALMENTE:

À minha Mãe Dalva de Oliveira, sempre a ‘alumiar’ o meu caminho, e que saiu de cena na madrugada de 24/12/2011, [passando de “mentora intelectual à mentora espiritual”] voltando a ocupar seu lugar na constelação estelar do espaço infinito (para onde vão – certamente – todas as mães devotadas!).

À Profa. Dra. Elione Diógenes por tudo de bom que me proporcionou ao longo deste trabalho.

Aos meus queridos **irmãos e irmãs, sobrinhos, sobrinhas, Tia, cunhada e prima** [que também partiu antes de ver o presente projeto construído], que sempre me apoiaram em tudo que apontasse para o bom e o bem, intenção permanente de promoção da paz interior e familiar, e **Deus**, ‘sobre todas as coisas’.

E para: “GAMV”... promessa (e reciprocidade) de *mil carinhos e muito respeito...*

AGRADEÇO COM CARINHO:

A diletta orientadora desta dissertação, Profa. **Elione Diógenes**, paciente e diligente comigo até o momento final do trabalho;

Ao grupo Caminhos de Educação em Alagoas pela oportunidade de compreender o movimento da história;

Reverência para todos os professores que passaram pela minha vida escolar, desde a Dona Margarida da 4ª série primária (em Penedo, AL), até a Profa. Graça Loyola (PPGE/UFAL);

Nesse intervalo é impossível listar todos/as, mas alguns nomes têm que ser mencionados, como exemplo de profissionalismo nos quais sempre tentei me espelhar durante a graduação em Biblioteconomia na mesma instituição:
Profas. Silvia Cardeal; Sueli Goulart; Marlene de Oliveira; Lourdes Lima; Cléa Costa e Graça Targino;

Na pós -graduação ainda é necessário afirmar o nome do Prof. Élcio Verçosa – referência para mim no seu entendimento histórico-intelectual das Alagoas;

Aos professores e colegas do PPGE, sem os quais a tarefa não teria sido cumprida, certeza de que “ninguém é feliz sozinho!”;

Ao Prof. Eraldo Ferraz, com seu ‘inquisidor apoio’ no momento em que se deu a “crise da pesquisa”.

A todas as pessoas que perpassaram todo o percurso sofrido das pesquisas, nas suas instituições; no mundo virtual; no apoio material e moral, sempre me estimulando a seguir rumo ao título tão almejado: o fazer diário de todos vocês é muito importante para os pesquisadores!

Aos meus colegas Bibliotecários/as que sempre de uma forma ou de outra torceram por mim.

Aos amigos que sempre estiveram presentes em minha vida, incentivando a caminhada. Não vou citar nomes, posto que estão, todos no coração!

Aos Funcionários/as do PPGE, bolsistas e efetivos, pela sempre boa acolhida.

Aos servidores da Biblioteca Central da UFAL, com os quais convivo há 15 anos e com eles/elas aprendi a ‘riqueza da profissão’ do Bibliotecário.

E especialmente à Profa. Nádia Amorim, primeiro estímulo intelectual e ímpar afinidade espiritual.

À Profa. Dra. **Edna Prado** pela apreciação crítica a este estudo;

À Profa. Dra. **Rosemeire Reis**, pela leitura crítica deste trabalho;

À Profa. Dra. **Roseane Amorim**, pela sempre decidida alegria;

À Profa. Dra. **Sandra Paz**, pela sempre distinta crítica;

[Sem essas Mulheres Extraordinárias, o ciclo não se fecharia!]

Agradecimento ao prof. Dr. Francisco Ari de Andrade, e

À Suplente desta banca Profa. Dra. Maria Inalda Santos.

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua visão; o telefone é a extensão de sua voz; em seguida, temos o arado e a espada, extensões de seu corpo. O livro, porém, é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação. (JORGE LUIS BORGES, 1982).

A leitura leva ao conhecimento melhor do mundo, através dos sinais gráficos funcionando como propulsora da evolução cerebral e desenvolvimento dos raciocínios que levam à educação e conseqüentemente à civilização. (NÁDIA AMORIM, 2012).

A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro. (MACHADO DE ASSIS, 2008).

Deslizamentos, sobreposições... Quando o historiador do livro olha para trás, deve ser prudente ao definir transformações passadas. Hoje, ele continua utilizando o vocabulário do geólogo, é preciso que procure uma palavra mais radical para definir aquilo que está ocorrendo. Trata-se de um corte, uma fratura. Desde logo, porque o objeto escapa à apreensão da história material tal como ela sabia outrora, abordar e definir o livro. (CHARTIER, 1998).

O passado é um imenso livro, cheio de preciosos tesouros; atendendo a esta verdade, todos os povos sempre tiveram suas tradições em muita conta, e sempre puseram grande empenho em salvá-las do olvido (CAROATÁ, 2004).

RESUMO

A pesquisa trata do surgimento do Gabinete de Leitura em Maceió/AL em meados do século XIX, portanto, politicamente o país encontrava-se sob a égide da monarquia. A partir do ponto de vista histórico, o estudo traça uma narrativa de longa duração sobre o sistema de escrita e posteriormente do nascimento do livro e sua evolução no contexto das sociedades de civilização avançada. Especificamente, a preocupação científica revela-se no sentido de relacionar o surgimento do livro e da leitura numa perspectiva civilizatória com base nas ideias de Norbert Elias (1897/1990). A investigação foi levada a efeito por meio de sucessivas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas assim como à Biblioteca Pública do Estado de Alagoas e Arquivo Público Estadual. Em tais espaços tivemos acesso a um rico material que denotou a realidade do Gabinete de Leitura e sua transição na atual Biblioteca Pública. Esse processo histórico contou com a participação dos intelectuais adeptos do positivismo José Correia da Silva Titara, Thomas do Bomfim Espíndola e Alexandre José de Melo Moraes. O tratamento metodológico configurou-se na coleta de documentos antigos e na apreensão das principais informações. O fundamento teórico do estudo ficou a cargo de estudiosos como Bloch (2001), Chartier (1998), Certeau (1982), Farge (2009), Costa (2011), Verçosa (2006) e Madeira (2005, 2008, 2010, 2011). Outros estudiosos do campo da Biblioteconomia foram visitados como Higounet (2003), Sampaio (2009), Campos (1994), Martins (1998) e Schwarcz (2001). Chegou-se à seguinte conclusão: a escrita e a leitura são elementos importantes da cultura ocidental civilizada. No caso alagoano, o Gabinete de Leitura em seus oito anos de vida não conseguiu se materializar na vida cotidiana dos maceioenses pelo simples fato de que, aqui, a cultura elitista não permitiu sua democratização. Entretanto, não podemos negar sua importância no cenário civilizatório e sua transformação em Biblioteca Pública Estadual.

Palavras-chave: Gabinete de Leitura. Biblioteca Pública. Leitura. Processo Civilizador.

ABSTRACT

The research deals with the emergence of the Office of Reading in Maceió / AL in the mid-nineteenth century, therefore, politically the country was under the aegis of the monarchy. From the historical point of view, the study provides a long narrative about the writing system and later the birth of the book and its evolution in the context of the societies of advanced civilization. Specifically, the concern appears to be scientific in order to relate the appearance of books and reading perspective of civilization based on the ideas of Norbert Elias (1897/1990). The investigation was carried out by means of successive visits to the Historical and Geographical Institute of Alagoas as well as the State Public Library and Public Archives of Alagoas State. In such areas had access to a wealth of material, what showed the reality of the Office of Reading and its transition in the current Public Library. This historical process with the participation of intellectuals adherents of positivism Titara da Silva, Thomas and Alexander Bomfim Espíndola José de Melo Moraes The methodological approach was configured in the collection of ancient documents and the seizure of key information. The theoretical foundation of the study was done by scholars such as Bloch (2001), Chartier (1998), Certeau (1982), Farge (2009), Costa (2011), Verçosa (2006) and Madeira (2005, 2008, 2010, 2011 .) Other scholars in the field of librarianship were visited as Higounet (2003), Sampaio (2009), Campos (1994), Martins (1998) and Schwarcz (2001). Was reached the following conclusion: writing and reading are important elements of civilized Western culture. In the case of Alagoas, the Office of Reading in its eight years of life failed to materialize in the daily life of maceioenses the simple fact that here the elitist culture did not allow its democratization. However, we can not deny its importance in the civilization and its transformation into State Public Library.

Keywords: Office of Reading. Public Library. Reading. The civilizing process.

RESUMEN

El estudio aborda el surgimiento de la Oficina de la lectura en Maceió / AL a mediados del siglo XIX, por lo tanto, políticamente el país estaba bajo la égida de la monarquía. Desde el punto de vista histórico, el estudio ofrece un relato largo sobre el sistema de escritura y más tarde el nacimiento del libro y su evolución en el contexto de las sociedades de la civilización avanzada. En concreto, la preocupación parece ser científica con el fin de relacionar la aparición de los libros y la perspectiva de la lectura de la civilización sobre la base de las ideas de Norbert Elias (1897/1990). La investigación fue llevada a cabo por medio de sucesivas visitas al Instituto Histórico y Geográfico de Alagoas, así como la Biblioteca Pública del Estado y los Archivos Públicos del Estado de Alagoas. En estas zonas se tuvo acceso a una gran cantidad de material, lo que mostró la realidad de la Oficina de la lectura y su transición en la Biblioteca Pública actual. Este proceso histórico con la participación de los intelectuales partidarios del positivismo Titara da Silva, Thomas y Alexander Bomfim Espíndola José de Melo Moraes El enfoque metodológico se ha configurado en la colección de documentos antiguos y la incautación de la información clave. El fundamento teórico de este estudio fue realizado por los académicos como Bloch (2001), Chartier (1998), Certeau (1982), Farge (2009), Costa (2011), Verçosa (2006) y Madeira (2005, 2008, 2010, 2011.) Otros estudiosos en el campo de la bibliotecología fueron visitados como Higounet (2003), Sampaio (2009), Campos (1994), Martins (1998) y Schwarcz (2001). Se llegó a la conclusión siguiente: la escritura y la lectura son elementos importantes de la cultura occidental civilizada. En el caso de Alagoas, la Oficina de la lectura en sus ocho años de vida no se materializó en la vida cotidiana de maceioenses el simple hecho de que aquí la cultura elitista no permitía su democratización. Sin embargo, no podemos negar su importancia en la civilización y su transformación en Biblioteca Pública del Estado.

Palabras clave: Oficina de la Lectura. Biblioteca Pública. Lectura. Del proceso civilizador.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Detalhe da Bíblia de 42 linhas de Gutemberg [Velho Testamento].

Figura 2: Papiro egípcio.

Figura 3: Modelo antigo de uma imprensa.

Figura 4: Vista parcial da Rua do Comércio em Maceió no século XIX.

Figura 5: Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Figura 6: Folha de rosto de: BURLAMAQUE, Dr. F.L.C. *Aclimação do dramadarios nos sertões do norte do Brasil, e da cultura tamareira*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

Figura 7: Folha de rosto de: MELLO MORAES, Alexandre José de. *O Brasil histórico: jornal histórico, político, litterario e de propaganda homeopatica*, 1864. Tomo I.

Figura 8: Folha de rosto de: MELLO MORAES, Alexandre José de. *Chorografia histórica, chronografia genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* contando... Rio de Janeiro: Typografia Pinheiro, 1866. 446p. tomo I.

Figura 9: Folha de rosto de: JESUS, Raphael. *Castrioto Luzitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654...* Pariz: J.P.Aillaud, 1844. 605p.

Figura 10: Folha de rosto de: ANTONIL, José João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas dos modos de fazer o assucar...* Lisboa: O.R.D, 1711. 205p.

Figura 11: Folha de rosto de: A DECLARAÇÃO DE MAIORIDADE DE S.M.I. O SR. D. PEDRO II, desde o momento em que essa idéia foi aventada... Rio de Janeiro: T.A.D., 1840. 127p.

Figura 12: Folha de rosto de: CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da (Org.). *Documentos officiaes relativos à exposição nacional de 1861*compreendendo os avisos e officios... Rio de Janeiro: Typ. Diário do RJ, 1832. 263p.

Figura 13: Cena cotidiana no Gabinete Real de Leitura Portuguesa do Rio de Janeiro.

Figura 14: Gabinete de Leitura de Recife – PE.

Figura 15: Gabinete Português de Leitura de Salvador (detalhe).

Figura 16: Museu do Ceará, onde antigamente era instalado o gabinete de leitura de Fortaleza (fachada).

Figura 17: Alexandre José de Mello Moraes.

Figura 18: Thomaz do Bomfim Espíndola.

Figura 19: José Correia da Silva Titara.

Figura 20: Antigo Liceu Alagoano.

Figura 21: Atual prédio da Secretaria do Ministério da Fazenda em Alagoas.

Figura 22: Prédio da Biblioteca Pública Estadual, durante as obras de restauração em 2011.

Figura 23: A necessidade de concentração do leitor.

QUADRO 1: Relação de livros doados para a Biblioteca Pública. (p.68).

QUADRO 2 – Gabinetes de Leitura no Nordeste. (78).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – TRACEJANDO OS MÚLTIPLOS E DILATADOS CAMINHOS PERCORRIDOS	14
1 – A HISTÓRIA DO LIVRO: UMA LONGA E NECESSÁRIA VIAGEM AO REINO DA INVENÇÃO GRÁFICA	21
1.1. Do papiro ao livro virtual: metamorfoses do tempo	22
1.1.1 Instrumentos e suportes da escrita	24
1.1.2 A imprensa no Brasil	33
1.2. O livro como veículo para o processo civilizador	35
2 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: IMPÉRIO BRASILEIRO E PROVÍNCIA ALAGOANA	44
2.1. A leitura como principal elemento na educação formal e o conceito oitocentista de cidadania	49
3 – OS GABINETES DE LEITURA NO BRASIL: CONCEITO E ESTRUTURA	64
3.1. Gabinetes de Leitura remanescentes: uma busca pelo Nordeste brasileiro	78
3.1.1 A participação dos intelectuais na formação do Gabinete de Leitura de Maceió: Mello Morais, Silva Titara e Tomaz Espíndola	92
3.1.2 A Biblioteca Pública Estadual: dos primórdios aos nossos dias	109
3.1.3 Aventando um perfil do leitor do Gabinete de Leitura de Maceió	113
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	116
REFERÊNCIAS	119
FONTES	125
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

TRACEJANDO OS MÚLTIPLOS E DILATADOS CAMINHOS PERCORRIDOS

Quem não lê...
 Mal fala.
 Mal ouve.
 Mal vê!¹

Heinrich Heine², poeta alemão, historiou uma das mais consistentes frases que ressalta a autoridade do livro na sociedade ocidental com ampla referência na Europa, com especial passagem no contexto do nazismo³. Ei-la: “No lugar onde se queimam livros, no fim se queimam homens” (*apud* BROOKS, 2008, p. 5). Tendo como guia de ação investigativa tal pensamento, colocamos nesta ocasião as seguintes perguntas:

- 1) Quando o livro constituiu-se em principal elemento da cultura civilizada?
- 2) De que modo o processo de hegemonia da cultura letrada foi se consolidando a partir do desenvolvimento da tecnologia gráfica?
- 3) Qual o papel da escrita nesse contexto?
- 4) Como a constituição do livro e do leitor foi acontecendo?
- 5) Quais as formas de democratização do livro na sociedade brasileira?
- 6) De que modo o império brasileiro oitocentista difundiu a construção dos Gabinetes de Leitura nas províncias?
- 7) Como se formou o Gabinete de Leitura em terras alagoanas?
- 8) Qual o perfil do leitor dessa instituição [e por arranjo] dos oitocentos em Alagoas daquele momento histórico?

¹ Campanha cultural da Editora “Civilização Brasileira” (1988).

² Christian Johann Heinrich (1797/1856) é considerado um dos mais importantes poetas românticos do período oitocentista na Alemanha. Sua obra essencialmente lírica foi musicada por Robert Schumann, Franz Schubert, Felix Mendelssohn, Brahms, Hugo Wolf, José Maria Rocha Fereira, Hans Werner Henze e Lord Berners.

³ O Nazismo, nacional socialismo, originou-se na Alemanha entre guerras, isto é, consolidou-se no contexto do final da primeira guerra mundial (1919) e da eclosão da segunda (1933-1945). Ideologia de Estado e de governo que pretendia tornar hegemônico o poderio da raça branca, ariana, alemã sobre todos os povos.

Com essas perguntas conduzimos o presente estudo. Não temos a pretensão de dar todas as respostas nem mesmo podemos, humanamente colocando os termos da equação. No entanto, apresentamos resultados que podem ser entendidos ou não como respostas. Dependerá do ponto de vista adotado e da perspectiva avocada.

Muitas vezes nos perguntamos: porque nos decidimos pelo estudo do Gabinete de Leitura em Maceió? Pronta se faz a resposta: o interesse particular por esse objeto mobilizou a memória e revelou que isso está intrinsecamente relacionado com o curso de Biblioteconomia concluído na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no ano de 2002. Sua origem remonta, à investigação realizada como trabalho de conclusão do curso (TCC), em que foi elaborada uma monografia sobre as mulheres poetas de Alagoas, cujo resultado materializou-se no catálogo intitulado “POETAS ALAGOANAS: bibliografia disponível em bibliotecas de Maceió-AL⁴”.

Outro fator relevante que me impulsionou em direção a presente busca científica foi uma experiência vivida como professor substituto, no citado curso, da mesma instituição, que acabou despertando o interesse pela temática. A partir dessa vivência passamos a compreender melhor o papel da leitura e do livro no processo de conhecimento e sua intrínseca relação com o processo da educação, visto que não há sociedade letrada sem o domínio da técnica da leitura.

Por extensão, o ‘fazer pedagógico’ da sala de aula, onde o agente que desempenha o papel de professor (em certos momentos) se sente ‘herói’, em outros, um ‘ente meramente burocrático’ diante do exercício dessa profissão, levou-nos a pensar em como poderíamos trabalhar de modo a valorizar a cultura baseada no acesso ao livro, à biblioteca, e ao mundo da leitura, perpassando pela interdisciplinaridade da educação e da história. Deste modo, na condição de aluno ouvinte passei a frequentar as aulas da profa. Dra. Graça Loiola⁵ do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFAL).

De volta ao tempo da memória, foram nessas aulas que tivemos a oportunidade de amadurecer a idéia de estudar os Gabinetes de Leitura, instituições que alcançaram o Brasil do século XIX, seguindo um modelo europeu e tendo como missão “civilizar o povo através das letras”, ação em voga em toda a Europa naquele momento.

⁴ Encontra-se no acervo da biblioteca da UFAL.

⁵ Maria das Graças de Loiola Madeira é líder do grupo “Caminhos da Educação em Alagoas”. Consideramos importante deixar registrada a influência positiva da referida professora nos rumos deste trabalho, visto que muito do que aqui se materializa, relaciona-se com as discussões processadas no interior do referido grupo.

No contexto local, esse movimento foi liderado pelos intelectuais simpatizantes do positivismo⁶: José Correia da Silva Titara (nascimento: primeira década do século XIX? Ano de falecimento: 1873 ou 1875); Alexandre José de Mello Morais (1816/1882) e Thomaz do Bomfim Espíndola (1832/1889). Sujeitos sociais de um tempo considerado “novo” e “belo”⁷ que deram impulso inicial à criação do Gabinete de Leitura de Maceió, único na província das Alagoas e que mais tarde seria transformado na Biblioteca Pública Estadual, existente até os dias atuais. Apesar de valorizar a ação dos referidos intelectuais não temos como pretensão ufanar suas trajetórias até porque sabemos que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”⁸ (SCHWARCZ, 2001, p. 12), por estarem em momento histórico que os absorve com a tessitura dos acontecimentos vivenciados.

Portanto, o percurso da pesquisa nos mostrou que o método (histórico) utilizado e o que foi colhido nas fontes foram às vezes incipientes para tanta inquietação. As preciosas orientações da professora Elione Diógenes também foram fundamentais para terminarmos o trabalho. Justiça seja feita: a ela, a efetivação do trabalho é devida!

Os elementos colhidos foram inicialmente, uma lista de livros doados para a instalação de uma biblioteca pública, por Alexandre José de Mello Morais; uma vez que o antigo Gabinete de Leitura já se encontrava em declínio – ou descrédito – “por estar sempre fechado” segundo palavras de Tomaz Espíndola em discurso de 1860 (SANT’ANA, 1965). A lista consta de 119 itens sobre os mais variados assuntos, sobre os quais tecemos comentários mais adiante.

Da citada lista, procedente de um Relatório Provincial do século XIX, foram localizados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas sete itens e com tal informação subsidiamos a composição do perfil do leitor do Gabinete de Leitura de Maceió no período de breve existência deste, que foi de 1857 a 1865, quando seu acervo (também) foi doado, para a fundação da Biblioteca Pública Estadual, existente até hoje, embora sem dar conta mais daquele acervo.

Outro montante documental de suma importância para este trabalho, garimpado durante as pesquisas, refere-se a notícias sobre o Gabinete de Leitura, publicados no jornal *Diário das Alagoas*, do ano de 1859, do qual destacamos:

(a) Gabinete de Leitura: cobrança da ‘jóia’ de inscrição no gabinete de leitura;

⁶ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu no século XIX, criada por Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, que defendia a primazia da experiência sobre o mundo sensível.

⁷ Para os adeptos do positivismo. Está presente também nesse contexto, o catolicismo.

⁸ Conforme Schwarz (2001) trata-se de ditado popular árabe.

- (b) Gabinete de Leitura: sobre a doação de livros por Mello Moraes;
- (c) Gabinete de Leitura: sobre suspensão de mensalidade;
- (d) Preceitos Reguladores da Sociedade Gabinete de Leitura;
- (e) O Lyceista e o Diretor do Liceu.

Todo esse material está transcrito e registrado fotograficamente nesta escrita que ora expomos ao leitor.

Por isto confessamos: as primeiras investidas no campo investigativo colocaram-nos lado a lado com todas as dificuldades a que o pesquisador da história da educação e da cultura tem “direito” para ter acesso às fontes em nossa cidade⁹, como por exemplo: o horário de funcionamento reduzido (8h às 11h30min, de segunda a sexta-feira) do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – que se constitui em um de nossos principais *locus* de pesquisa - e a interdição parcial do acervo da Biblioteca Pública Estadual que encontra-se em reforma. Além destas, deparamo-nos com a dificuldade inexplicável/incompreensível de falta de acesso a outros acervos em Maceió, a citar: ordens arbitrárias de que tal ou qual arquivo não pode ser “mexido”.

Mesmo com todas as dificuldades postas, conseguimos reunir alguns “fragmentos”¹⁰, que acoplados a outros, vão tecendo o painel da história educacional/cultural do livro, do Gabinete de Leitura e da biblioteca pública em nosso Estado, em suma: traçamos a partir dos vestígios encontrados, a história da educação/cultura letrada em Alagoas. Mesmo compreendendo que o material pesquisado nos arquivos tem/mantêm infinitas relações com real, os pesquisadores precisam de tempo para entender/estabelecer essas relações com o seu objeto de estudo. A nossa necessidade enquanto pesquisadores é a de poder examinar bem as fontes, sem pressa, e dissecá-las meticulosamente!¹¹ (FARGE, 2009).

A inexorabilidade dos prazos e a escassez de tempo para desenvolver os trabalhos de pesquisa durante o curso, posto que os programas de pós-graduação estejam encurtando cada vez mais o tempo de duração (o que é cada vez mais prejudicial ao desenvolvimento de uma pesquisa mais consistente) nos encaminhou para uma situação de “anomia”.

⁹ Foram realizadas pesquisas nas Instituições: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Biblioteca Pública Estadual; Biblioteca Central do CESMAC; Biblioteca Central da UFAL; Biblioteca da Academia Alagoana de Letras; Biblioteca do CEAGB; Arquivo Público de Alagoas; Biblioteca do SESC/AL; Biblioteca do Palácio do Comércio de Maceió e catálogo on-line da Biblioteca Nacional.

¹⁰ Diz respeito a pequenos vestígios que evidenciam a presença e a existência desta ou daquela realidade que não pode ser analisada em separado da totalidade social (BLOCH, 2001).

¹¹ O pouco tempo do Mestrado (dois anos) não permite isso.

Apomos a esta situação, o pouco “conhecimento” do ato de pesquisar no campo da história da educação. Tudo isto nos fez adentrar na chamada “crise da pesquisa” quando nos perguntamos em determinado momento, parafraseando Farge (2009): como e o que devemos fazer com tantos atores inesperados pulando de cena em cena das fontes primárias de pesquisa? E mais: o que fazer quando as fontes não nos informam sobre os objetivos que delineamos para a pesquisa em si?

Para essas perguntas não temos respostas, o que trazemos, se constitui numa tentativa ímpar de esboçar uma narrativa sobre a perspectiva da cultura letrada em Alagoas, enfatizando que esta sempre foi negada às classes populares. Assim, a cultura letrada, é propriedade exclusiva das classes dominantes em solo alagoano. O fato de ser inacessível às classes dominadas não significa dizer que estas não se organizaram no sentido de ter direito ao processo de escolarização/educação/civilização, como mostram os estudos de Santos (2011). Contudo, o foco desta pesquisa não está em mapear estes processos e sim, investigar quais os principais desdobramentos da cultura letrada do oitocentos no que diz respeito à instauração do Gabinete de Leitura e sua travessia para a biblioteca pública.

Por considerar esta realidade, chegamos à conclusão de que o tema proposto: ‘a história do livro e do Gabinete de Leitura em Maceió’ precisava ser analisada sobre o prisma do processo civilizatório, vez que as sociedades letradas do período entendiam que estavam em pleno processo de evolução civilizatória, os povos que dominavam a técnica da leitura e da escrita. Portanto, eis o nosso argumento precípua: a leitura cumpre uma função social importante no cenário da civilização. A forma material de expressão da leitura é o livro e o acesso a ele denota o grau de valorização que uma dada sociedade imprime a tal prática cultural.

Fundamentados nesta concepção incursionamos pelos corredores do Instituto Histórico e Geográfico atrás de fontes que fossem capazes de tornar concreto o objeto de estudo, isto é, o Gabinete de Leitura, e livros do século XIX, portanto, no Brasil imperial, especificamente no período que existiu o Gabinete de Leitura de Maceió: 1857 a 1865. Em tal sentido, pensamos também em montar o perfil do leitor no século XIX em Alagoas.

Ao percorrer as fontes disponíveis para a coleta das informações necessárias, com base em uma lista de livros (contendo 119 itens) doados à biblioteca pública de Maceió, por Alexandre José de Mello Moraes em 1865, descobrimos que o acervo da extinta sociedade de leitura, mais conhecida como Gabinete de Leitura, estava totalmente destruído, com poucas e

raras exceções, como alguns livros que foram compor o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL.

No que diz respeito à fundamentação teórica da pesquisa, estudamos Elias (1993; 1994) para definir o termo civilização. Norbert Elias foi abordado acerca do processo civilizatório por termos a compreensão de que ele é um importante teórico sobre o assunto, e assim concentramos o estudo com base em suas teorias. Outros autores como Bloch (2001), Farge (2009), Certeau (1982), Burke (1991 e 1992) foram discutidos para tratar a relação história e o conhecimento historiográfico. Hallewell (2005) e Schapochnik (2005) nos deram alicerce para discutir a história do livro e da leitura no cenário da civilização.

Com relação aos estudos no campo da história da educação e da cultura em Alagoas visitamos os trabalhos de Verçosa (2006). Os trabalhos do grupo “Caminhos da Educação em Alagoas” foram importantes para a compreensão do contexto local em se tratando da realidade educacional da província Alagoana. Destacamos os estudos de Pauffero (2010) e Santos (2011) por serem atuais e se preocuparem com aspectos traçados neste trabalho.

Este trabalho é marcado fortemente pela linha da história, considerando que a partir dela se torna possível “pensar os indivíduos como produtores da história; para explicar que não há mudança sem história; para combater o excesso de memória e de esquecimento, para cultivar um saudável ceticismo” (NOVOA, 2010, p.10). Daqui nascem os objetos de estudo, dos problemas do presente ancorados num estudo rigoroso do passado, levando em conta que “vivemos num mundo do espetáculo e da moda, particularmente no campo da educação.” (idem). Este estudo caminha, pois na contramão dos modismos e “holofotes”. A nossa pretensão configurou-se tímida: delinear percursos e caminhos do livro, da leitura e dos espaços de civilização/socialização desses artefatos culturais, enfatizando que esses artefatos também fazem parte da história da educação.

Dito isto, colocamos sinteticamente que a estrutura da dissertação concentra-se em três capítulos. O primeiro, esboça a história do livro; intitula-se apropriadamente: **HISTÓRIA DO LIVRO: UMA LONGA E NECESSÁRIA VIAGEM AO REINO DA INVENÇÃO GRÁFICA**, nele costuramos uma narrativa sobre o longo percurso que o livro peregrinou até os nossos dias. O segundo recebe o título de **PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: IMPÉRIO BRASILEIRO E PROVÍNCIA ALAGOANA**. Aqui é feita uma digressão histórica com base em fontes e estudiosos da temática acerca da educação no Brasil oitocentista e nas Alagoas do império. É no terceiro capítulo denominado **OS GABINETES DE LEITURA NO BRASIL: CONCEITO E ESTRUTURA** em que damos conta do objeto

de estudo na sua forma expressa enquanto inquietação investigativa. Além destes capítulos, o texto ora escrito tem esta introdução e uma conclusão em que expomos os resultados. Conta ainda o presente escrito com as referências, as fontes consultadas e anexos. No mais, a pesquisa foi um rico processo de investigação em que não faltaram diálogos intempestivos e anseios em jogo.

1 - A HISTÓRIA DO LIVRO: UMA LONGA E NECESSÁRIA VIAGEM AO REINO DA INVENÇÃO GRÁFICA

Figura 1: Detalhe da Bíblia de 42 linhas de Gutemberg [Velho Testamento].



Fonte da imagem: CHARTIER, Roger. A aventura do livro... (1998).

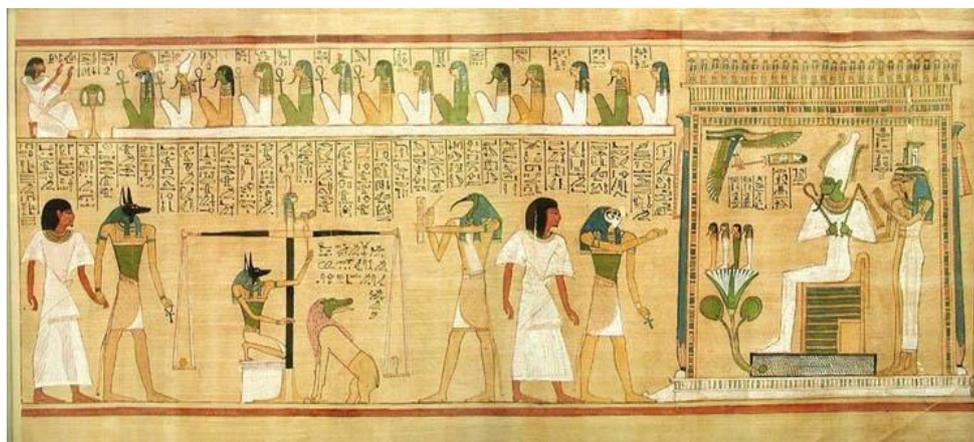
Livros são objetos transcendentais, mas podemos amá-los do amor tátil, que votamos aos maços de cigarro! (Caetano Veloso).

Neste capítulo trabalhamos o contexto histórico da escrita até chegarmos à invenção do livro e sua inserção nas sociedades mais avançadas. Realizamos uma abordagem no sentido de Bloch (2001) sobre a questão da longa duração. Trabalhamos com Higounet (2003) no sentido de traçar o difuso e fantástico trajeto do livro no cenário social. Fazemos uma viagem equidistante em dois sentidos: temporal e local. Navegamos de uma ponta a outra da vida cronológica e nos aventuramos de um continente a outro pela história do mundo gráfico que viria a ser largamente conhecido como livro.

O leitor, pois, irá se deparar com o percurso histórico do livro, a partir da invenção da escrita, passando pelos suportes que o construíram nas diversas partes do mundo. Seguimos este percurso histórico a partir do momento em que o homem passou a utilizar-se da escrita para contar a sua própria história na concepção de Sampaio (2009) abordando o momento da invenção do objeto que viria ser amplamente conhecido como livro. Incursionando pela

história, encontramos o livro em argila; no suporte pergaminho; passando pelo papiro, até chegar ao papel que hoje conhecemos. Marcando também a ‘invenção’ do alfabeto, e a popularização da imprensa, até o surgimento do livro no Brasil, sua indústria; a censura aos livros, até chegarmos à explosão bibliográfica dos dias atuais na argumentação histórica de Martins, (1998). Privilegiamos a síntese histórica de Campos (1994), pelo fato de sua concisão textual se amoldar ao objetivo proposto neste texto: informar sobre um longo percurso histórico, de forma sucinta.

Figura 2: Papiro egípcio.



Fonte da imagem: www.fascinioegito/papiro. Acesso: 15/03/2012.

1.1. Do papiro ao livro virtual: metamorfoses do tempo

Um homem, suponhamos, caminha por um atalho de montanha; tropeça e cai num precipício. Foi preciso, para que esse acidente acontecesse, a reunião de um grande número de elementos determinantes. (BLOCH, 2001, p. 155).

A história da comunicação através de sinais ou idiomas, naturalmente precede a história da escrita e do livro. Cabem, então, alguns questionamentos: a) Como e em que momento a linguagem se diversificou em idiomas? b) Como e em que momento a linguagem auditiva se transformou em linguagem visual? c) Como se deu a invenção dos primeiros sistemas de escrita? Estes são questionamentos ainda sem respostas absolutas por que são problemas até agora não resolvidos e que, continuarão insolúveis (MARTINS, 1998). Certo é que o livro tem sua história bem demarcada ao longo do processo da existência humana; então vamos recuar bastante no tempo para referendar o passo a passo de sua trajetória.

Consoante as pesquisas desenvolvidas por Sampaio (2009) os homens “começaram a comunicar-se entre si fazendo desenhos de caráter mágico, como acontece com os desenhos rupestres, depois recorreram a ideogramas, sinais que exprimem ideias e não sons”. (idem, p. 34)

Não à toa vão surgindo muitas e diferentes formas de escritas nas diversas línguas no tempo e no espaço (como a pictografia, a escrita cuneiforme, os hieróglifos, a escrita chinesa, a grega, a latina, a romana entre tantas outras), inclusive a escrita impressa, que se tornou possível através do desenvolvimento da ciência e da indústria geradora do instrumento que convencionou-se chamar de livro.

Segundo Higounet (2003, p.09) a escrita enquanto expressão gráfica da linguagem é “um procedimento do qual nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada” tornando-se mais que um instrumento, que realiza o pensamento que até então permanecia em estado de possibilidade. Para que ela exista é preciso “inicialmente um conjunto de sinais que possua um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizado, e em seguida é preciso que esses sinais permitam gravar e reproduzir uma frase falada” (idem, p.11). Assim, a linguagem composta no livro faz parte de um mundo social que reconhece e se reconhece nela. Martins (1998, p.33) corrobora com o autor em tela quando explica:

O que é certo é que a história da escrita é em essência uma longa tentativa para desenvolver um simbolismo independente com base na representação gráfica seguida da lenta e amargurada constatação de que a linguagem falada é de um simbolismo mais poderoso do que qualquer espécie de gráfico e que o verdadeiro progresso na arte da escrita repousa no abandono virtual do princípio de que originalmente partiu. A escrita é apenas um – provavelmente o mais perfeito e o menos obscuro – entre inúmeros outros sistemas de linguagem visual: a essa mesma categoria pertencem os desenhos a mímica, os códigos de sinais marinhos e terrestres, luminosos ou não, os gestos, em particular a linguagem por gestos dos surdos [...], etc.

Após o homem primitivo ter desenvolvido a linguagem oral e a do desenho, entre outras formas de expressão, seguiu-se a linguagem escrita, logicamente não de uma só vez, de “um único golpe no espírito humano” (MARTINS, 1998, p.34). Em verdade, foi um processo que levou séculos: se completou e se aperfeiçoou, mas está em constante mudança. Sendo o objeto de discussão neste ponto, a história do livro e não da escrita, estamos abreviando para chegar ao nosso objeto de estudo.

Nesse contexto Higounet (2003, p.59) aventa um conceito para a ‘invenção’ do alfabeto: “O alfabeto pode ser definido como um sistema de sinais que exprimem os sons

elementares da linguagem”. Afirmando que os mais antigos monumentos da escrita latina que chegaram aos dias de hoje datam do fim do século VII ou início do século VI. São inscrições da pedra negra do antigo fórum romano, descoberta em 1899 [...], vem em seguida uma “série de outros textos gravados e mais longos, encontrados em Roma e no Lácio, distribuindo-se do século VI ao século IV a.C., nos quais a orientação [da escrita] para a direita acaba de prevalecer” (idem,103). Estabelecidas historicamente a escrita e o alfabeto, passemos às formas/instrumentos de escrita e seus suportes.

1.1.1. Instrumentos e suportes da escrita

O instrumento apropriado para a escrita diferia segundo a matéria empregada. Assim, se os caldeus¹², faziam uso de uma espécie de cinzel para gravar as tabletas de argila, os romanos empregavam o *graphium* ou *stylus* – tabuinhas enceradas. O estilete era uma haste de metal ou de osso, pontuda de um lado, achatado de outro, o que permitia escrever e apagar, em caso de erro.

São Jerônimo¹³ afirma que o estilete escrevia sobre a cera e o caniço, sobre o papiro ou sobre o pergaminho. Esse caniço, chamado comumente *calamus* era conservado em estojos apropriados, que muitas vezes se carregavam pendurados na cintura, junto com o recipiente de tinta. “Os romanos chegaram a fabricar *calami* de bronze, que foram, assim, um prenúncio da pena metálica, dela separados pelo reinado da pena propriamente dita, a pena das aves.” (MARTINS, 1998, p.68).

As lajotas de barro das bibliotecas mesopotâmicas, com sua escrita cuneiforme, são consideradas os mais remotos ancestrais do livro. Para fabricá-las, recorriam à mesma técnica de fazer tijolos. O barro mole era acomodado em moldes e posto a secar. Uma antiga pintura parietal egípcia mostra oleiros produzindo tijolos por este processo. Para redigir, os escribas¹⁴ (copiador de livros, copista) valiam-se de um estilete de metal ou de osso, com o qual gravavam os caracteres cuneiformes sobre as lajotas antes de serem postas a secar. A fim de manter a umidade necessária à gravação nos textos mais longos, os escribas envolviam em panos molhados as lajotas que ainda não estavam sendo utilizadas. O livro de barro não registrava o nome do autor, mas sim, com alguma frequência, o do escriba ou do proprietário. As bibliotecas dispunham de catálogos das obras, também em lajotas de barro: “Os livros não

¹² Povos que habitavam a antiga Mesopotâmia.

¹³ Nasceu no século III (ano: 347) e faleceu no século IV (420). Traduziu a Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim. Considerado o padroeiro dos bibliotecários e dos tradutores, e patrono das secretárias.

¹⁴ Categoria profissional profundamente valorizada no mundo antigo oriental.

tinham títulos, sendo catalogados pelas duas ou três primeiras palavras do texto. Eram guardados em nichos feitos nas paredes do recinto palaciano destinado às bibliotecas” (CAMPOS, 1994, p.23). O mesmo autor esclarece que

O papiro é um dos suportes mais antigos da escrita. Os camponeses egípcios chamavam a planta de *parucca*. Abundante nas margens do Rio Nilo [...] serviu ao homem desde a pré-história, possibilitando suas fibras o fabrico de esteiras, cordas, sandálias, barcos e outros utensílios, antes que algum escriba sobre elas desenhassem os primeiros sinais de comunicação. Tudo indica que os egípcios tenham sido os primeiros a usar o papiro como suporte da escrita. O *Papiro de Prisse* (Biblioteca Nacional de Paris), contém textos de caráter religioso e ético do velho Egito, e data aproximadamente de quatro mil anos. (idem, p.42).

O rolo do papiro era denominado *volumen* pelos latinos e de *kylindros* pelos gregos, que era a forma do livro naqueles idos, compondo-se em regra de 20 folhas em formato retangular, em sequência, medindo cerca de 30 cm de altura por 20 cm de largura. Os egípcios escreviam em colunas, assim como se escrevem nos jornais de hoje. Tais colunas, que os latinos chamariam de *paginae*, ficavam em posição perpendicular ao eixo do rolo. Normalmente, usava-se apenas o reto, isto é, o lado da frente da folha, o mesmo lado de suas fibras horizontais, o que facilitava o trabalho de escrita. Alguns papiros apresentam textos dos dois lados comumente chamados de opistógrafos. Entretanto, têm-se poucos. Isto porque a folha de papel muito delgada tinha dificuldade em suportar a tinta no reto e verso: “dispondo de abundante matéria-prima, os egípcios tornaram-se os maiores produtores de papiro e desenvolveram esforços no sentido de aperfeiçoá-lo” (CAMPOS, 1994, p.43).

O pergaminho é o único suporte da escrita que requer sacrifício de animais – bois, carneiros, cavalos, porcos, veados – para sua elaboração. Sucintamente pode-se dizer que o pergaminho resulta do couro cru esticado. Utiliza-se a parte intermediária da pele (derme) macerada, alisada com pedra-pome e lubrificada para que se mantenha flexível e polida. Vale dizer que existiu “um tipo especial de pergaminho, o mais fino e o mais caro, que era o ‘velino’, preparado com a pele de carneiros natimortos.” (CAMPOS, 1994, p.69).

Sobre os profissionais que lidavam com a escrita nestes suportes, registramos que eram tidos como pessoas diferenciadas: a profissão de escriba no Egito dos faraós, tanto quanto na Mesopotâmia, era das mais importantes. O candidato tinha que passar por um longo aprendizado básico na Escola do Livro. Para alcançar o apogeu da profissão, devia frequentar cursos superiores. Carta de um pai, daquela época, a seu filho, conforme transcrição de Úrsula Katzeinstein, (em a Origem do Livro, 1986) nos dá ideia das vantagens da profissão: “somente os escribas têm um serviço suave com riscos mínimos para a saúde e conforto”.

Disto resulta que mesmo que tenha vindo de uma origem humilde, seu trabalho os eleva acima de sua classe e pode levá-los às portas do poder, enquanto aos outros estavam reservados duros trabalhos de má recompensa. Era, então, um cargo político, podendo ser considerado como os ancestrais dos bibliotecários de hoje, no entanto, com mais prestígio e eventual poder.

Está escrito num papiro de remota idade: *O pobre homem ignorante, de quem ninguém sabe o nome, é como um burro pesadamente carregado conduzido pelo escriba*. Abençoados por Thot, o deus da sabedoria, os escribas tornaram-se peças fundamentais na comunicação entre os faraós, os sacerdotes e o povo, passando a ocupar altos cargos no governo e crescendo sua importância na medida em que se desenvolvia o Estado egípcio. Cabia-lhes, além da redação de textos oficiais, burocráticos, religiosos e laudatórios, a redação de obras literárias. Graças ao seu conhecimento da história, da geografia e da política, os escribas eram seguidamente chamados a assumir funções diplomáticas. Mas também cabia, dependendo do estágio de cada um dentro da profissão “a simples tarefa de cobrador de impostos, quase sempre mal vista, principalmente pelos camponeses, as maiores vítimas” (CAMPOS, 1994, p.44).

Em contrapartida, a profissão de curtidor de peles era considerada desonrosa pela sociedade por causa do mau cheiro das pessoas que a exerciam. Em Roma, no século VI a. C., os curtumes, do outro lado do Rio Tibre, ficavam bem distantes dos bairros residenciais. A profissão foi praticada por muitos judeus desde a Antiguidade. Isto não impediu que o Talmude, o segundo livro sagrado das comunidades judaicas, também feito de pergaminho, discriminasse os curtidores, permitindo o divórcio às suas mulheres e proibindo a presença de filactérios¹⁵ e da mesusa¹⁶ nos curtumes. Conforme Campos (1994, p. 68): “O mais antigo pergaminho sobrevivente foi descoberto entre as ruínas da cidade helenística de Dura Europos, na Mesopotâmia, e está datado do início do século II a. C.”.

Cem anos antes de começar a Idade Média, o pergaminho já substituíra quase inteiramente o papiro na produção de livros. Graças ao pergaminho foi possível o desenvolvimento do *codex* (ancestral do livro na forma atual) a partir do século II da era cristã: “É que o pergaminho, muito mais resistente do que o papiro, suportava a costura pelo vinco sem que as folhas se rasgassem, desgastava-se muito menos pelo manuseio e facilitava

¹⁵ Amuleto com o qual se busca afastar o infortúnio.

¹⁶ Caixinha com faixa de pergaminho, contendo passagens bíblicas.

a correção de eventuais erros no texto pela simples raspagem das letras”. (CAMPOS, 1994, p.70).

Visto que o conhecimento desponta em diversos lugares do mundo, anotações de diferentes períodos nos transmitem a ideia de que o bambu estava bastante difundido na China, como material para escrita. K’ung Chi, neto de Confúcio, num relato do século V a.C., nos fala em *fichas de bambu* como livros em que foram registrados o bom governo dos reis Wen e Wou. Tais fichas ou tiras, com um centímetro de largura, eram obtidas depois do seccionamento do caule da planta em cilindros de vinte centímetros de altura. Em seguida as peças eram raspadas internamente e postas a secar sobre o fogo. Finalmente, para formar o livro, eram furadas numa das extremidades e unidas por um fio de seda. Cada tira de bambu comportava uma coluna de caracteres verticalmente composta, contendo em média vinte palavras.

Os escribas usavam como caneta uma pequena vara, também de bambu. Um dos inconvenientes do livro de bambu era seu peso. Isto certamente contribuiu para sua extinção. Não obstante, o livro de bambu durou mais de 1.000 anos e muitas obras da literatura chinesa foram escritas sobre este suporte. A *Arte da guerra*, de Sun Tsu cujos 13.000 caracteres exigiram uma quantidade de tiras de bambu difícil de calcular e ainda mais de carregar, é um dos mais famosos exemplos.

O papel (mais ou menos) como o conhecemos, hoje, teve origem na China. Um alto funcionário do governo Chinês, Tsai Lun, é quem o teria inventado no ano de 105 de nossa era. Tsai Lun é uma espécie de santo muito particular, venerado por antiquados fabricantes de papel até hoje estabelecidos na China; nasceu em Hunã, (distrito famoso pela fabricação de panos), homem talentoso, dedicado a extensas e minuciosas pesquisas, fez um relato ao imperador sobre o processo de fabricação de papel em sua província natal. Uma apreciação distorcida deste documento transformou Tsai Lun no inventor do papel, porém o mesmo foi vítima de intrigas palacianas e acabaria por se suicidar, “mas seu informe ao imperador contribuiu decisivamente para a adoção generalizada deste suporte de escrita em substituição ao bambu, à seda e às tabuinhas entalhadas.” (CAMPOS, 1994, p.75).

A produção do papel chinês obedecia ao seguinte processo: juntavam-se as matérias-primas (refugos de seda, entrecasca da amoreira e do bambu, restos de produtos feitos com fibras vegetais) num tanque de água e batia-se para separar as fibras. A polpa líquida resultante era colhida numa peneira retangular, deixando-se escorrer a água. Assim, era “retirada e posta a secar, a película formada pela camada de fibras sobre a peneira resultava

numa folha de papel. Os chineses mantiveram o monopólio do papel por cerca de seiscentos anos.” (ibidem, p.76).

Os chineses também inventaram a imprensa; embora os historiadores ainda não saibam explicitar exatamente como, nem se conhece o nome do inventor. Talvez algum dos muitos budistas empenhados na propaganda de sua religião mereça o crédito. “Entre os antigos documentos encontrados no Turquestão constam muitas pequenas imagens impressas de Buda”. (ibidem, p.77). Em 1907, um arqueólogo inglês, sir Aurel Stein, vasculhando uma sala secreta das Cavernas dos mil Budas, em Tung-Huang, no extremo-oriental chinês, encontrou um exemplar do mais antigo livro impresso, o *Sutra diamante*, um rolo de papel de 5m de comprimento por 30 cm de largura contendo sete folhas, seis textos e uma ilustração; e no colofão se lê: “Esse livro foi impresso por Wang Chien a 11 de maio de 868 para distribuição geral a fim de perpetuar a memória de seus pais com profunda veneração”. É possível notar a xilogravura do frontispício, rica em detalhes, representando Buda em pregação, rodeado de figuras divinas. Isto nos dá bem “uma ideia do alto nível que tinha atingido a arte de imprimir e de ilustrar na China muitos séculos antes que esta mesma arte alcançasse a Europa” (CAMPOS, 1994, p.78).

Além de serem os inventores do papel e da impressão tabular, os chineses também foram os primeiros a fazer tipos móveis e a utilizá-los para a reprodução de textos. Segundo relato do escritor chinês Shen Kua, que viveu entre 1030 e 1093, foi o ferreiro Pi Sheng, de Hamg-Chu, “homem de trajes de algodão”, isto é, pobre que fabricou os primeiros tipos móveis (ibidem).

Redesenhando nossa viagem pela história do livro, passemos a outro continente. A caminhada do papel na Europa começa nas cercanias do século XII, importado de Damasco, via Constantinopla, e da África, passando pela Sicília. Havia mil anos que fora inventado pelos chineses. Lenta seria a difusão do papel na Europa, podendo-se evocar mais de uma razão para explicar o fenômeno, sendo a primeira o analfabetismo, que não forçava a demanda de livros. A segunda causa estava na qualidade do pergaminho, muito superior a dos primeiros papéis utilizados pelos europeus. A terceira causa deveu-se ao fato de – sendo o papel de origem mulçumana e judaica – não contar com o apoio da Igreja, estando também sujeitos a sanções legais, como um decreto do rei Frederico II, divulgado em 1221, que declarava não válidos os documentos escritos sobre papel. Assim, o “primeiro documento europeu em papel é uma escritura do conde Rogério, da Sicília, datado de 1109” (CAMPOS, 1994, p.164).

A produção caseira do papel também se espalhou porque a tecnologia era simples e o preço baixo, variando entre quatro a oito vezes menos que o do pergaminho, até porque essa produção caseira dava origem a um papel mais grosso, esponjoso, sem o refinamento do pergaminho (CAMPOS, 1994). Numa leitura sobre o significado do termo “papel”, Martins (1998, p.111) nos informa que vem “etimologicamente de “papiro”, que era *papyrus* em latim e *papuros* em Greco”. Mas, ainda uma vez, o nome poucas relações tem com a coisa, e o papel não é um derivado do papiro: é seu rival vitorioso.

Sobre o suporte da escrita do livro latino, Campos (1994, p.118) confirma-nos que “a entrecasca (*liber*) da tília, uma árvore ornamental, nativa da Europa, talvez tenha sido o mais antigo suporte de escrita usado pelos romanos”. O processo de produção deste suporte lembrava muito a maneira pela qual os egípcios obtinham a folha de papiro. E a forma do livro de entrecasca era também o *volumen*, referido ainda no século V como de algum uso entre os romanos. A partir daqui já temos o antecessor do nosso moderno papel sulfite.

Com relação à invenção da imprensa, Campos (1994) nos informa que, embora a xilogravura (impressão em madeira) já fosse conhecida no Japão e na China desde o século VIII, a técnica só chegou à Europa bem mais tarde. No século XV, os primeiros livros xilogravados, em geral religiosos, foram produzidos na Alemanha e nos países Baixos. Atribui-se ao viajante Marco Polo a informação de que os chineses usavam no século XI, tipos soltos para a impressão. No século XV, Johannes Gutemberg, conhecido como inventor (oficial) da imprensa, soube disso e desenvolveu o processo. Criou um instrumento prático de fundição e produção de tipos móveis e um tipo especial de tinta preta de fácil secagem e sem gorduras, que permitia aproveitar as duas faces do papel. A imprensa revolucionou a história do livro e o transformou no veículo por excelência da ciência e da cultura.

O surgimento do primeiro livro impresso na Europa do século XV representou uma autêntica revolução cultural. O livro marcou a emergente influência dos iluministas e permitiu que a educação e a cultura se expandissem para além dos círculos a que estavam habitualmente restritas – a nobreza e o clero.

Do ponto de vista estritamente funcional, o livro é um conjunto de elementos de comunicação gráfica que contém ideias, descrições ou referências a vários assuntos, com o propósito de divulgar conhecimentos ou de preservar o registro de fatos de qualquer natureza. Em todas as civilizações com literatura escrita, o livro sempre foi o instrumento fundamental para a preservação e a difusão da cultura. Embora a forma, o conteúdo e as técnicas editoriais tenham sofrido profundas transformações ao longo do tempo, existem características que são

comuns a todo e qualquer livro, como o objetivo de difundir e comunicar ideias e o uso de linguagem escrita (CAMPOS, 1994).

Voltando outra vez à roda do tempo, vamos lembrar que já no terceiro milênio, antes da era Cristã se empregavam no Egito, rolos de papiro nos quais os escribas copiavam textos sagrados, políticos, comerciais ou literários. Os papiros eram guardados em potes de barro ou estojos de madeira. O texto mais importante dentre os que se conhecem daquela cultura é *O livro dos mortos*, que data de cerca de 1.800 a.C.

A placa de argila, outro antecessor do livro, existiu na Mesopotâmia desde o quarto milênio anterior à era cristã. Textos políticos, comerciais e religiosos eram gravados em escrita cuneiforme. Foram encontradas mais de 500.000 placas, escritas em ambos os lados, algumas agrupadas em série. Normalmente a primeira placa da série exibia o título da obra, os nomes do proprietário e do escriba. O período marcou um florescimento da literatura. Merece especial destaque a coleção de Nínive, reunida pelo rei assírio, Assurbanipal, até o ano 650 a.C. Também os hititas, na Anatólia, deixaram coleções de placas em escrita cuneiforme e até catálogos das obras.

Na China, a produção escrita se desenvolveu um pouco mais tarde que no Egito e na Mesopotâmia. Usavam-se tábuas de madeira, escritas da esquerda para a direita e de cima para baixo. Ou seja, houve um ‘império do livro’ em formatos anteriores ao papel, e bibliotecas que ficaram na história. No ano 213 a.C., o imperador Shi Huangdi mandou queimar todos os livros por achar que incitavam à subversão. No período seguinte tentou-se reparar a perda, mas a madeira disponível não era suficiente e usou-se seda como suporte. No início século II da era cristã, os chineses inventaram o papel, feito de cascas de árvores e restos de tecido.

No século VII a. C., os rolos de papiro foram introduzidos na Grécia. A cultura grega do papiro floresceu extraordinariamente durante o período helenístico, após a guerra do império de Alexandre, o Grande, quando a dinastia ptolomaica do Egito atraiu para Alexandria grande número de sábios gregos, que se dedicaram à produção científica e literária. Reuniram-se assim, grandes coleções de obras escritas em papiro, como a célebre biblioteca de Alexandria. Algumas dessas obras eram ricamente ilustradas e em sua elaboração, além do escriba, atuava também o revisor ou comentarista, que às vezes acrescentava notas marginais ao texto. Alexandria conheceu um punjante comércio livreiro, que continuou após o incêndio da biblioteca original, no século I a.C., a coleção de obras reunidas em Pérgamo, na Anatólia, jamais superou a de Alexandria, visto ter sido naquela

cidade que teve início a difusão do uso do couro fino e curtido na elaboração de livros. O material foi chamado, a partir daí, de pergaminho. Como permitia a raspagem, é comum encontrar pergaminhos onde aparecem dois textos superpostos (CAMPOS, 1994).

Originalmente o pergaminho era usado em rolos, como os papiros. Pouco a pouco, começou a se impor um formato mais cômodo, conhecido como códice, mais parecido com o livro moderno, que consistia numa série de folhas de pergaminho cortadas e agrupadas entre duas capas de couro ou madeira. No século IV o códice já era a forma mais difundida. Em Roma houve um ativo comércio de livros. O livreiro importava exemplares, sobretudo gregos, ou editava seus próprios livros, utilizando como escribas escravos especializados, da mesma maneira que os grandes colecionadores particulares.

O comércio livreiro, muito ativo durante a Antiguidade, desapareceu com o advento do cristianismo e da barbárie. O livro durante a maior parte da Idade Média, era encontrado quase que exclusivamente nos claustros. Com o nascimento das universidades, no século XII, o livreiro e seu comércio ressuscitam. No século XIV, segundo uma estatística do ano de 1323, a cidade de Paris contava com 29 livreiros, congregados numa corporação que admitia como sócios negociantes de papel, capelistas, pintores e barbeiros.

O regulamento imposto pelas universidades aos livreiros era muito severo. Em 1324, exigia-se que o livreiro jurado da universidade devia comprovar ser pessoa de vida correta e bons costumes, e a lista dos livros a serem comercializados dependia de aprovação da autoridade universitária; assim como o formato do livro, seu preço de venda ao público e a porcentagem de lucro do livreiro também eram determinados pela universidade: “o livreiro também ficava obrigado a alugar livros aos estudantes, que podiam copiá-los” (CAMPOS, 1994, p.163).

Durante os séculos turbulentos que se seguiram à queda do Império Romano, as instituições eclesiásticas se encarregaram da preservação do saber antigo e também da elaboração de livros. No império bizantino, primeiro refúgio da cultura grega, foi criada vastas bibliotecas monásticas. Também constituiu decisivo o trabalho de recuperação cultural dos árabes, que transmitiram ao Ocidente grande parte do saber clássico, sobretudo por meio da Espanha islâmica. Muitas obras de medicina, matemática e astronomia foram traduzidas do grego para o árabe e, então, para o latim.

Na Europa ocidental a ordem beneditina se impôs a tarefa de conservar a cultura mediante sua reprodução e estudo. Os copistas produziram volumes de conteúdo literário, filosófico e religioso. Da escrita grega e romana se passou à escrita cursiva. Adotaram-se as

abreviaturas e contrações que tornaram mais rápido o trabalho dos copistas, e a iluminura (ornamentação) do texto dos códices¹⁷ se converteu numa forma de arte e as encadernações atingiram maior nível de sofisticação e riqueza. Com o surgimento das universidades, o livro passou a ser difundido fora do meio eclesiástico e o comércio livreiro renasceu. O uso cada vez maior do papel durante o século XIII contribuiu para a difusão do livro. O papel havia chegado ao Ocidente em meados do século XII, por intermédio dos árabes, que o conheceram na China. As novas condições sociais do Renascimento fizeram com que tanto a emergente burguesia comercial quanto a nobreza demonstrassem renovado interesse pela cultura e pelo livro. Surgiram grandes bibliotecas particulares e reais, que reuniram apenas obras em latim, mas também nas línguas vernáculas. No mesmo período, os humanistas, inspirados por Petrarca, dedicaram-se à recuperação das obras clássicas gregas e latinas.

O processo litográfico para reprodução de ilustrações, descoberto no século XVIII, e as técnicas mecanizadas de impressão aperfeiçoadas no século seguinte, proporcionaram os meios necessários para atender a crescente demanda de livros nas sociedades culturais. No século XX, graças ao progresso tecnológico que, dia a dia, cria métodos de produção cada vez mais rápidos e possibilitam grandes tiragens, o livro se converteu num instrumento de difusão cultural acessível à maioria dos povos. Seu papel prioritário, nesse aspecto, se mantinha no fim do século, a despeito do grande progresso de outros meios de comunicação (CAMPOS, 1994).

Figura 3: Modelo antigo de uma imprensa.



Fonte da imagem: www.riodejaneiroaqui.com. Acesso: 20/04/2012.

¹⁷ Conjunto de placas de madeira ou marfim, articulados por dobradiça; constituindo-se uma espécie de livro.

1.1.2. A imprensa no Brasil

A primeira tentativa de introduzir a tipografia no Brasil foi feita pelos holandeses durante a ocupação no Nordeste brasileiro entre 1630-50. Só em 1747 no Rio de Janeiro é que há provas de que havia uma impressora no Brasil, através de folhetos impressos na época. O tipógrafo era Antonio Isidoro da Fonseca de (reconhecido tipógrafo de Lisboa), que vendera seu negócio lá e viera para o Brasil.

Na verdade, esse tópico de nossa história parece muito confuso e não encontramos consenso nos autores consultados. Há relatos de que a primeira tipografia instalada no Brasil teria sido pela Academia dos Seletos (1752?-?), mas que durou pouco, porque por ordem do governo da metrópole, foi destruída e queimada para que não se propagassem por este meio ideias contrárias ao regime colonial.

Outros autores recuam dessa data e dão como certa “a instalação da primeira oficina tipográfica em 1747, pertencente Antônio Isidoro da Fonseca, que imprimiu documentos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro” (MARTINS, 1998, p.299).

Por outro prisma, mas, contando a mesma história, Carvalho (1996, p.01) cita que “A imprensa Régia, fundada no Rio de Janeiro em 1808, deu início à imprensa escrita no país” e que o primeiro periódico brasileiro foi *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que tinha a função de divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real.

A imprensa surgiu em nosso país com a autonomia; na fase colonial, apesar de tentativas, não conseguiu aparecer: os livros eram impressos na metrópole, com a dupla licença da autoridade religiosa e da autoridade civil, ambas rigorosas. Entravam na colônia como contrabando, via de regra, e eram considerados *material subversivo*; só se compreendia o livro em mãos religiosas, para usos do ofício. Nos fins do século XVIII, apareceram algumas bibliotecas particulares, quase todas de padres; o arrolamento delas, nas chamadas *inconfidências*, dá a ideia do que se passava na época.

Com a condição política de Reino Unido, surgiu a imprensa no Brasil, sob severas restrições Regenciais, mesmo assim, desenvolveu-se e ganhou, nas áreas urbanas, um teor popularesco singular, marcado pelos pasquins. O Segundo Império, mantendo embora, formalmente, a liberdade de expressão, reduziu em muito o alcance da imprensa; ao fim do século XIX, quando ocorreram as reformas em que o próprio regime seria alterado: “a imprensa tomou novo impulso; o governo oligárquico submeteu-se novamente; e assim foi com altos e baixos” (SODRÉ, 1996, p.130).

Desde que surgiram as primeiras oficinas gráficas, começaram a ser produzidos livros. A precariedade do parque gráfico, na fase artesanal, era tamanha, entretanto, o livro, na maior parte, era impresso no exterior, particularmente em Portugal. O desenvolvimento do parque gráfico brasileiro data da fase em que crescem e se alastram as relações capitalistas: “a atividade editorial, em termos nacionais, tem início após a revolução de 1930” (SODRÉ, 1996, p.130).

Conceituado tecnicamente como um “objeto formado por conjunto de folhas de papel encadernadas, impressas com elementos de comunicação gráfica que contém ideias, descrições ou alusões a diversos assuntos” (BARSA, 2002. p.87) e como “objeto transcendente” na voz do poeta (VELOSO, 1997); ou: “publicação impressa, não periódica, que tenha mais de 49 páginas, excluindo capa e a folha de rosto” (ARRUDA; CHAGAS. 2002. p.132), o livro “frágil e ao mesmo tempo indestrutível” (GUEDES, 2001) tem uma imensa trajetória precedida pela linguagem e pela escrita, que teve início com as lajotas de barro das bibliotecas mesopotâmicas, com sua escrita cuneiforme (CAMPOS, 1994), desencadeando o processo que deu origem à Bíblia de Gutenberg, conhecida como o primeiro livro da história.

Não podemos perder de vista que o livro não é, apesar de tudo, uma mercadoria como as outras. Ele tem um aspecto nobre, representado por suas origens espirituais e pelos fins a que se destina. Seu emprego próprio não exclui, antes pressupõe a delicadeza de trato, o bom gosto, a finura intelectual, os ambientes em que a inteligência e não a matéria deve reinar soberanamente.

Mesmo quando na mão de um professor ou de um escritor, ele não passa de um “instrumento de trabalho”, de uma “ferramenta”, o livro guarda a sua superioridade própria e venerável de veículo privilegiado, de forma pela qual a ideia materializa-se e transmite.

Tanto quanto possível, o livro deve ser criador e necessário socialmente inclusive como *objeto* e deve ser agradável à vista e ao tacto, como é agradável à mente. Reduzi-lo à condição de mera mercadoria é “vilipendiá-lo, é humilhá-lo na sua natureza e, o que é pior, é tornar o homem indigno dele.” (MARTINS, 1998, p.242).

Toda a importância que os autores/historiadores referendados aqui atribuem ao livro sanciona a nosso ver, que este objeto é por excelência um dos protagonistas do processo civilizatório e educacional.

1.2. O livro como veículo para o processo civilizador

Discutimos nesta seção, as ideias de Norbert Elias, no que concerne ao processo civilizador, tendo como base a tese da importância do acesso à informação e a cultura, através do livro. Defendemos a teoria de que a civilização se embasa no conhecimento escrito por excelência, tornando o objeto livro elemento primordial no processo de educação humana. Referendando que a história da humanidade divide-se em antes e depois da escrita.

Norbert Elias (1897/1990) foi um sociólogo de origem judaica, nascido na Alemanha, de onde teve que fugir da perseguição nazista exilando-se em 1933 na França, antes de estabelecer-se na Inglaterra onde passou grande parte de sua carreira. Seus trabalhos em alemão tardaram a ser reconhecidos e ele viveu de forma precária em Londres antes obter em 1954 um posto de professor na Universidade de Leicester. Suas obras priorizavam a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História.

Por isto, exatamente, permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos na década de 1970 do século passado, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. Sua tardia popularidade pode ser atribuída à sua concepção de grandes redes sociais, que encontrou aplicação nas sociedades ocidentais pós-modernas, onde a presença da ação individual não pode ser negligenciada, visto que a demasiada ênfase na estrutura sobre o indivíduo em vigor até então começava a ser duramente criticada.

A obra mais importante de Elias foram os dois volumes de *O Processo Civilizador*. Originalmente publicado em 1939, foi ignorado até sua republicação em 1969, quando o primeiro volume foi traduzido para o inglês. Este primeiro volume traça os acontecimentos históricos do *habitus* europeu, ou "segunda natureza", ou seja, a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais. O autor em tela demonstrou como os padrões europeus pós-medievais de violência, comportamento sexual, funções corporais, etiqueta à mesa e formas de discurso, foram gradualmente transformadas pelo crescente domínio da vergonha e do nojo, atuando para fora de um núcleo cortês de etiqueta.

O autocontrole era cada vez mais imposto por uma rede complexa de conexões sociais desenvolvidas por uma autopercepção psicológica cunhada por Freud como 'superego' (ELIAS, 1993). Neste sentido, a eclosão do livro e da leitura, foram determinantes para moldar os sujeitos humanos conforme uma necessidade coletiva e coletivizante.

É sobre o segundo volume de *O processo civilizador* que tem como subtítulo ‘formação do Estado e civilização’, que vamos nos debruçar mais acuradamente – embora também fazendo uso do volume um da obra –, para comprovar a tese de que o acesso aos livros tornou-se primordial para a formação do indivíduo, de forma que a partir de então se iniciou um processo de aprimoramento dos costumes, mesmo que os “indivíduos” tenham pago um alto preço: repressão das próprias pulsões, gerando o que Elias chama de ‘uma segunda natureza’, rumando para o mundo chamado civilizado de hoje. Reiterando nosso foco na relação social local: o Gabinete de Leitura de Maceió e o uso que se fez de tal instituição para esboçar o que podemos considerar como processo civilizatório no Estado de Alagoas, mais especificamente em Maceió, através da existência e ação do Gabinete de Leitura.

Sendo o foco da presente pesquisa (enquanto recorte temporal) o Império Brasileiro na segunda metade do século XIX (1855-1865), vamos inserir no contexto, as teorias Iluministas e Positivistas, (na concepção de Comte), tão em voga no período estudado nas províncias do Brasil, como fazendo parte de um chamado ‘ideário civilizador’ originário da Europa, que visava à construção de um homem: letrado, trabalhador, higiênico e regrado moralmente (MADEIRA, 2005). Em Alagoas tínhamos como entusiastas desse movimento, também inspirado nos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade; os intelectuais Alexandre José de Melo Moraes, Thomaz do Bomfim Espíndola e José Correia da Silva Titara.

Trazendo um conceito de “civilização”, Elias (1994) nos explica que o termo refere-se a uma grande variedade de fatos, onde a sociedade ocidental resume em sua tecnologia, maneiras, conhecimentos científicos, ideias religiosas e costumes, claro que todos eles imbuídos de um ‘nível’ de evolução, posto que “civilização” não significa a mesma coisa para todas as sociedades; ocidentais ou não:

O conceito de *civilité* recebeu seu cunho no segundo quartel do século XVI. [...] Deve ele o significado específico adotado pela sociedade a um curto tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade das crianças), que veio a luz em 1530. A obra tratava de um tema que já estava maduro para discussão e teve imediata e imensa circulação através de sucessivas edições. Ao todo foram mais de 130 edições alcançando o século XVIII. O livro trata do comportamento de pessoas em sociedade, incluindo o ‘decoro corporal externo’. (ELIAS, 1994, p.68).

O comportamento é trabalhado através das ‘aulas de boas maneiras’ que é o início da repressão dos impulsos naturais no homem começam [em “A civilidade das crianças”] com uma lição sobre como as pessoas se olham, onde o autor cita:

O olhar esbugalhado é sinal de estupidez, o olhar fixo sinal de inércia; o olhar que tem inclinação para a ira é cortante demais; é vivo e eloqüente o dos impudicos; se seu olhar demonstra uma mente plácida e afabilidade respeitosa, isto é o melhor. Não por acaso, se diz que os ‘olhos são o espelho da alma’. (ELIAS, 1994, p.69).

O mesmo autor no mesmo livro esclarece que houve outros estudos/publicações sobre o assunto no passado, ou seja, ele também está tomando/citando como base, outros estudos. Em outro exemplo do uso de livros para a construção das boas maneiras em sociedade, temos as “Cortusias” de Bonvicino Riva, um dos guias de mesa mais pessoais e avançados da Itália da época. Em suas instruções encontram-se conselhos sobre o comportamento à mesa, como:

‘Se virar quando se tosse ou espirra, e não lamber os dedos’. A pessoa – diz o autor – ‘deve evitar pegar os melhores pedaços no prato, e, cortar sem excessos, os pedaços de pão. Não deve tocar a borda do copo comum com os dedos e segurá-lo com ambas as mãos’. Essa obra foi reeditada várias vezes, e ainda hoje seguimos preceitos descritos nesses textos. (ELIAS, 1994, p.79).

Cortesia referia-se inicialmente às formas de comportamento que se desenvolveram nas cortes dos grandes senhores feudais. Durante a Idade Média, porém, o significado da palavra perdeu muito de sua limitação original social à ‘corte’, entrando também em uso nos círculos burgueses.

Com a lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos no curso dos séculos XVI e XVII, o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável: “A cortesia e a civilidade conviveram lado a lado durante o período da sociedade de transição na França do século XVI, que era um misto de sociedade cavaleiresca-feudal e de monarquia absoluta” (ELIAS, 1994, p.111).

São vários os exemplos que o autor traz sobre as obras que recomendam as formas de se portar em público, civilidade e cortesia no comportamento social. Para aproximar mais os exemplos da época da pesquisa em voga [século XIX] trazemos uma citação do autor extraída de “*The habits of good society*”¹⁸(p.257), onde há a seguinte passagem: “Os garfos foram indubitavelmente uma invenção posterior aos dedos, mas uma vez que não somos canibais, sinto-me inclinado a pensar que os garfos foram uma boa invenção”.

O autor apresenta situações de diferentes épocas falando sobre o mesmo assunto, enfatizando a necessidade de se ter/desenvolver cada vez mais ‘as boas maneiras’ para viver-

¹⁸ “Os hábitos da boa sociedade” (Londres, 1859).

se melhor em sociedade, num movimento que não é retilíneo, mas vai aglutinando-se aos poucos a partir de elementos de várias origens sociais, de onde emerge um novo código de comportamento, sempre com base no que rezam os manuais de boas maneiras, que regram desde sobre como “assuar o nariz em público” até o “ato de escarrar” e de “como se comportar no quarto”.

A certa altura Elias (1993) questiona sobre o que tem a organização da sociedade sob a forma de ‘Estados’, o que tem a monopolização e a centralização de impostos e da força física num vasto território, a ver com a ‘civilização(?)’ O autor segue explicando que do ponto de vista conceitual, a sociedade se apresenta como um conjunto de indivíduos inteiramente independente entre si, cuja verdadeira essência está aferrolhada no íntimo de cada um e que, por conseguinte, só se comunicam externamente e a partir da superfície.

Tornando flagrante a crítica que o próprio autor faz ao processo civilizatório, enquanto causador de traumas intrapsíquicos em cada ser que passa pela aculturação da civilização, reprimindo os instintos naturais, para tornar-se um ser socialmente polido e assim aceito pela sociedade e mais tarde tornando-se cidadão no aparelho do Estado, por força e pressão deste. É o preço a pagar pela saída do estado de barbárie, é o preço da cultura, que na concepção Freudiana [citado pelo próprio Elias], quanto maior, o processo de civilização, mais este gera infelicidade no homem.

Mas não é um ‘mal necessário’ para que o aparelho estatal possa existir e nos gerir na era atual? (Elias entende o próprio Estado como “o monopólio do exercício da força física”). Ou de qualquer forma, um caminho sem volta? Afinal qual a vantagem de deixar-se levar pelos instintos naturais no mundo moderno? O processo civilizador é então necessário (?) por mais doloroso que possa parecer!

Elias (1993) argumenta que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. E que o processo aconteceu de maneira geral, sem planeamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. O controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole torna-se cada vez mais estável, uniforme e generalizada, tornando-se condição *sine qua non* para a convivência em sociedade:

A civilização não é ‘razoável’, nem ‘racional’, como também não é ‘irracional’. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento

pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver. (ELIAS, 1993, p.195)

Em outra passagem o estudioso explica que, à medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que organizar-se de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a sua conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável.

A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se ‘corretamente’ dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi finalmente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produziam colisões com a realidade social.

Aqui entra o *medo* como um elemento muito presente no processo a partir de então; e esse ‘sentimento’ nos ‘vigia’ até hoje e cada vez mais de forma mais insistente e sofisticada, funcionando como um regulador da vida moderna. O não atendimento ao seu apelo de alerta, pode nos levar à perda do *status quo* adquirido na sociedade contemporânea, a muito custo. Portanto, foi preciso aprender a conviver com o medo e também adestrá-lo ou administrá-lo, através do processo de educação que alcançamos por via da leitura ou corremos o risco não conseguir viver bem em sociedade, conforme exemplifica Elias:

Uma regulação constante e altamente diferenciada do próprio comportamento é necessária para o indivíduo seguir seu caminho pelo tráfego. Se a tensão desse autocontrole constante torna-se grande demais para ele, isso é suficiente para colocar os demais em perigo mortal. (1993, p.197).

Após desenvolver consciência da necessidade de impor limites a si próprios, os indivíduos das sociedades mais antigas sentem a necessidade de se proteger contra ataques súbitos, contra a irrupção da violência física em sua vida. E, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir qualquer impulso emocional para atacar fisicamente outra pessoa.

As demais formas de compulsão que nesse momento prevalecem nos espaços sociais pacificados, modelam, na mesma direção, a conduta e os impulsos afetivos do indivíduo. Quanto mais apertada torna-se a teia de interdependência em que o indivíduo está

emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais institucionais, mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de modelar suas paixões, mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social.

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeia de causa e efeito, todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ no comportamento. Acrescentando que:

Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um ‘superego’ específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. (ELIAS, 1993, p.203).

Dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como por exemplo, na fantasia, na qualidade de expectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos. Às vezes, o indivíduo se habitua tanto a inibir suas emoções (ou sentimentos constantes de tédio ou solidão constituem bons exemplos disso – que no mundo moderno somente teve o nome mudado para ‘depressão’, por exemplo) que não é mais capaz de qualquer forma de expressão sem medo das suas emoções modificadas, ou de satisfação direta de suas pulsões reprimidas.

Nesses casos, o não saber lidar com o processo, não se adequar ao padrão social estabelecido, pode até levar o indivíduo à loucura. Mas, a maioria das pessoas civilizadas vive um meio-termo entre os dois extremos: “Aspectos socialmente positivos e negativos, tendências pessoalmente gratificantes e frustradoras, misturam-se nelas em proporções variáveis” (ELIAS, 1993, p.206). Isso é chamado também de equilíbrio: algo a ser alcançado

durante toda uma existência se pudermos/quisermos nos enquadrar e sermos aceitos no *Establishment*.

Nas sociedades descritas por Elias (1993), o indivíduo miserável trabalhava para outros sob ameaça constante de passar fome, ou de cumprir pena em prisão caso se voltasse contra o sistema, ao contrário do mercador rico que trabalha sem parar, embora tenha provavelmente mais do que o suficiente para viver no ócio. É compelido a fazê-lo não por simples necessidade, mas, pressionado pela competição por poder e prestígio, porque sua profissão, seu *status quo* elevado, fornecem o significado e a justificação de sua vida. No seu caso, o constante autocontrole tornou o trabalho um hábito tão forte que o equilíbrio de sua personalidade estará ameaçado se deixar de trabalhar.

O impulso para empenhar-se nas atividades econômicas não é mais a mera necessidade de matar a fome, mas o desejo de preservar certo padrão de vida e de prestígio elevado e socialmente esperado. Nas classes superiores, o controle das emoções e a autodisciplina costumavam ser mais altamente desenvolvidos do que nas classes mais baixas: o medo da perda ou redução do prestígio social constituía umas das mais poderosas forças motrizes para transformar as limitações impostas pelos outros em autolimitação.

Elias (1993) historiciza que na mesma proporção em que mudam o comportamento e a estrutura da personalidade do indivíduo [a repressão das pulsões], muda também sua maneira de encarar os demais. A imagem que ele forma dos outros se torna mais rica em nuances, mais isenta de emoções espontâneas, ela é numa palavra “psicologizada”.

O medo da perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de autocompulsão, seja na forma de vergonha seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa. Tornando a civilização uma ‘faca de dois gumes’. E quaisquer que possam ser seus efeitos em casos particulares; de qualquer modo, os arrancos do processo civilizador ocorrem de modo geral, independentes de serem agradáveis ou úteis para os grupos envolvidos (ELIAS, 1993).

É o caminhar social dos seres sociais. Os padrões de comportamento de nossa sociedade, gravados no indivíduo desde cedo, como uma espécie de segunda natureza e mantidos em estado de alerta por um controle social poderoso e cada vez mais rigorosamente organizado, precisam ser explicados, não em termos de finalidades humanas gerais, ahistóricas, mas como algo que evoluiu da totalidade da história do Ocidente, das formas

específicas de comportamento que se desenvolveram durante seu curso e de forças de integração que as transformaram e propagaram:

A criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento sem o medo instilado por outras pessoas. Sem influência desses medos criados pelo homem, o jovem animal humano nunca se tornaria um adulto merecedor do nome de ser humano, tal como a humanidade de ninguém amadureceria plenamente se a vida lhe negasse suficientes alegrias e prazeres. (ELIAS, 1993, p.269).

Finalmente o autor afirma que nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a que são impostas, em medo de um ou outro tipo.

Não devemos nos enganar: as constantes produções e reproduções de medos pela pessoa são inevitáveis onde quer que seres humanos vivam em sociedade, em todos os casos em que os desejos e atos de certo número de indivíduos se influenciam mutuamente, seja no trabalho, no ócio ou no ato do amor.

Somente com a eliminação das tensões e conflitos entre os homens é que estas mesmas tensões e conflitos podem tornar-se mais brandos e menos nocivos às suas probabilidades de desfrute da vida. Mas isso parece ser impossível, uma vez que o processo civilizador é *algo* que ainda está em andamento, num contínuo e sem fim. O que torna a história mais um processo, que deve ser permeado pelo processo educacional, que por sua vez é entremeado de leitura e inevitavelmente atravessado pelo objeto livro, como um dos protagonistas do processo de civilização da humanidade.

Mas, sendo o sujeito humano um ‘animal intelectual’ totalmente subjetivo, cabe aqui refletir se este sujeito não merece ou deve ser consultado com relação ao processo de civilização que lhe é ‘oferecido’ pelo Estado, uma vez que o verniz civilizatório é uma demanda do próprio Estado para melhor administrar [ou dominar?] os recursos e cidadãos e não necessariamente um desejo do indivíduo, que dependendo de sua cultura autóctone pode sobreviver sem a polidez da civilização (?)

Podemos inferir que o interesse dos iluministas em ‘promover’ o processo civilizatório se resume em um interesse coletivo de tornar o cidadão responsável pelo seu sustento, em um momento crítico, em que se abolia o escravismo – gerando assim divisas para o Estado, em vez de ser um peso para seus senhores (?). Temos aqui então, subentendidos os ideais da

Revolução Francesa: igualdade - liberdade – fraternidade (?) Em busca de uma universalização da cidadania...

Na sociedade brasileira do século XIX, essas ideias já estavam – de certa forma - arraigadas, mais especificamente falamos da província da Alagoas, onde se detém nossa pesquisa e sobre a qual dissertamos no capítulo que segue; que vivia uma vidinha ainda tacanha e acanhada culturalmente, com suas complexidades no âmbito público-administrativo, o que não significa que não houvesse uma sede de conhecimento e crescimento dentro de seus atores sociais.

2 - PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: IMPÉRIO BRASILEIRO E PROVÍNCIA ALAGOANA

Figura 4: Vista parcial da Rua do comércio em Maceió no século XIX.



Fonte da imagem: www.google/imagens.

Neste capítulo, nos detemos em remontar a estrutura educacional de Alagoas no século XIX, com maior acuidade a partir de meados deste século. Assim, as referências centrais são Madeira (2005 e 2011) e Verçosa (2006). Estudamos as dissertações de Pauferro (2010) e Santos (2011)¹⁹ com o objetivo de traçar o percurso educacional de Alagoas através do processo e acesso à leitura no cenário do segundo Império brasileiro.

Além dos autores citados, utilizamos também os relatórios provinciais e a escrita de Moacyr Primitivo (1939) e Craveiro Costa (1931) sobre a Instrução e as Províncias no Brasil do século XIX, acrescentando os escritos de Brandão (2004), Lindoso (2005) e Costa (2001), na problematização da sociedade da época; um momento social em que Maceió estava imersa em “uma vidinha miúda, imposta pelo acanhamento do meio, pelo atraso e pobreza material e, sobretudo, policiada pela rígida moral de catecismo dominante” (JAMBO, 2011). Ao mesmo tempo onde são tecidas as teias históricas de ligação entre leitura e educação, tão intrínsecas ao processo civilizatório, em um momento histórico em que o positivismo exalta a ciência, priorizando o progresso, querendo a província se igualar aos pontos mais avançados do mundo em termos de ideologias sociais, através de ações de seus intelectuais liberais.

¹⁹ Ambas defendidas no PPGE (2010 e 2011).

Lyons e Leahy (1999) informam que o panorama histórico da época do Rio de Janeiro, determinava certos contornos históricos das demais províncias brasileiras. Entretanto com relação à Maceió um cronista da época mostra que:

Nasceu pobre, humilde e simples a cidade. Fôra a princípio povoado e vila. Fôra principalmente, caminho; era a estrada por onde transitavam os carros de bois carregados de açúcar no ir e vir do movimento comercial entre os ricos engenhos do norte – de Porto Calvo, de Camaragibe, do Vale de Santo Antonio dos Quatro Rios – e o fértil vale do Mundaú, no centro. O caminho era cortando um engenho. E foi desse engenho que nasceu Maceió. (ESTADO DE ALAGOAS, 1939, p.63).

Foi dessa forma singela que o historiador da época descreveu o nascimento da cidade de Maceió, que era até então ‘um caminho’ por onde se passava para atingir outro ponto de interesse da região, uma vez que essa ‘estrada’ não se configurava como parada, ainda não havia ali nada que merecesse ou oferecesse condição de uma estalagem para os viajantes.

Mas não continuaria assim a nossa *Maça-y-ok* (apenas um caminho alagadiço). E após muitas contendas políticas, em 19 de dezembro de 1839, a resolução n.11 decidia que Maceió tornava-se a partir de então a capital de Alagoas (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2006). Antes a própria província alagoana havia conquistado a independência de Pernambuco (1817) e Maceió tendo sido promovida à Comarca em 1833. Apesar do decreto real de 1817, Alagoas somente teve sua primeira administração em 1819, ano em que seu primeiro governante, o tenente-coronel Sebastião Francisco de Melo e Póvoas assumiu as rédeas da administração: Era 27 de dezembro de 1819, quando o neto do Marquês de Pombal desembarcou na enseada de Jaraguá, dirigindo-se à Vila das Alagoas e contava então com 28 anos. (CARVALHO, 1982).

No período recortado para o presente texto, houve uma sucessão de nomes na Presidência da Província: de 1857 a 1859, Angelo Tomaz do Amaral presidiu Alagoas, seguido por Manoel Pinto de Souza Dantas²⁰ (1859-1860); Pedro Leão Veloso²¹ (1860-1861);

²⁰ Inhambupe (BA 21/2/1831 - Rio de Janeiro DF 29/1/1894) Deputado provincial e geral, presidente de província, jornalista, ministro, magistrado, advogado. Filho de Maurício José de Souza e Carolina Francisca de Souza Dantas. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda (PE) em 1851. Nesse mesmo ano foi Procurador dos Feitos da Fazenda, bem como Juiz de Órfãos da cidade de Salvador. Deputado Provincial pela Bahia, de 1852 a 1857. Nomeado presidente em 3/9/1859, toma posse no governo a 1º de outubro do mesmo ano, permanecendo até 24/4/1860. Foi o 28o. Presidente da Província. No período de sua presidência ocorreu a visita do Imperador a Alagoas. Em 14/10/1859, D. Pedro chegou à cidade de Penedo, de onde seguiu para visitar a Cachoeira de Paulo Afonso. Em 31 de dezembro daquele ano, chegou a Maceió, onde permaneceu 11 dias, tendo inaugurado a matriz de Maceió, hoje catedral, e visitado Pilar, Alagoas, Santa Luzia do Norte, Porto Calvo Porto de Pedras, a Colônia Leopoldina e a fábrica de tecidos de Fernão Velho. Ao deixar o governo, Souza Dantas volta a representar a Bahia, já agora na Câmara Geral, de 1861 a 1878, tendo ocupado o governo daquela província (1865/66), bem como do Paraná (1879/80). Senador pelo seu estado natal, de 1879 até 15/11/89. Foi ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1866/68); da Justiça (1880/82); da Fazenda (1884/85).

Antonio Alves de Souza Carvalho (1861-1863); João Marcelino de Souza (1863-1864) e João Baptista Gonçalves Campos²² de 1864 a 1865. (PINTO, 1979). Observe-se que ainda não tinha a Província, prestígio político para nomear um presidente local, sendo os nomeados oriundos de outras localidades.

Lançando um breve olhar para o contexto social da época, a história nos informa que o Brasil do segundo Império vivia um momento de melhoramentos materiais, alterando o cenário urbano nas províncias imperiais e que tal momento foi vivido pela capital alagoana com intensidade. Em agosto de 1831, Alagoas contava com o seu primeiro jornal, o *Íris Alagoense*: “Era seu redator o francês Adolphe Emile Du Bois Garin, que exercia múltiplas funções. O nosso primeiro jornal mudou seu nome depois para *Federalista Alagoano*”. (CARVALHO, 1982, p.179).

Claro que o fato da transformação da província para capital, foi decisiva para que o progresso começasse a adentrar em nossas terras, quando se deu também

A criação de uma burguesia mercantil, enriquecida na prática do comércio de exportação de açúcar e de madeiras de construção naval, e na importação de bens manufaturados estrangeiros, a que se somavam atividades de agiotagens altamente compensadoras, que preenchiam em nível de uma província a carência de capitais de investimento. Essa burguesia urbana mercantil se constituía de comerciantes agiotas e comerciantes importadores-exportadores, instalados em casas comerciais, empórios e armazéns em Maceió e em Jaraguá. (LINDOSO, 2005, p.78).

Nesse trilho de progresso também ocorreu

A implantação do primeiro ramal ferroviário de seis quilômetros de extensão, ligando a ponte de desembarque de Jaraguá ao Trapiche da Barra, em 25 de março de 1868, e depois de um outro, que ia da rua do Livramento

Militou no jornal Diário da Bahia. Foi o brasileiro que maior número de voluntários organizou para a guerra contra o Paraguai. Apresentou ao Parlamento o projeto referente à libertação dos escravos sexagenários e o aumento dos fundos destinados ao resgate dos escravos. Publicou-se: Correspondência do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas 1831-1894; (Organização e notas de Américo Jacobina Lacombe, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1962-1973, 3v.). Fonte: ABC das Alagoas.

²¹ (Itapicuru BA 1/1/1828 - Rio de Janeiro RJ 2/3/1902) Presidente de províncias, ministro, deputado provincial, deputado geral, senador, advogado, professor. Filho de Pedro Gomes Ferreira Veloso e Jacinta Leão Veloso. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi presidente do Espírito Santo (1859/60). Nomeado em 20/3/1860, toma posse no governo a 1º de maio do mesmo ano, permanecendo até 15/3/1861. Foi o 29o. Presidente. Preside o Maranhão (1861), Rio Grande do Norte (1861/63), Piauí (1853/64). Pará (1866/67) e Ceará (1867/68). Foi deputado provincial, em Sergipe (1861/68 e 1881/82) e deputado geral pela Bahia (1877). Senador, ainda pelo seu estado natal, de 30/10/1879 a 15/11/1889. Catedrático da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro, Ministro dos Negócios do Império (1882/83) e Conselheiro de Estado. Obras: Fala Dirigida à Assembléia Legislativa da Província das Alagoas, na Abertura da Sessão Ordinária do Ano de 1860, pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, o Comendador Pedro Leão Veloso, Maceió, Tip. Comercial, 1860. Fonte: ABC das Alagoas.

²² (Pará) Presidente da província, desembargador. Nomeado em 5/12/1864, toma posse no governo em 15/12 do mesmo mês e permanece no cargo até 26/7/1865. Em sua administração foi criada a Biblioteca Pública Provincial (Lei 453, de 26/6/1865), que passou a funcionar anexa ao antigo Liceu Alagoano. Foi responsável pelo recrutamento de significativo número de voluntários que seguiram para a Guerra do Paraguai. 32o. Presidente. Obras: Fala Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas no Dia 5 de Maio pelo Exmo. Sr. Desembargador João Baptista Gonçalves Campos, Presidente da Província, Maceió, Tip. Progressista, 1865

até bebedouro, foi a arrancada da chamada modernização da capital alagoana. Tudo o que a nova era mundial apresentava de mais avançado em termos urbanos poderíamos encontrar em Maceió naqueles dias, tendo como vitrine privilegiada o seu bairro portuário convertido em *city* financeira e no centro do comércio: ruas iluminadas por lâmpões a gás, calçamento das ruas principais, ponte de desembarque de ferro, rede telegráfica, jardins nas praças, casas bancárias e seguradores, navegação a vapor, trem e as principais repartições públicas instaladas em prédios sólidos e vistosos como o Consulado Provincial, a Alfândega, Repartição do Selo, Capitania do Porto, Assembléia Provincial, Palacete do Barão de Jaraguá, onde funcionaram o arquivo e a Biblioteca Pública, Delegacia Fiscal etc. (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2006. p.371).

Apesar de termos passado por um ápice em alguns momentos daquele período, alguns historiadores avaliam que o século XIX foi de decadência para o Nordeste do Brasil, uma vez que a cultura açucareira – até então ponto forte de nossa economia – entrava em franco declínio:

O açúcar gemia, dominado na balança comercial pelo café que entrara com ímpeto na vida nacional, a ponto de figurar, quando ainda estava na meninice, como símbolo da Pátria, por ocasião da Independência, em evidente prejuízo do açúcar, arraigado por quatro séculos de existência à história do Brasil. A pobreza se alastrava pelo nordeste com a queda do açúcar. (ESTADO DE ALAGOAS, 1939, p.64).

Em se tratando da história da educação local no período, temos uma gama de fatos, depoimentos, controvérsias, afetos e desafetos em uma história que ainda está em construção, posto que em pleno século XXI, padecemos de males que eram tão comuns nos oitocentos, no trato do poder público com a educação. No imenso painel que é a história e seus inúmeros atores sociais, destacou-se em nosso contexto, o Professor e advogado, e também primeiro Diretor da Instrução Pública na Província de Alagoas na época, o ilustre José Correia da Silva Titara, que sendo um personagem controverso, também tinha suas angústias quando se tratava do descaso da máquina pública com a educação na província:

Mas porque havemos nós passado por essa desolação do abandono da instrução, em que até agora temos vivido e tão em atrazo jazemos ainda desviados desse farol, que constitui o melhor esplendor de uma nação? Que como o sol difunde seus raios no mais recôndito da habitação, que como elle alenta o débil peito da infância e a mão tremula da decrepitude? Certo que não é o defeito da lei fundamental de nossa organização política [...] por certo que não poderia a Constituição do Estado, sábia e previdente como é, deixar de escolher aquelle, que garantindo ao povo a instrução primaria e secundaria gratuitamente, sem proibir o ensino particular, deixasse de reservar para os poderes da nação o direito de regular em todo o tempo a educação e instrução do povo. (TITARA, 1856, p.01).²³

²³ Em toda a transcrição/citação dos textos de época pesquisados, optamos por manter a grafia original.

O Professor Titara era tido como defensor ferrenho da ordem nas repartições públicas e um tanto malquisto (ou incompreendido) pelos professores que trabalhavam sob sua inspeção, visto que há diversos registros de sua propalada intolerância com os laços frouxos da máquina pública no controle do cumprimento do dever profissional dos servidores. Mas, também era conhecedor e reconhecedor das más condições de trabalho e remuneração desse mesmo professorado que ele às vezes criticava:

Continuarão, porem, sempre esses resultados funestos de nenhum systema de ensino, e a tolerância dos abusivos excessos de negligencia dos preceptores da mocidade da província: a pretendida reforma da instrucção se tornou ainda dessa vez insubsistente e improficua. Assignalei então em 1855 as causas do máo estado da instrucção: no pessoal dos professores, sua incapacidade e desídia; na falta de inspecção das escolas; na de methodo no ensino; na de meios para a pobreza aprender nas mesmas escolas, e na mesquinha remuneração dos professores. (TITARA, 1856.p.05).

Outros estudiosos da época também concordam com Titara, quando descreve que o ensino primário faz apenas a instrução, aumentando somente o número de medíocres, ao passo que, o ensino secundário e superior criam a massa dirigente e culta, levando a história da Província a ser contada a partir dos interesses de classes dos grandes proprietários rurais e da burguesia mercantil urbana (LINDOSO, 2005, p.37).

Apesar de – ao longo da história – observar-se um contexto ‘negativo’ nos processos educativos em Alagoas, onde a educação foi por longos períodos, relegada à iniciativa privada, ou a quem quisesse assumir essa responsabilidade diante do Estado, mesmo sem preparo para a tarefa; a nossa educação pública viveu um período (entre as décadas de 1950 e 1970) considerado áureo, em que a disputa por uma vaga nas escolas públicas era muito acirrada, tal como acontece hoje com as melhores universidades como a Universidade de São Paulo, onde somente os ditos abastados tem acesso àquela instituição.

No período citado, mais especificamente no antigo Complexo Educacional Antonio Gomes de Barros - CEAGB, hoje Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas –CEPA, tínhamos escolas que eram referência como o Instituto de Educação (na época, sob a direção da Profa. Miran Marroquim) e Colégio Moreira e Silva, onde a elite de Maceió estudava, e de onde brotou muitos intelectuais e figuras ilustres que estão no poder constituído no Estado até hoje. Como explicar essa fase áurea, diante de uma história repleta de fracassos no sentido de qualidade da educação pública em Alagoas? Certamente esse é um tema para uma futura pesquisa, visto ser extemporâneo ao assunto que aqui tratamos.

Enfim, vivia-se um período em que as influências filosóficas do século estavam espalhadas por vários pontos do Brasil, já desde o século anterior. De acordo com Tobias (1987), já adentrando no campo educacional: o Materialismo, aparecido no Brasil com o

Cientificismo da Reforma do Marquês de Pombal no século XVIII, é no século XIX engrossado pelo Positivismo, particularmente através da Reforma de Benjamim Constant, encontrando a filosofia da educação positivista apoio na escola, na política, nos meios militares, dividindo a seguir o ensino brasileiro em quatro grandes correntes: a cristã, a cientificista, a materialista e a positivista, sendo que para o povo brasileiro, a filosofia educacional que mais pesa é a herança da nação portuguesa e dos jesuítas, nominada aqui, como a Filosofia da educação cristã.

2.1. A leitura como principal elemento na educação formal e o conceito oitocentista de cidadania

A leitura constituiu-se em um dilatado espaço de tempo na principal técnica civilizatória de apropriação do mundo real. Seja por meio de pinturas ou ideogramas seja por meio do sistema de escrita, a leitura é o central elemento do processo de educação formal e do saber sistematizado. Assim, é preciso definir o que é, pois, leitura e o que é o leitor. Em todos os aspectos, ambos penetram o mundo da cultura escrita. Para Certeau (1999, p. 20):

O leitor é um caçador ilegal. O leitor como consumidor, se oculta no texto, porém não no sentido entendido pelos teóricos da recepção. O leitor é um invasor, rastejando pela propriedade de outrem atrás de propósitos nefastos. A propriedade não é dele; a paisagem foi feita por outras mãos. Porém, enquanto não é apanhado, ele toma o que deseja – uma lebre aqui, um tordo ali, até mesmo um cervo, com sorte -, fugindo sem deixar rastros na página. Desse modo, o leitor individual insinua seus significados e objetivos dentro do texto de outrem. Cada leitor individual tem meios silenciosos e invisíveis de subverter a ordem dominante da cultura de consumo.

Entretanto, para se chegar a esse nível de leitura [traçado por Certeau] é preciso que o indivíduo seja educado formalmente. O que não ocorre em terras alagoanas. Não para a totalidade de seu povo. Infelizmente, a crônica da educação alagoana no que diz respeito à perspectiva formal da educação nos traz tristes realidades. Costa (1931), principal intérprete da educação alagoana dos oitocentos, “pinta” com cores fortes e realistas os tristes fatos da educação na “terra dos marechais”. Em geral, a população encontrava-se analfabeta, de modo que o acesso a livros e a cultura letrada não era para muitos e sim para poucos, pouquíssimos privilegiados.

Tal realidade pode ser atribuída à forma de colonização nessas terras instauradas: marcadamente excludente e violenta. Sobre o surgimento do território alagoano, Costa (1983, p.05) informa que:

Conhecida, porém, a costa brasileira em quase toda a sua extensão e feito, pouco a pouco, o trato com as tribos mais acessíveis, o governo português cuidou aforçadamente da colonização e aproveitamento do seu vasto domínio americano. E, para isso, organizou a expedição de 1530, sob a chefia de Martim Affonso de Souza. Quatro anos mais tarde, D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, sob o regime feudal, com ellas premiando serviços dos seus homens mais notáveis. A Duarte Coelho Pereira couberam sessenta léguas de costa – da barra do São Francisco á do Iguarassú, segundo o foral de 24 de outubro de 1534. Nessa capitania, que se chamou de Pernambuco e também Nova Lusitania, ficou o território alagoano, que somente della se desmembrou, para constituir-se em capitania administrativamente independente, em 16 de setembro de 1817.

Em 16 de setembro de 1817, temos enfim, o fato político da Independência da Província de Alagoas - que desliga-se politicamente de Pernambuco - constituindo-se como espaço político-administrativo autônomo, no contexto da formação social do Brasil. Criada a Capitania das Alagoas, só dois anos depois (1819) é que assume o primeiro Governador, Sebastião Francisco de Mello Póvoas. Sua primeira providência foi criar a Junta de Arrecadação, com representações em Penedo e São Miguel dos Campos, e a Alfândega de Jaraguá, além de fortificar o litoral. Cuidou ainda de fortificar a nova Capitania, criando duas companhias de Infantaria com 232 homens e uma de Artilharia com 109 soldados. Em confronto com a guarnição de 30 homens existentes na antiga Comarca, trata-se de um contingente significativo, além de ser um campo de emprego para a plebe que antes só tinha guarida na lavoura ou como capanga dos senhores. Quanto às características gerais daquela sociedade, Verçosa (2006) analisa que não se pode esquecer que na época, além da carência, na província, de pessoal intelectualmente apto a ocupar os cargos mais cobiçados no aparelho burocrático, já estava em pleno funcionamento a Faculdade de Direito de Olinda, criada em 1827, na qual já se fazia necessário preparar os filhos de senhores da terra, criando as condições culturais para se assumir os postos de comando surgidos com a autonomia e, posteriormente, com a criação da província.

O autor citado esclarece ainda que no campo educacional, uma das primeiras medidas da recém instalada Assembléia Provincial (em 1834), foi ampliar as aulas preparatórias de quadros para a política e a administração, bem como a área de atuação da Educação, criando duas cadeiras – Filosofia e Francês – para a vila de Penedo. A essa altura, já contando com cinco aulas de Latim, duas de Francês, uma de Retórica, uma de Filosofia e uma de Aritmética, destinadas aos rapazes ricos. Só em 1836 vai ser regulamentado o funcionamento das escolas de primeiras letras, transcorridos quase vinte anos de autonomia político-administrativa da região.

Certo, é que no ano de 1848, a província contava com uma população de 207.249 habitantes, sendo 59.775 escravos e 147.474 livres. Destes apenas 22.566 eram alfabetizados, havendo apenas 2.073 alunos matriculados em cursos primários que eram ministrados em 44 escolas, sendo criado no ano seguinte o Liceu de Maceió, que centralizará as cadeiras avulsas para o ensino secundário, já existente. Como se vê ainda não existe um planejamento adequado para o estabelecimento de um processo educacional na província.

Observações feitas por José Bento da Cunha Figueiredo, que irá governar a província de 1849 a 1853, sobre a forma como se vinha conduzindo a educação pública na época, deixa claro o papel das injunções políticas no funcionamento do setor. Isso evidentemente iria aumentar ainda mais o descrédito para a educação mantida pelo governo, sendo, com certeza, o principal motivo para o aumento das escolas privadas, a respeito das quais, infelizmente não dispomos de dados mais pormenorizados, sabendo-se apenas que eram inúmeras. (VERÇOSA, 2006, p.77).

Por sua vez, Costa (1931) complementa que D. João VI, cuidou do ensino público no Brasil, mas cometeu o erro de iniciar a obra educacional brasileira de cima para baixo. Em todo o país foram criados cursos de Retórica, Filosofia, Latim, Francês, Matemática. Criaram-se academias e museus. Criou-se a imprensa. Mas a base de todo esse edifício, que seria a escola primária, que desde 1774 era uma instituição nacional nos Estados Unidos, não procurou fundar no Brasil. De alto a baixo a ignorância no que diz respeito ao domínio das letras era completa. Saber ler e escrever era privilégio de raros, raríssimos sujeitos economicamente favorecidos.

Tal prática civilizatória não era mesmo considerada coisa de grande importância pela aristocracia rural dominante. Com a criação da capitania de Alagoas, a instrução pública tomou certo impulso, mas visando preferentemente o ensino secundário às classes abastadas. Costa (1931) continua a criticar, com sua verve realista, a situação educacional das Alagoas no século XIX, quando comenta que desde então, a instrução primária ficou privativa das Províncias, na sua legislação, na sua orientação e na sua propagação; além de serem trabalhadas pelas competições partidárias, sem continuidade administrativa, desaparelhadas de recursos financeiros, ou seja, o ensino primário entrou pelo caminho do abandono...

Em se tratando especificamente da história da educação o citado historiador nos conta que Titara foi o primeiro diretor da Instrução Pública em Alagoas e os seus relatórios são ainda hoje admiráveis pelo estilo e pelas ideias. Numa época em que ninguém se preocupava com a organização do ensino público, ele pugnava por essa organização, do ponto de vista puramente pedagógico, combatendo a incapacidade do magistério e o erro, que chegou até

nossos dias, de se transformar esse importante ramo administrativo num departamento exclusivamente burocrático sob a égide da politicagem.

Somente em 1836 a Assembléia Legislativa votou a Resolução n. 21, de 9 de março, sancionada pelo presidente Antonio José de Moura, que regularizava o funcionamento das escolas de primeiras letras. Esta Resolução foi regulamentada pelo presidente Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 21 de outubro do mesmo ano. Todavia essas providências eram insignificantes. A situação do ensino primário continuou ao desamparo governamental.

A rotina, a politicagem, a indolência e a ignorância caracterizavam esse lastimável abandono. E nesta condição, o próprio Titara relata [ao presidente da província] em 1853, as deploráveis condições em que se achava o ensino público, devido à incapacidade dos professores, a falta de inspeção escolar que favorecia a desídia do magistério, à ausência de métodos de ensino, à mesquinha remuneração do professorado, corpo este, despreparado para a sua função.

Em 1857, Titara apresentou relatório à presidência, o qual trazia como novidade, uma escola que estava ensaiando o método chamado de leitura repentina, de Antonio Feliciano de Castilho. Tal método vinha precedido da respeitabilidade científica do nome de seu autor e de um luminoso parecer da Sociedade de Ciências Médias de Lisboa. O próprio Castilho viera ao Rio mostrar como se praticava o seu processo de leitura. Entretanto, quanto à sua eficiência pedagógica, foi acolhido com ceticismo. Em Alagoas ele foi combatido pelo ilustre pedagogo José Alexandre Passos, que foi também um filósofo insigne. Todavia propagou-se um pouco, aceitando-o os professores menos “ronceiros” e capazes de admitir inovações.

Nos idos de 1859, quando da visita de D. Pedro II à Maceió, esta já era uma terra de bacharéis, com cerca de 134 doutores formados apenas na Faculdade de Direito de Olinda, agora já transferida para Recife. A Província caminhara rápido na formação de quadros para a vida pública, se considerarmos a situação em que se encontrava nos seus primórdios. Isso, inclusive, já devia estar contribuindo para complicar e acirrar as lutas políticas por funções públicas. (COSTA, 1931).

No início da década de 1870, com uma população de 310.000 habitantes, Alagoas contava com um contingente escolarizável de 78.470 crianças e jovens, dos quais apenas 9.483 frequentavam escola. O descrédito do ensino público nessa época atingia até o Liceu, que foi fundado em 1849 e funcionando por uma década até ser extinto, fora restaurado em 1863, com o intuito de melhorar o ensino secundário na província. Entretanto, isso na verdade só tinha conseguido piorar a situação das cadeiras avulsas que o antecederam.

Os jovens, cujas famílias tinham recursos, continuavam saindo para fazer fora seus estudos preparatórios para os exames que lhes permitiriam ingresso no ensino superior, até porque estudando em Recife ou Salvador, com os professores que os iriam arguir, teriam mais facilmente garantida sua aprovação. Com base em quadro de Craveiro Costa sobre a educação nos idos de 1860, no período 1857 a 1865 – limite base desta pesquisa – a população escolar na província de alagoas chegava apenas a 10% do total da população em idade escolar, contando com cerca de 100 escolas no território. (VERÇOSA, 2006).

É importante enfatizar que no primeiro quartel do século XIX, a sociedade imperial estava constituída de governo, elite senhorial, trabalhadores livre e escravos. A formação escolar do povo era o elemento fundamental em tal processo, o poder estava centrado nas letras, sendo o estudo considerado meio de classificação social, garantindo aos cidadãos a possibilidade de distinguir-se da massa de escravos e superar o estado de barbárie de grande parte da população, espalhadas pelos confins do território.

O modelo de educação para a Nação que estava vindo ao mundo foi copiado do contexto europeu, devido à influência herdada pela colônia. O projeto de educação que queria-se implantar no Brasil nos moldes europeus não levou em consideração como apresentava-se o Brasil no referido século. Este nasceu em uma sociedade econômica e socialmente desigual.

A escola era o espaço onde iria ser reproduzida essa realidade, visto que, o sujeito receberia o nível de educação de acordo com sua classe social. A racionalidade só poderia ser adquirida através do conhecimento e esse era obtido através da escolarização que tornava o sujeito civilizado.

Nesta perspectiva, os analfabetos eram considerados incapazes, responsáveis pelo atraso da Nação. Precisava-se urgentemente disseminar a educação, e para tal propósito, importou-se da França o método mútuo, onde existia apenas um mestre e os monitores, e em curto espaço de tempo centenas de alunos eram alfabetizados apontando para uma economia em relação ao pagamento dos professores – visto que os monitores não recebiam remuneração alguma, e ainda deviam sentir-se honrados por serem convidados pelos mestres.

O modelo de educação transplantado para o Brasil, pela elite européia, não condizia com a realidade brasileira, o que para o outro Estado (Europeu) tinha sentido, no contexto brasileiro não tinha significado algum. A elite brasileira estudava nos moldes europeus e, quando aqui chegava, fazia parte do quadro de funcionários públicos, criava-se assim uma homogeneidade ideológica que dava condições de reproduzir a ideologia portuguesa.

Os juristas e magistrados formados em Coimbra exerceram um papel marcante na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira. Fazendo parte da elite estava a Igreja, esta pertencente à burocracia estatal, tendo grande influência principalmente na educação desde 1530 quando os jesuítas chegaram aqui e iniciaram seu propósito de catequizar e instruir os indígenas, ampliando essa ação aos filhos dos colonos.

Os colégios Jesuítas foram instrumentos de formação das elites no período colonial, a Companhia de Jesus se tornou a ordem dominante no campo educacional. Os Padres jesuítas foram expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal, acusados de deterem o poder econômico, educar a serviço da Igreja e não do estado. Era o início de um sistema público de ensino, entretanto, as dificuldades eram muitas.

A forma de educação escolarizada era transformada em mero privilégio controlada e fiscalizada pelo Estado. Inicia-se um processo de aulas isoladas de matérias estabelecidas em colégios religiosos e seminários, com vistas ao desenvolvimento de um ensino superior.

O objetivo da elite européia era acabar com a barbárie e o analfabetismo, visto serem estes os fatores que depunham contra a representação da nação perante outros países. Dessa maneira precisavam implantar a “civilização”, somente assim iriam ter progresso. Para tanto era necessário que as escolas fossem organizadas de acordo com os preceitos do ideal iluminista

Assim precisava fiscalizar e punir os professores que não estivessem atendendo às normas estabelecidas. Surgia um sistema educacional pautado no autoritarismo, os fiscais de ensino sendo representados pelos homens de poder, governadores ou seus representantes como: presidente da província, diretores gerais, inspetores.

As normas estabelecidas no Brasil eram determinadas pela elite política bacharelesca com o olhar do lugar em que adquiriu conhecimento, ou seja, Coimbra. Dessa forma estes eram os responsáveis primeiro pela constituição do aparato legal da nova nação.

Com a finalidade de atender aos propósitos do governo, iniciam-se as reformas educacionais. Entretanto, tais reformas são para atender as elites; há uma distância entre o que é posto nas legislações e o que acontece na realidade.

A Constituinte de 1823 produziu muitos discursos, porém o resultado foi que a educação básica ficou relegada à iniciativa privada, atendendo assim ao poder central que só tinha olhos para o ensino superior. Esta também aboliu o privilégio do estado para dar instrução, concedendo a liberdade de ensino para quem quisesse ensinar. Com isso trazia-se o

princípio da liberdade de ensinar e da gratuidade. Essa liberdade de ensino incentivou a abertura de escolas particulares, e também uma desqualificação profissional, pois qualquer um poderia ensinar, ou seja, quem quisesse poderia ser professor.

A escola era o espaço onde os chamados iletrados vinham em busca de instrução e de educação, porém, essa mesma escola deveria reconhecer as diferenças. As elites caminhavam por todo o processo educacional, primário, secundário e superior. Já os demais homens livres, apenas o primário é o suficiente para diferenciá-los da massa de escravos. Dessa forma, a educação imperial homogeneizaria a elite, dava a base aos homens livres e excluía os demais. (PAUFERRO, 2010).

Conforme Chizzotti (2005) isto foi mudando paulatinamente a partir de novos projetos de nação que nasceram com vários movimentos contestatórios, mas acima de tudo pelos inconfidentes:

A fragilidade do equilíbrio de forças ameaçadas pelas fissuras abertas pelos movimentos inconfidentes estava cada vez mais debilitada pelos encargos de sustentação da nobreza perdulária, subsistindo à custa da Coroa e amparada pela carga fiscal. A ela se somava a penúria das províncias, extorquidas pelas obrigações tributárias, que se somava, por sua vez, à miséria dos agricultores e à indigência dos artesãos e senhores de pequenos ofícios, todos alijados da proteção real, curtindo a pobreza de todas as formas, nos campos e núcleos urbanos. (CHIZZOTTI, 2005, p.31).

O autor continua informando que:

Os artesãos e serviçais de ofícios autorizados, submetidos à pobreza permanente, os intelectuais ilustrados pelas idéias revolucionárias da França e dos Estados Unidos ou pelo ideal parlamentarista inglês, todos eles, por hostilidades particulares ou por idéias curtidas nas associações secretas agregavam-se no partido liberal, um mosaico de idéias filoliberais que abrigava nacionalistas nativistas vibrantes, como Muniz Tavares, patriotas exaltados, como Antônio Carlos [...] que reclamavam uma carta constitucional, uma forma de governo e instituições, legislação, novos usos e costumes que afirmassem a ‘nação brasileira’. (ibidem, p.32).

O plano imaginado consistia em criar uma escola de ensino mútuo em “cada província e, para isso, cada uma delas deveria enviar um soldado que aprenderia o método [Lancasteriano] na capital e, voltaria como mestre e propagador do mesmo na província de origem.”²⁴. No que se refere à prática de tal método, Bastos (2010) afirma que não houve a implantação do método monitorial/mútuo no Brasil, conforme a preconização original inglesa, o que ocorreu foi

²⁴ O Sistema de Lancaster consiste na aplicação de uma máxima muito antiga, segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensiná-lo, e o melhor modo de saber bem as cousas é ir ensinando uns aos outros (MOACYR, 1939, p.10).

A adoção de medidas legais e de muita discussão política em torno das vantagens e desvantagens do método, e das dificuldades de implantação de escolas de ensino mútuo. Na prática não tivemos uma escola que comportasse mais de cem alunos, além de um número reduzido de professores realmente com domínio do método e com o material necessário para o seu desenvolvimento. (p.49)

O projeto elaborado pelo Conde de Barca, Gal. Francisco de Borja Gastão Stockler, reproduzia o ideário de Condorcet, dividindo a instrução pública em quatro graus: as pedagogias, que compreendiam o ensino elementar primário; os institutos, que acrescentavam às pedagogias os conhecimentos necessários aos agricultores, artistas, operários e comerciantes; os liceus, que ministravam os conhecimentos científicos; e as academias, que desenvolviam os conhecimentos das ciências abstratas e os estudos das ciências morais e políticas. O projeto, pela sua inspiração liberal, pelo risco de se formar uma massa letrada e um sistema que nem Portugal, nem a própria França possuía, contrastava com os interesses colonialistas da Coroa. Por outro lado, o erário, exaurido de todas as formas pelas cortes, não teria condições de implementar plano tão amplo.

O plano apresentado para a instrução pública de autoria de Martim Francisco Andrade, inspirado nas ideias de Condorcet, justificava a instrução como instrumento de liberdade e igualdade, e fonte de moralidade pública, prosperidade do Estado e progresso da humanidade, portanto, ideais civilizadores.

O único dispositivo legal para a instrução primária foi uma lei de 20 de setembro de 1823, que permitia a todo cidadão abrir escola elementar, sem os trâmites legais de autorização prévia e sem licença e exame do requerente. Podendo-se ler que a partir de então teve início o processo de favorecimento à iniciativa privada na educação, promovida pelo próprio Estado. A Constituinte de 1823, em seis meses de trabalho produziu mais discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução, que diretrizes fundamentais para a educação nacional, em parte, por não existir no grupo de legisladores, especialistas na área da educação (CHIZZOTTI, 2005).

Nas chamadas ‘escolas de primeiras letras’, os professores ensinariam a ler e escrever; as quatro operações aritméticas; prática de quebrados; decimais e proporções; noções gerais de geometria prática; a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina católica romana; tão necessárias ao processo de civilização, além da Constituição do Império e História do Brasil (SUCUPIRA, 2005). E ainda:

A apertada centralização de nossa primeira Constituição, produziu a reação política do Ato Adicional de 1834 e a garantia da instrução primária gratuita que ela dava aos brasileiros, tornou-se dever das províncias, como aliás o são

até hoje, mesmo que os [agora] municípios não consigam gerir bem essa obrigação. (SUCUPIRA, 2005, p.59).

Para as classes dirigentes da época, o mais importante era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estrita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a ‘construção da ordem’ [o ideário civilizador, para o controle das massas?], a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico (SUCUPIRA, 2005, p.67). Sem provocar rupturas, nem romper com as permanências. Na introdução de “A instrução e as províncias” Moacyr (1939. p.05) já argumentava, em defesa do sistema educacional incipiente da época que “Nos governos despóticos é a ignorância dos vassallos a base do sistema, assim como nos governos constitucionais o é a instrução dos súditos. Mais vale pouca instrução que nenhuma”.

Em discurso proferido em 1844, citado por Moacyr (1939, p.16), o presidente da Assembléia Anselmo Francisco Peretti não se limitou a colher informações sobre o ensino. Foi pessoalmente às escolas, donde concluiu que “o estado da instrução pública na província é o pior que se pode conceber”, acrescentando que os professores e os educandos arguidos por ele, mal souberem responder às perguntas mais simples, que os professores conseguiram as cadeiras através do patronato, e que os alunos não tinham condição de adquirir nem o papel, nem a pena, muito menos um compêndio para acompanhar as aulas.

A instrução secundária se acha em bastante atrazo. O Liceu que conta nove mezes de existência nasceu logo necessitando de humanidades bem e reforma. Entretanto não peço a sua extinção e sim melhoramentos, e uma das medidas é sem duvida, que se ensinem as noções gerais de agricultura, de química aplicada às artes, de geometria e mecânica prática e outros conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento da indústria americana. (MOACYR, 1939. p.19).

A Constituição de 1891 instituiu a descentralização do ensino (artigo que a Constituição de 1824 já prescrevera); delegando aos estados competência para prover e legislar sobre a educação primária; na realidade, oficializava-se a distância entre a educação da classe dominante e a educação do povo, retratando a organização social brasileira, embora sem considerar os vários estratos sociais emergentes. Preserva-se a ‘educação para o ócio’, e até as massas associavam ‘trabalho com escravidão’.

A capital era o Rio de Janeiro, a língua era portuguesa, embora a elite preferisse falar francês como marca de distinção social, de familiaridade com a Europa e de tradição cultural. Seguia-se a etiqueta francesa à risca. Os ingleses controlavam a economia, dominando todos

os sistemas básicos de comunicação, transporte e *commodities* no Brasil. Se o Rio era o epicentro da política e da cultura, São Paulo já era o centro financeiro (LYONS; LEAHY, 1999).

Mas nas províncias, imperava/assolava a doença, miséria e pobreza; e a escravidão era vista como um problema para a civilidade, então era imperioso subvencionar um sistema de educação que embora não atingisse a todos, que foi a realidade por todo o século XIX em Alagoas; mas, que tivesse início em nome do progresso e da civilização pelas letras. Em verdade, era uma tentativa de ‘branqueamento’ do negro através do processo de educação, posto termos culturalmente como parâmetro de ‘civilizado’ o europeu colonizador. Ocorre que as províncias não tinham recursos para efetivar um projeto de educação para os pobres, e algumas iniciativas beneméritas esporádicas davam conta de um mínimo da população que era obrigado a priorizar a subsistência, afinal naquele período não havia razões para crer numa necessidade de escolarização, posto que não houvesse mercado de trabalho com essa demanda (SANTOS, 2011). Todo esse contexto serve de preparação para o surgimento dos Gabinetes de Leitura no Brasil com espraiamento social por todas as províncias, e cada província fazendo um uso diferenciado da instituição, como observa Schapochnik (1999, p. 40):

Os gabinetes favoreciam um conjunto de práticas, como a leitura individualizada e silenciosa e a correspondência epistolar, que davam vazão à subjetividade, caracterizando esse espaço como um recanto propício para a introspecção e autonomia pessoal.

Em uma sociedade profundamente desigual no que diz respeito à apropriação do legado cultural historicamente construído, os gabinetes de leitura acabaram funcionando como espaços de divulgação do saber e de uma dada forma civilizatória. Claro que estava a princípio interditados de frequentar esses espaços, os “homens de cor escravizados” e toda a massa amorfa e analfabeta dos oitocentos no Brasil e especialmente em Alagoas.

Este contexto propiciou uma situação de não acesso à leitura àquela população permanecendo quase um luxo, para os abastados. Sendo esta sociedade fortemente marcada por contradições de várias ordens, citando aqui apenas as socioculturais, Silva (2010, p.86) relata que:

O século XIX foi um período de independência e consolidação do Brasil como Estado-nação que se pretendia guiar por um modelo europeu de civilização. Nesse processo, as bibliotecas e outras instituições culturais, como museus, teatros, institutos históricos e arquivos, tiveram um papel fundamental para ajudar a moldar a nova identidade.

Se considerarmos que o autor da citação acima está com a razão, é preciso reconhecer também, que o século XIX no Brasil constitui-se como um “divisor de águas”, principalmente

no que toca às questões sociais. No entanto, o processo histórico de formação do povo brasileiro ainda está por ser consolidado. Em verdade, é um processo muito lento e gradual, formado de avanços e recuos, numa sociedade estruturada socialmente sob o signo da injustiça social. Contudo, o Brasil é os brasis. Nisto, queremos afirmar que temos artefatos culturais profundamente sofisticados convivendo com uma sociedade que não demandava o uso desse artefato chamado livro. Este vivia quase como uma peça de museu, onde somente os que sabiam interpretar o seu valor tinham acesso ao seu manuseio.

Especificamente no que se remete à história da leitura e/ou das bibliotecas no Brasil, o marco zero (pelo menos do ponto de vista oficial) é a criação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, originada do acervo de livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, que constituía a Real Biblioteca da Ajuda, trazido ao Brasil pela família real portuguesa (GOMES, 2007). Com o nome de Real Biblioteca que foi instalada em 1810 nas dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, atual Rua primeiro de março (conhecida na época por Rua Detrás do Carmo), e em 1811, já atendia mediante prévia autorização régia, e, a partir de 1814, estava aberta a toda a população da cidade, o que pode ser considerado um grande avanço para a época, mesmo que a frequência não fosse grande devido a pouca importância que se dava aqui às ‘ocupações literárias’. Mesmo assim havia um grande atrativo para os leitores daquela instituição, que eram os periódicos impressos no Rio de Janeiro e nas províncias, recebidos a cada manhã, formando um grupo de leitores significativo, e de todas as classes e opiniões.

Sobre o leitor que frequentava a biblioteca, um visitante inglês de nome Thomas Ewbank, nos idos de 1845, sentenciou que a “Biblioteca é uma honra para a cidade”, mesmo não tendo encontrado ali “mais de meia dúzia de consulentes, sendo a maioria de cor” [provavelmente negros libertos]. E segue em seu elogio afirmando que a biblioteca contém excelentes livros em todos os ramos do saber, e que a direção trata a todos, “dentro de um espírito liberal, não entravado por preconceito religioso ou político” (*apud* SILVA, 2010).

Outra instituição que se firmou na cidade do Rio de Janeiro e tal como a Biblioteca Nacional, existente até os dias de hoje, foi o Real Gabinete Português de Leitura (fundado em 1841). Este era um panorama da Corte, tão distante da pobre província alagoana, que na mesma época era apenas a senzala de um engenho banguê, no sítio em que foi mais tarde construído o prédio do Tesouro provincial, cuja pedra fundamental foi assentada a 14 de março de 1851, nas palavras de Altavila (1962).

Apesar do alto índice de analfabetismo que atingia – e ainda atinge - o Brasil no século XIX, havia um interesse dos homens letrados em incutir uma cultura civilizatória na população, através de ações que facilitassem o acesso à leitura; por intermédio de iniciativas como os gabinetes de leitura. Estes intelectuais interessados em civilizar os “menos favorecidos” seguiam um ideário europeu de formar um cidadão “letrado, trabalhador, higiênico e regrado moralmente” (MADEIRA, 2008). Schapochnik (2005, p. 229) vem corroborar com a autora em tela:

A afirmação de que a leitura foi uma prática circunscrita a uma parcela diminuta da sociedade brasileira do século XIX, faz parte do repertório de nosso saber tácito, isto é, do arsenal de certezas que se mostra tão seguro a ponto de parecer ser evidente por si mesmo. Talvez a ampla aceitação desta ‘evidência’ repouse no argumento bastante plausível de que a maior parcela da população brasileira era constituída por analfabetos e, sendo assim, estava automaticamente alijada de participar ativamente da experiência da leitura e do prazer do texto. Esta situação adversa era corroborada pela precariedade do sistema de instrução pública e do restrito acesso aos centros de ensino superior.

Em Alagoas, a situação não era diferente. No século XIX tínhamos um sistema de educação precário. Sistema este, que surgiu no então Império com o intuito – em grande parte – de resolver o problema da moralidade pública, amparo e vigília social (MADEIRA, 2005). A escola da época não pode ser nomeada pública, privada ou filantrópica, considerando que estas categorias não se distinguiam; havia um entrelaçamento, dando outra feição ao que se costuma nomear de laico e religioso, individual e coletivo, urbano e rural, público e privado. É nessa tessitura histórica que surge o Gabinete de Leitura. No mesmo contexto temos:

A discussão sobre a necessidade de investimento na educação estava relacionada à importância da formação do cidadão-eleitor. Preparar o homem para o sufrágio universal, através da escola, tomou uma forte tonalidade, buscando garantir o desempenho de seus deveres de cidadão quando o voto fosse estendido a todo cidadão brasileiro [...] simultaneamente, a transição do trabalho escravo para o livre desencadeou a preocupação com a educação do liberto, para ‘ensinar-lhe’ a amar o trabalho. (MACHADO, 2010, p.93).

No discurso do poder constituído da época, temos uma breve noção de como era a situação nacional na área da educação, social e política, onde não se percebe nenhuma preocupação por parte do poder dominante com a questão das bibliotecas, acesso à cultura ou à leitura para todos os cidadãos:

A Assembléia Nacional e Geral Constituinte de 1823, pelo discurso e pela forma, pela composição de seus membros e pelos projetos apresentados, constitui um observatório privilegiado dos problemas e das concepções sociopolíticas do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. As propostas de

lei, as indicações e os decretos, assim como os usos, o estilo e o conteúdo dos discursos revelam muito das orientações políticas e culturais que vão tomando forma e delineando a organização jurídico-política do Brasil independente. [...] A fragilidade do equilíbrio de forças ameaçadas pelas fissuras abertas pelos movimentos inconfidentes estava cada vez mais debilitada pelos encargos de sustentação da nobreza perdulária, subsistindo à custa da Coroa e amparada pela carga fiscal. A ela se somava a penúria das províncias, extorquidas pelas obrigações tributárias, que se somava, por sua vez, à miséria dos agricultores e à indignação dos artesãos e senhores de pequenos ofícios, todos alijados da proteção real, curtindo a pobreza de todas as formas, nos campos e núcleos urbanos. (CHIZZOTTI, 2005, p.31).

Diante dessa situação precária das províncias, onde a instrução primária “continuou constituída de aulas de leitura, escrita e cálculo; pressupõe-se que cerca de um décimo da população a ser atendida o era realmente [mas] não se tem certeza, já que não existiam estatísticas educacionais” (RIBEIRO, 2007, p.56). Nesse contexto surgem as iniciativas de associações literárias, com o intuito de levar civilidade para o povo:

Na segunda metade do século XIX, foram criadas por eles [os homens de letras da província] em Maceió, algumas associações e grêmios literários que tinham projetos de disseminação das letras. Só para citar algumas, foram fundadas A Sociedade Gabinete de Leitura (1857), pelo diretor da instrução pública José Correia da Silva Titara, cuja intenção era abrir escolas noturnas e serviços de empréstimo de livros; entretanto de acordo com Tomás Espíndola, a biblioteca do Gabinete, instalada nas dependências do Liceu, mantinha-se constantemente fechada sem acesso ao público. (MADEIRA, 2008, p.56).

Imbuídos de um senso de civilidade, os homens letrados da época se mobilizam no sentido de atuar numa esfera que seria de obrigação do poder público; subvencionando espaços para a disseminação da cultura, visto que os governantes não dispunham orçamentos para este fim, deixando embutido nesse discurso, que: promover cultura não é prioridade, como infelizmente ainda acontece até hoje, em pleno século XXI!

No século XIX, o grande problema foi saber como é que os que divergiam do ‘cidadão-padrão’ (o escravo, o primitivo, o camponês, o criado, o operário, o pobre) podiam vir a transformar-se num *igual*; como reduzir as diferenças (culturais, intelectuais, psicológicas, de condições materiais) entre os homens, para depois os integrar na *cidade*. (SILVA, 2009). O que podemos inferir da fala da autora é que a busca por uma igualdade social através do processo de civilização – que se dá através de educação e leitura - é que torna o sujeito cidadão, civilizado e incluso socialmente, com o mesmo direitos que qualquer outro indivíduo, mais letrado ou mais rico, com as possibilidades de uma plenitude social que é um processo histórico – ou um projeto da história – para o futuro, visto que em pleno século

XXI, apesar de muitos avanços, ainda temos regiões no Brasil e no mundo que jazem da pobreza cultural e escolar, com populações inteiras submersas no famigerado analfabetismo!

Para a sociedade dos oitocentos, o cidadão que se pretendia construir era “um tipo moral e social homogêneo” nas palavras de Rui Ramos *apud* Silva (2009, p.535). Esse cidadão-padrão, segundo Certeau (2009) Deveria ser formatado através do processo de escolarização e leitura que era o então passaporte para o mundo dito civilizado. Posto que, acreditava-se que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda uma nação.

Claro que havia – sempre houveram – os detratores da cultura, que sempre acham que o povo só precisa saber o mínimo para manter-se no mercado de trabalho [de forma precária] e gerar lucros para o Estado, conforme discussão ocorrida na Assembléia Legislativa acerca da instalação da Biblioteca Pública após o fechamento das portas do Gabinete de Leitura, (a contenda se deu entre os deputados Manoel César e Tomaz Espíndola), em 1865:

O deputado Manoel Cesar, em aparte, chegou ao cúmulo de declarar que achava ‘desnecessário o Liceu, quanto mais uma biblioteca!’ Tão grande insensatez lhe valeu uma ferina resposta da parte de Tomaz Espíndola: - ‘*Quot capita, tot sententiae*’. Já se vê que o nobre deputado é apologista do regresso e ama por demais a ignorância’, prosseguindo lamentando – “Alagoas não pode e nem deve tê-la, (uma Biblioteca porque no entender de alguns nobres deputados (o citado Manoel Cesar e Dr. Anacleto de Jesus Maria Brandão) ela não pode despende seiscentos mil réis anuais!!” Continuando com as suas arrevezadas justificativas, o deputado Manoel Cesar alegou que os livros da futura Biblioteca Pública só podiam ser lidos pelos lentes do Liceu, vindo então Tomaz Espíndola a perguntar-lhe se os mesmos não podiam ser lidos também pelos comerciantes e artistas, finalizando os debates: - ‘Por essas idéias retrógradas e egoísta é que muitas vezes uma sociedade não marcha bem; porque despreza-se muitas vezes o aperfeiçoamento moral para cuidar-se só do material, quando este deve marchar *pari passu* daquele’. A despeito desses entraves, o projeto foi finalmente aprovado em 3ª discussão no dia 10 de junho de 1865 e remetido à Comissão de Redação. (SANT’ANA, 1965, p.11).

Nem sempre esse tipo de polêmica termina a favor de cidadão, posto que o poder dominante está sempre mais preocupado em se manter no poder, e para isto ele tem consciência de que as camadas menos favorecidas, que são a maioria de um todo social, precisam ser cada vez mais alienadas para que no mínimo mantenha-se mão de obra barata e que os ricos continuem ricos e pobres continuem pobres e ignorantes, sem saber ao menos o que é ser civilizado, para compreender minimamente a função e o poder de seu voto nos pleitos eleitorais. Chartier (1998) argumenta que há essa contradição em querer civilizar, por

uma parcela da sociedade letrada e outra parcela da sociedade – a dominante – que não se interessava por tal processo de letramento, temendo que se diminuísse a mão-de-obra, e causa-se rupturas não desejadas no tecido social burguês.

Retomando as observações de Silva (2009) acerca do que era ser cidadão no século XIX, a autora vem esclarecer que havia uma diversidade de ‘candidatos’ à cidadania, composta por escravos, camponeses, criados, operários, pobres etc, e lidar com essas diferenças que eram culturais, psicológicas, intelectuais e de condições materiais, era o maior impasse. Em seus estudos sobre os processos educacionais em Alagoas no mesmo período, Madeira (2010) afirma que todo esse empenho em civilizar o povo pelas letras, era uma ação que partia dos intelectuais daquela sociedade, preocupados com a ausência do governo nesse sentido, e que esse ideário civilizador importado da Europa preconizava um cidadão letrado, trabalhador, higiênico e regrado moralmente, antítese do que se considerava bárbaro, na época. Para referendar mais corretamente esses conceitos, recorreremos ao intelectual positivista Tomaz do Bomfim Espíndola, que em seu *Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana*, que é apresentado em forma de perguntas e respostas, vem esclarecer:

Mestre- o que são povos bárbaros?

Discípulo- São os que conhecem a arte de escrever e as outras mais necessárias á vida e não tem língua polida, nem legislação bem conhecida; dão grande apreço à profissão da guerra e pouco ao estudo e aperfeiçoamento das sciencias e artes.

Mestre- E civilizados?

Discípulo-São os que teem língua polida, legislação bem conhecida, governo activo e previdente; teem em grande estima as sciencias e as artes, marchando o seu progresso material e intellectual, mais ou menos, a par do aperfeiçoamento moral. (ESPÍNDOLA, 1874. p.39).

Em suma, os dois atributos principais para a cidadania era saber ler e escrever (DARTON, 2010, p.23). Em tal concepção de cidadania não cabia, por exemplo, o povo. Visto que esse se dedicava unicamente a trabalhar na forma mais perversa no sentido de produzir excedente. No Brasil do oitocentos a cultura letrada não podia ser outra coisa que um privilégio das elites econômicas. Alagoas com um número considerável de analfabetos reais e funcionais não podia ter um quadro educacional diferente. Daí que, não raras vezes, a cultura não letrada foi discriminada; não apenas pelas elites que a tinham por menos preço e, sim, pelos que podiam minimamente mudar esse quadro como os professores. Afinal, eles mesmos faziam parte dessa elite. Como não ser diferente? Com estas e outras reflexões partimos para o próximo tópico do presente texto.

3 - OS GABINETES DE LEITURA NO BRASIL: CONCEITO E ESTRUTURA

Este capítulo baseia-se nos estudos de Madeira (2005); Sant’Ana (1965;1966); Lima (2012) e Schapochnik (2008) – sendo este um estudioso importante dos gabinetes de leitura no Brasil – pesquisamos também para dar substrato analítico a este capítulo as notícias do Diário das Alagoas (1859), para construir o entendimento básico sobre o objeto de pesquisa. Lajolo e Zilberman (1996), nos dão subsídios para uma construção histórica inicial de uma sociedade leitora no Brasil.

Para o senso comum da língua vernácula, o termo “gabinete” tem entre outras acepções, o significado de “sala destinada a trabalho; escritório; laboratório” (CEGALLA, 2005); trazendo já neste arcabouço um sentido de *laborar*, como espaço para elaboração de alguma coisa, no caso presente: a leitura.

Ainda de acordo com as definições do citado autor, temos o conceito de “leitura”, como “arte de ler”, o que à primeira vista daria à expressão “gabinete de leitura”, um sentido de local onde se elabora a arte ler; laboratório do saber; espaço para a arte da leitura, entre outras acepções que se pode depreender daí, no entanto – para a proposta em estudo – carecemos de um aprofundamento dessas significações, que é o que vamos tratar em seguida.

Historicamente colocando, os Gabinetes de Leitura é uma criação livre da França revolucionária. Certo é que em bom francês denominavam-se *boutiques a lire* e são artefatos culturais e civilizatórios da revolução de 1789²⁵. Configuraram-se em espaços livres em que pessoas letradas podiam, conforme suas posses, alugar livros. Da França a ideia se espalhou por toda Europa, com singular força na Inglaterra e na Alemanha; daí chegou a Portugal tardiamente no século XIX e quase concomitantemente ao Brasil.

²⁵ Amplo movimento de contestação social, política, cultural e religiosa que se processou na França entre os dias 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799. Simbolicamente representou o fim do Antigo Regime da França.

Figura 5: Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro



Fonte da imagem: MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. Da ideologia à arquitetura, um projeto além mar: os Gabinetes Portugueses de Leitura no Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 2. [O gabinete de leitura do Rio de Janeiro serviu de modelo para todos os outros que foram implantados no Brasil dos oitocentos].

No sentido de construir um conceito mais elaborado da palavra “gabinete”, França Júnior (1867) *apud* Schapochnik (2008, p.165), traz algumas possibilidades significativas do termo:

O gabinete é um canto isolado do domicílio, onde o homem medita e resolve as mais altas questões de interesse privado e social. O gabinete é a vida. Aspirações, crenças, risos e lágrimas, egoísmo, sórdidos interesses, todas as grandezas e misérias humanas nele se concebe, tudo aí sonha nas diversas fases da vida.

Seguindo essa construção conceitual, Schapochnik (2008, p.165) define que um gabinete também pode vir a ser um:

Quarto sombrio a respirar miséria; rico salão alcatifado, suntuoso de luxo; paredes adornadas de suculentas bibliotecas; [e ao mesmo tempo] modesto retiro de paz e felicidade, o gabinete, - ou é um sacrário onde se aninham as aspirações do céu, -ou um antro escuro de Satã a vomitar as chamas do inferno.

Mergulhando nas origens do termo “gabinete”, o mesmo autor traz conceitos variados como o de Raphael Bluteau *apud* Schapochnik (2008), informando que a palavra é derivada do francês: “*Cabinet*, que também significa Camarim, & Contador. Aposento particular do

Príncipe, ou Ministro, em que estão os papeis, & em que se tratão os negócios de maior importância” (SCHAPOCHNICK, 2008, p.169). Para Mattos (2007, p.01):

O termo também suscita uma conotação moderna, atribuída a um espaço da moda, dada a referência de vanguarda que tanto a função quanto o espaço reservava e que, dessa forma, na literatura da época [século XIX], aparece associada ao progresso e à civilização e, dessa forma, ao requinte que os novos centros de saber irradiavam.

Mais de um século depois surge outro conceito do dicionarista Francisco Solano Constâncio, reiterando os significados fixados anteriormente e esclarecendo mais precisamente sobre a gênese da palavra: “Gabinete, derivado do latim *cavinum*: camarim, quarto pequeno; quarto em que o rei despacha com os ministros, ou em que se ajunta o conselho d’estado.” (idem).

O Gabinete de Leitura foi uma instituição que chegou ao Brasil, seguindo o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, que serviu de modelo para a implantação de gabinetes literários nas províncias do Brasil nos idos do século XIX, seguindo uma corrente que preconizava a necessidade de civilizar pelas letras, para que o Estado também tivesse melhor controle das massas, através do disciplinamento de suas pulsões naturais, resgatando a população de um estado de *barbárie* para um estado *civilizado*. Neste sentido Elias esclarece que

O processo civilizador não segue uma linha reta. [...] Em escala menor, observamos os mais diversos movimentos que se entrecruzam, mudanças e surtos nesta ou naquela direção. Mas se estudamos o movimento da perspectiva de grandes períodos de tempo, vemos claramente que diminuem as compulsões originadas diretamente na ameaça do uso das armas e da força física, e que as formas de dependência que levam à regulação dos efeitos, sob a forma de autocontrole, gradualmente aumentam. Esta mudança desponta em seu aspecto mais retilíneo se observarmos os homens da classe alta do tempo – isto é, a classe composta inicialmente de guerreiros ou cavaleiros, em seguida de cortesãos, e finalmente de profissionais burgueses. (ELIAS, 1994. p.185).

Em continuidade ao entendimento do significado do processo civilizador (ou civilizatório), Elias (1994) explica que este seria uma mudança na conduta e sentimentos humanos, rumo a uma racionalização da atividade humana, tida como um conjunto de comportamentos introjetados e exteriorizados socialmente pelos indivíduos, com o objetivo de ter uma convivência pacífica com os semelhantes, a custo de muito autocontrole – o que causa sofrimento, até se chegar ao domínio das pulsões naturais – sendo esse o preço dessa civilização.

O autor deixa claro nas entrelinhas de seu discurso acerca do processo civilizatório, que o mesmo só é possível através do processo educacional, de apropriação de leitura, e naturalmente, passando pelo objeto livro. Para o grande romancista oitocentista, de nacionalidade portuguesa, Eça de Queiroz, “o que, porém, mais completamente imprimia àquele gabinete um caráter de civilização eram os aparelhos facilitadores de pensamento” (QUEIROZ apud MARTINS, 1990, p.23).

Seguindo pistas investigadas por Lajolo e Zilberman (1996) nos deparamos com o relato de que, foi por volta de 1840, no Rio de Janeiro – sede da monarquia – que começou a se esboçar os traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora no Brasil: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema; o capitalismo ensaiava seus primeiros passos, graças à expansão da cafeicultura e dos interesses econômicos britânicos, que queriam um mercado cativo, mas em constante progresso.

Foi nesse contexto que ocorreu nas províncias do Brasil a fundação de associações literárias denominadas “Gabinetes de Leitura”. Seguindo a premissa de que

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. (ELIAS, 1994. p.229).

Também foram criadas outras agremiações como o Liceu Literário Português e o Retiro Literário Português, entidades particulares com a intenção de tornar pública a literatura portuguesa no Brasil, sendo que as associações denominadas gabinetes, surgiram primeiro no Rio de Janeiro (1837) e Recife (1853). Em Alagoas foi instalado apenas uma unidade do Gabinete de Leitura em Maceió (MADEIRA, 2005). Quando o Gabinete de Leitura extinguiu-se em 1865, Alexandre José de Mello Moraes²⁶ doou 119 livros à Biblioteca Pública, dos quais foram localizados os seguintes²⁷:

²⁶ Fonte: Relatório da Instrução pública e particular da província das Alagoas apresentado ao Exm Snr Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel (presidente da província), pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola... Maceió: Typ do bacharel Felix da Costa Moraes, 1866. Destacamos no quadro itens que foram localizados no IHGAL.

²⁷ Aqui apresentamos apenas imagens dos sete títulos que foram localizados durante a pesquisa e uma classificação genérica de assuntos aos quais pertence cada livro. A lista completa com os 119 itens está no “Anexo B”.

Quadro 1 - Relação de livros doados para a Biblioteca Pública

Nº	Título	Autor	Localização da obra hoje	Área	Qtde
001	Aclimação do Dramadario nos sertões do Brasil	Dr. F.L.C. Burlamaque	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas-IHGAL	Agronomia	001
002	O Brasil histórico, (in-folio)	Dr. A. J. de Mello Moraes	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	003 02 tomos
003	<i>Castrioto Luzitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654... Pariz: J.P. Aillaud, 1844. 605p.</i>	JESUS, Raphael.	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	001
004	Corographia do Imperio do Brasil	Dr. A. J. de Mello Moraes; I.A. de Cerqueira e Silva	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Geografia	001
005	Cultura e Opolencia do Brasil	A.J. Antonil	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	001
006	A Declaração da Maioridade de S.M.I. o Senhor D. Pedro Segundo (in-folio)		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Legislação	002
007	Documentos Officiaes Relativos á Exposição Nacional de 1861 (in-folio)	CUNHA, Antonio Luiz Fernandes (Org.).		Obra de Referêcia	001 v.02

Logo a seguir, trazemos imagens fotográficas dos títulos supracitados, localizados no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, durante a pesquisa²⁸:

²⁸ Fonte das imagens que se seguem: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL. Fotos: Roselito.

Figura 06 (item 1) Folha de rosto de: BURLAMAQUE, Dr.F.L.C. *Aclimação do dramadarios nos sertões do norte do Brasil, e da cultura tamareira*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.



Foto: Roselito de Oliveira, 2011

Neste livro pressentimos que havia uma forte preocupação com as questões da pecuária exótica e da cultura agrícola da tamarineira. O livro, como é de se esperar, não se encontra em bom estado de conservação, inclusive, hoje, é considerado obra rara. O próximo livro é sobre história do Brasil.

Figura 07: (item 2) MELLO MORAES, Alexandre José de. *O Brasil histórico: jornal histórico, político, litterario e de propaganda homeopatica*, 1864. Tomo I²⁹



Foto: Roselito de Oliveira, 2011

Os quatro livros a seguir tratam da mesma temática que o anterior, história do Brasil.

Figura 08 (item 3) MELLO MORAES, Alexandre José de. *Chorographia histórica, chronographia genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* contando... Rio de Janeiro: Typografia Pinheiro, 1866. 446p. tomo I.

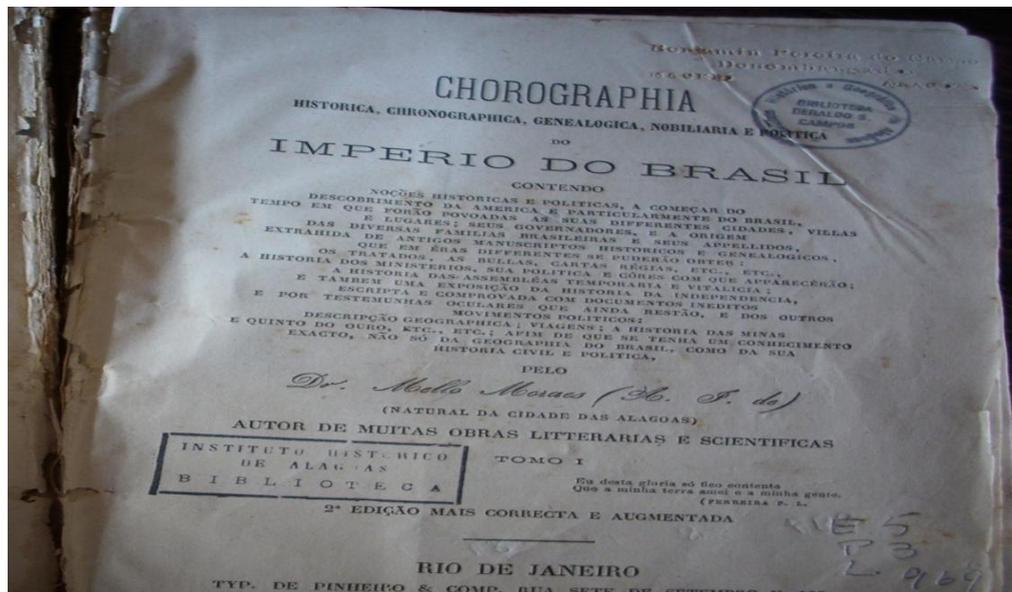


Foto: Roselito de Oliveira, 2011

Figura 09 (item 4) JESUS, Raphael. *Castrioto Lusitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda*, durante os annos de 1624 a 1654... Pariz: J.P.Aillaud, 1844. 605p.



Foto: Roselito de Oliveira, 2011

Figura 10: (item 5) ANTONIL, José João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas dos modos de fazer o assucar...* Lisboa: O.R.D, 1711. 205p.

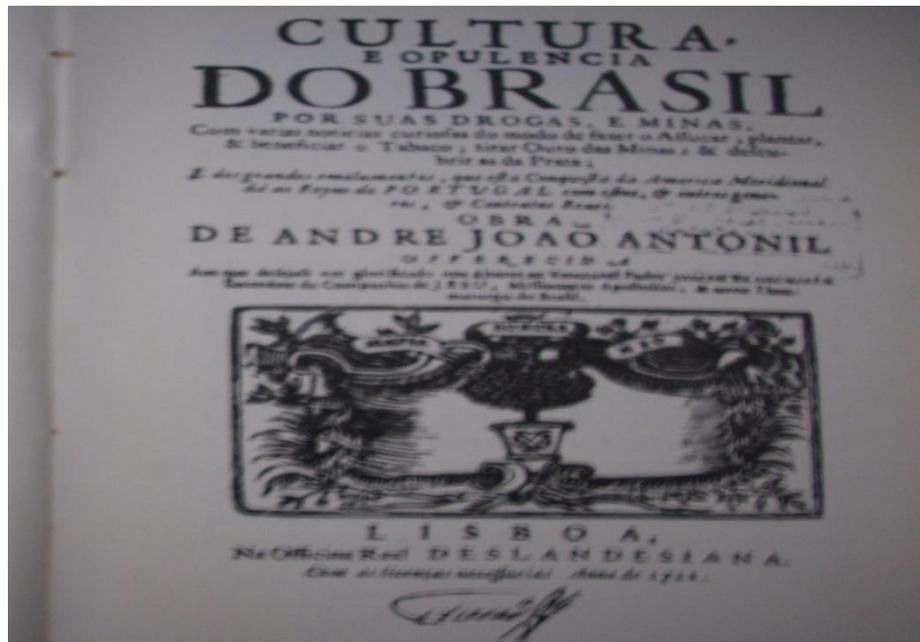


Figura 11 (item 6) A DECLARAÇÃO DE MAIORIDADE DE S.M.I. O SR. D. PEDRO II, desde o momento em que essa idéia foi aventada... Rio de Janeiro: T.A.D., 1840. 127p.

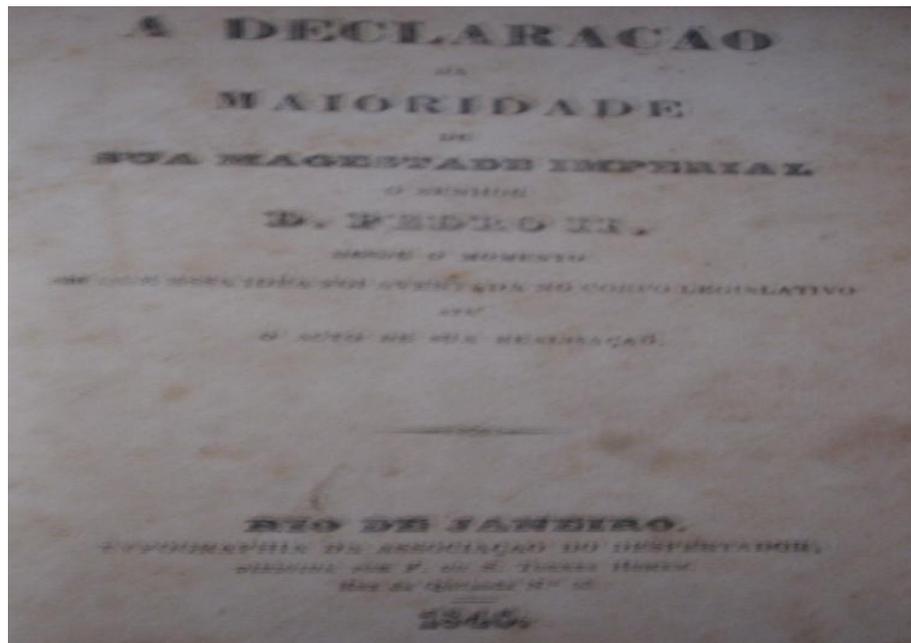


Foto: Roselito de Oliveira, 2011

Figura 12 (item 7) CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da (Org.). *Documentos officiaes relativos à exposição nacional de 1861* compreendendo os avisos e officios... Rio de Janeiro: Typ. Diário do RJ, 1832. 263p..

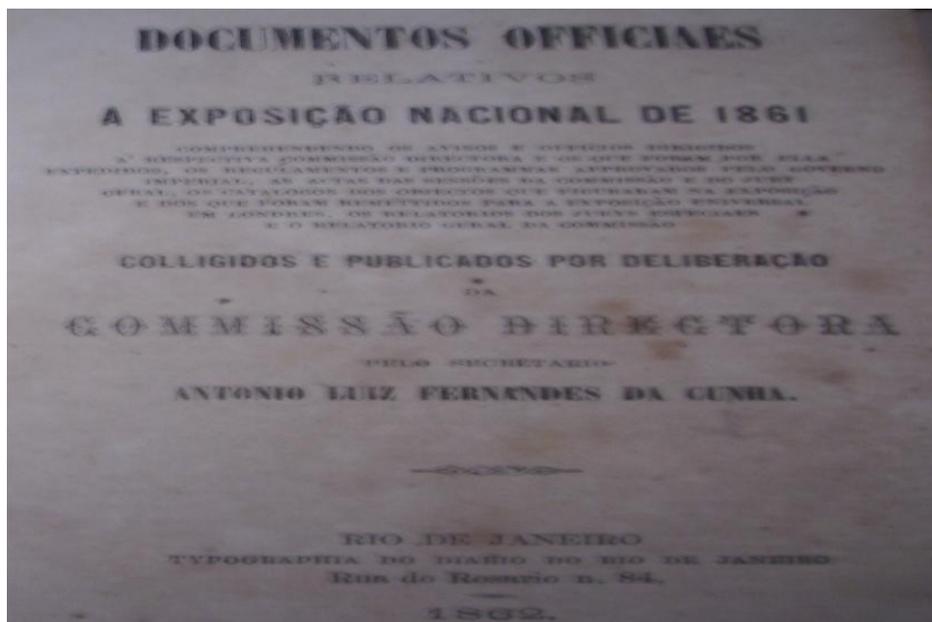


Foto: Roselito de Oliveira, 2011

As informações contidas nesse rico material serviram como insumos para a elaboração – parcial – de um perfil do leitor daquela época em Maceió, que já de antemão, visualizamos como sendo os membros do Conselho do Gabinete de Leitura, embora o regimento deste também contemple os alunos do Lyceo Alagoano como leitores do gabinete. Mas não era efetiva a prática de uso do mesmo pelos alunos do Lyceu, que em determinado momento reagem com uma manifestação descrita na notícia de jornal “O Liceysta e o Diretor do Lyceo”.

Quando os alunos, em protesto contra os desmandos do diretor do Gabinete de Leitura (que também acumulava os cargos de Diretor do Liceu e da Instrução Pública Provincial) José Correia da Silva Titara, puseram velas sob as vidraças das janelas do prédio onde funcionava o Gabinete, como que insinuando que aquela era ‘uma instituição morta’(?), por não cumprir com a sua função social de dar acesso aos interessados aos seus tesouros literários, não foram levados muito a sério. Na referida nota de jornal, o Sr, Titara ‘relewa’ o ocorrido, nominando a ação dos jovens como “pilhéria”, sem dar o devido valor político que a atitude de fato representava.

Nos 119 itens analisados encontramos uma variedade de áreas do conhecimento, desde obras de conhecimentos gerais, passando por história, geografia (geral e do Brasil), agronomia, medicina, política, homeopatia, maçonaria, militarismo, biografias, religião, ficção, bibliografias, dicionários, direito, diplomacia, oratória, monarquia, sociologia, engenharia, ciência, zootecnia, relatos de viagens, além de revistas e jornais tratando de assuntos os mais diversos.

Como vemos, trata-se de uma gama muito variada de assuntos, compondo um painel abrangente de informações úteis para a formação de uma sociedade leitora da época, visando à construção de um cidadão bem ao estilo do século XIX, onde a preocupação daqueles intelectuais positivistas preocupados com a extinção da ‘barbárie’ através do processo de letramento e leitura, era premente. Posto que aqueles ilustres senhores, bem posicionados no poder constituído, e detentores de um saber enciclopédico, também interessados em difundir o conhecimento para as demais camadas da sociedade, considerando, eles mesmos – as ações de apoio à criação de instrumentos culturais e educacionais – como prova viva de que não eram na província indiferentes ao progresso geral que fazem as letras no século XIX, citando as

palavras de um cronista da época, quando da cerimônia de segundo aniversário do Gabinete de Leitura em 1859³⁰.

Em se tratando de delinear um perfil do acervo do gabinete, com base nesta pequena mostra doada à Biblioteca Pública, ou seja, no ano de sua inauguração e dissolução do Gabinete; inferimos que o acervo deste guardou similaridades, uma vez que o doador dos livros era um dos fundadores do mesmo, e teria, certamente, doado essa bibliografia ao Gabinete de Leitura, caso esse houvesse se fortalecido, tornando-se ele próprio uma biblioteca pública³¹.

O que entendemos no caminhar pesquisado referente a esse ponto específico, é que sendo o Gabinete de Leitura, uma instituição não oficial (que embora de caráter público – até por estar localizado dentro de uma instituição pública, que era o Lyceu Alagoano) sofria de um traço cultural ainda hoje presente em nossa sociedade – ainda senhorial – em que o público ‘torna-se’ privado através da ação de alguns servidores da esfera pública, que insistem em privatizar o que é público, com a ‘justificativa’ de que estão protegendo tal patrimônio da depredação do mesmo público a quem esse patrimônio devia servir e estar à disposição.

Mas esta é outra discussão - que apenas citamos aqui, visto não ser o foco principal da presente pesquisa - que remonta aos primórdios do nosso país e que deve ainda perdurar por não sabermos quantos séculos, talvez até que as instituições públicas pelo menos em nosso Estado sejam confiadas a profissionais competentemente habilitados para o trato com o patrimônio cultural e público como um todo, fazendo valer o acesso a toda a nossa riqueza histórica, mantendo permanentes programas de incentivo à cultura, à preservação da mesma, priorizando uma palavra-ação tão em voga em nossos dias, mas efetivamente muito pouco levada à prática, quando se trata dos elementos socioculturais de nossa sociedade, para citar somente uma necessidade/direito do cidadão. Esta palavra, que precisa ser cada vez mais sentida por todos os cidadãos é o tão propalado *acesso*. Este é de suma e absoluta importância principalmente e primeiramente com relação à cultura e a informação, tida hoje como um bem em nossa vida moderna.

Como ter acesso ao processo de educação e de civilização, se antes não temos o acesso a uma simples informação, a, por exemplo, uma simples visita ou consulta a uma biblioteca,

³⁰ In: Diário das Alagoas, Ed. 227,05 de Outubro de 1859, p.01, nota: “Gabinete de Leitura”.

³¹ Madeira (2005) nos informa que, foi no ano de 1867 que o acervo então existente do gabinete de leitura com cerca de 3.000 volumes, passou a pertencer à Biblioteca Pública Provincial, antecessora da Biblioteca Pública Estadual; que por sua vez teve seu acervo distribuído entre várias repartições públicas, durante o governo Costa Rêgo (1925), quando aquela Biblioteca foi temporariamente fechada por determinação do citado gestor e nesta ocasião, provavelmente dilapidou-se o acervo antigo do gabinete de leitura. (Sant’ana, 1965.p.28).

museu ou arquivo, que pode/deve despertar no cidadão sonhos e voos intelectuais mais altos que o catapultem à verdadeira cidadania?³².

Não sabemos se a instalação dos Gabinetes de Leitura está relacionado com a questão da cidadania. O certo é que não percebemos, em nenhuma fonte, alusão a essa questão. Até porque não se constituía na época como um problema. Em Maceió, a instalação do Gabinete de Leitura ocorreu de cima para baixo, como depreendemos das fontes analisadas:

- Os membros do Gabinete de leitura pertenciam a uma elite senhorial, intelectual e naturalmente o ‘povo’ não tinha acesso à Associação;
- Outro fator que dificultava o interesse popular era a cobrança da “jóia” para inscrição e cobrança de mensalidade com reajuste anual;
- A dita mensalidade deveria ser paga em dinheiro, o que elitizava mais ainda o acesso;
- Não havia uma rotina diária de uso do espaço do Gabinete de Leitura, e sim dias pré-determinados para leitura;
- Apesar de, aparentemente, o projeto do Gabinete ser de interesse daquele grupo que o mantinha, não houve empenho em ter alguém gerenciando a Associação, além de um ‘porteiro’;
- A multa aplicada pelo atraso na devolução de livros tomados por empréstimo, podia funcionar como outra dificuldade para o uso, ao menos para os estudantes do Lyceu.

Diferentemente ocorreu na corte imperial. Sobre as razões que levaram à implantação do Gabinete Real Português de Leitura do Rio de Janeiro (primeiro no Brasil, e existente até os dias atuais), Mattos (2007) afirma que, é na condição de refugiados do absolutismo que estes homens engendraram uma ação mobilizadora e formas de intervenção junto à comunidade lusitana, que resultaram na fundação do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, cujo primeiro objetivo parecia ser a perpetuação de suas tradições.

Os Gabinetes Portugueses de Leitura no Brasil apresentam-se como referenciais urbanos, conformados às aspirações sociais da época, expressos nos novos centros de convívio, cultura e lazer. A sociedade formava-se, os homens aproximavam-se para trocar idéias, e uma nova vida associativa se viu desabrochar, resgatando, por meio de seus edifícios, a memória e a

³² Cidadania aqui já no sentido moderno, na concepção de Dimesntein, como sendo a “síntese das conquistas dos direitos obtidos pelos homens, orientados pelo princípio de que todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade”.

formação da identidade nacional, preservando uma história cuja experiência vivida o tempo poderia pôr a perder. (MATTOS, 2007. p.03).

Ou ainda, por estarem ausentes da pátria, impossibilitados de intervir nos grandes acontecimentos em que estava empenhada sua geração; incapacitados pelas circunstâncias de secundarem com o seu esforço a implantação das novas instituições, aqueles políticos empreenderam a única política compatível com a condição de exilados

Da primeira reunião à institucionalização da associação foi um passo. Três meses após sua formalização, a diretoria fazia lavrar um relatório que indicava o aumento substancial do quadro social (aos 197 sócios instituidores haviam se juntado mais 99 acionistas) e os encaminhamentos para a formação da biblioteca 'para ensinamento e recreio do espírito'. Naturalmente que priorizaram a literatura em língua e de origem portuguesa para dar início à composição do acervo do gabinete, com o intuito de 'homenagear' a própria pátria, prestando também um serviço ao país em que residiam agora, posto que tinham a língua e traços da literatura em comum... (SCHAPOCHNICK, 1999, p.104).

O citado pesquisador dos Gabinetes de Leitura no Brasil vem lamentar a impossibilidade de averiguar sobre um perfil do leitor do Real Gabinete Português visto que

Depois de encerrar a leitura dos catálogos, convém recordar que o acervo do Gabinete Português de leitura não era o único instrumento definidor da cultura e da formação intelectual de seus associados. Assim como não é possível afirmar que todas as obras nas estantes da biblioteca haviam sido lidas ou consultadas, especialmente após o misterioso desaparecimento dos registros de consulta, fica uma grande interrogação sobre quais os livros que exerceram maior influência no comportamento intelectual ou nas atividades profissionais de seus leitores. (idem, 1999, p.105).

Importa ressaltar que esta instituição de origem européia, simultaneamente comercial e cultural, à parte o traço comum de casa de locação de livros, de proposta laica e de saber modesto; revestiu-se ainda de vários significados, possibilitando delinear uma tipologia batizada de 'Gabinete de Leitura' no Brasil e em Portugal. Correspondendo a um espaço fornido de livros, autorizando a leitura sem a necessidade de compra e, originalmente, todos os gabinetes eram estabelecimentos dedicados ao aluguel de livros, não dispunham de salas para leitura.

Desta maneira, favoreciam a expansão das práticas de leitura por meio do fornecimento de livros para a leitura domiciliar. Quanto ao horário de funcionamento, é possível afirmar que eles seguiam o padrão dos outros estabelecimentos comerciais, abrindo suas portas às oito horas e encerrando suas atividades por volta das vinte horas nos dias úteis, com algumas variações para os domingos e dias santificados. (SCHAPOCHNICK, 1999, p.51). Regras válidas para o gabinete do Rio de Janeiro, posto que no caso de Maceió, os

horários de uso previstos nos “Preceitos Reguladores da Sociedade Gabinete de Leitura” eram limitados a dois dias por semana, às quartas e sábados, para os sócios e com espaço maior de tempo para os alunos do Lyceu, porém estes eram submetidos à censura na consulta do acervo, sendo autorizado apenas o uso de livros pertinentes às matérias estudadas em sala de aula.

Figura 13 Cena cotidiana no Gabinete Real de Leitura Portuguesa do Rio de Janeiro³³.



Fonte da imagem: AZEVEDO, Fabiano Cataldo. O contributo pra traçar o perfil do público leitor do Real gabinete Português de Leitura: 1837-1847. REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Brasília, v.37, n.2, mai/ago, 2008. p.20-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci>. Acesso 25.06.2012.

³³ Considerada a maior biblioteca de autores portugueses fora de Portugal teve início em 1837 e conta com mais de 350.000 volumes em um acervo que reúne obras raras dos séculos XVI, XVII e XVIII, e serviu de modelo a todos os outros implantados posteriormente no Brasil.

3.1 Gabinetes de Leitura remanescentes: uma busca pelo Nordeste³⁴ brasileiro

No Nordeste brasileiro foram instalados Gabinetes de Leitura nos Estados de Pernambuco, Maranhão, Bahia, Ceará e Alagoas (SCHAPOCHNIK, 2008), sendo que somente neste último, instalou-se apenas uma unidade. Sobre o processo de instalação e os meandros políticos que culminaram no pouco funcionamento – de 1857 a 1865, quando foi “transformado” em Biblioteca Pública Provincial – (SANT’ANA, 1965, p.12) é que estamos empreendendo uma busca para a compreensão desse passado, que levará ao melhor entendimento do nosso presente, como processo fundamental do ofício do historiador (LE GOFF *apud* BLOCH, 2001).

No quadro abaixo, temos a distribuição dos gabinetes pelo Brasil, onde destacamos os que foram instalados na região Nordeste:

Quadro 2 – Gabinetes de Leitura no Nordeste³⁵

01	Gabinete de Leitura Pernambucano – PE	Obras existentes no ano de 1841 = 379 obras
02	Gabinete Português de leitura Rio de Janeiro – RJ	1844 = 3.526 obras
03	Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul – RS	1854 = 1.076 obras
04	Gabinete de Leitura de Maceió	1860 = 1.721 obras
05	Gabinete Português de Leitura Recife – PE	1860 = 3.023 obras
06	Gabinete de Leitura Goiás – GO	1864 = 582 obras
07	Gabinete Português de Leitura São Luis – MA	1867 = 2.802
08	Gabinete de Leitura Sorocabano – SP	1872 = 2.000 obras
09	Gabinete Litterario de Valença – BA	1872 = 662 obras
10	Gabinete Cearense de Leitura – CE	1873 = 2.800
11	Gabinete de Leitura de Cameté – PA	1874 = 331
12	Gabinete de Leitura de Cuyabá – MT	1874 = 1.222
13	Gabinete de Leitura Rio-Grandense – RS	1877 = 2.206
14	Gabinete de Leitura Luso Brasileiro Santos – SP	1882 = 1.521
15	Gabinete Português de Leitura de Salvador – BA	1882 = 3.238
16	Gabinete Inglês de Leitura Recife – PE	1885 = 1.000
17	Gabinete de Leitura do Atheneu Ubatubense – SP	1887 = 4.000
18	Gabinete de Leitura Bibliotheca Pelotense –RS	1890 = 1.495
19	Gabinete de Leitura de São Vicente – SP	1891 = 286
20	Gabinete de Leitura Campineiro – SP	1891 = 2.600
21	Gabinete de Leitura Mogimiriano – SP	1891 = 3.000
22	Gabinete Literário Português Belém – PA	1897 = 4.337

³⁴ O Prof. Francisco Ari de Andrade (Universidade Federal do Ceará - UFC), explica que: o ‘Nordeste’, com a nomenclatura que conhecemos hoje, na verdade, é uma ‘invenção’ da década de 1930. No século XIX, este lado do Império brasileiro era chamado de “Províncias do Norte”. Optamos por manter a nomenclatura ‘errônea’, pelo fato de que a nova informação (oral), nos chegou na ocasião da defesa da dissertação.

³⁵ Informamos aqui apenas sobre as associações que foram criadas com a nomenclatura “Gabinete de Leitura” e/ou Gabinete Literário, por ser o foco principal da pesquisa, excluindo outras associações que aparecem no percurso histórico com os mesmos fins, mas com titulação diferente. Fonte: SCHAPOCHNICK, 2008, p.185.

A título de ilustração, empreendemos uma pesquisa sobre os gabinetes de leitura ainda existentes hoje, no Nordeste brasileiro, e trazemos algumas informações genéricas a respeito dos mesmos. Sendo que não localizamos nenhum dado sobre o Gabinete de Leitura Maranhense, transcrevemos alguns dados sobre os gabinetes de Recife/PE; Salvador/BA e Fortaleza/CE:

Figura 14: Gabinete de Leitura de Recife - PE.



Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. R. Imperador Dom Pedro II, 290 - Santo Antônio - Recife - PE, 50010-240. Fonte da pesquisa: www.gprecife.com.br/novo/historico.php. Acesso 20/03/2012

Em 1850, havia um grande número de portugueses residentes em Pernambuco. Estes, por sua vez, não possuíam um local adequado onde pudessem se reunir para cultuar sua pátria e comemorar datas importantes para o seu país. Procurando uma solução, o Comendador Miguel José Alves, na época, Chanceler do consulado de Portugal no Estado, foi o primeiro a pensar na possibilidade de um Gabinete Português de Leitura em Pernambuco.

Porém, se ao Comendador cabe o mérito da elaboração da ideia, coube ao cirurgião e jornalista João Vicente Martins a honra de fundar, em 3 de novembro de 1850, constituir a primeira diretoria, reunir os primeiros associados e viabilizar a instalação, em 15 de agosto de

1851, do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, em seu primeiro endereço, na Rua da Cadeia Velha, Recife.

A obra de ampliação e modernização das instalações internas deu-se em 1973, com a criação de um auditório, uma sala de exposições [...]. Há, ainda, duas bibliotecas: a Sala Jordão Emerenciano, que abriga a sua biblioteca pessoal doada ao Gabinete, e a Eça de Queiroz, num espaço aberto, com projeto moderno, amplas estantes e mesas individuais, guardando ao fundo uma mesa para reuniões, de onde podemos ter uma visão puramente romântica. (MATTOS, 2007, p.13).

O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco promove a realização de solenidades, comemorações, seminários, conferências, exposição de livros, fotografias, pinturas, cursos e projeções cinematográficas portuguesas. Sua biblioteca possui um acervo superior a 80.000 volumes. Toda a bibliografia está permanentemente à disposição do público, em sua maioria estudantes brasileiros. Quase 100 pessoas por dia frequentam o Gabinete para pesquisar e estudar gratuitamente todas as obras que desejam. No seu valioso acervo, o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco mantém obras raras, verdadeiras preciosidades bibliográficas, como livros dos séculos XIX, XVIII e XVII. Entre as mais importantes, destacam-se um manuscrito de um capítulo do livro *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz; uma biografia de Frei Bartolomeu dos Mártires, editada em 1919.

A revista *Encontro*, desde 1983, é editada pelo Gabinete para incentivar o intercâmbio luso-brasileiro na área de Letras e o boletim informativo *A Cidade e as Serras* traz notícias de interesse da comunidade. A vontade de homens que, longe de seu país, lutaram para enaltecer e manter viva a história e a memória de Portugal, fez do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco o centro de acontecimentos portugueses e brasileiros. Seus comprometerimentos políticos, aberto a todos, desligado de ideologia, o Gabinete anseia crescer cada vez mais para servir melhor, não só à comunidade, mas a Portugal e ao Brasil com um único objetivo: ser um centro de intercâmbio cultural pulsante entre as duas nações.

Figura 15: Gabinete Português de Leitura de Salvador (detalhe).



Fonte da imagem: www.google.com.br. Acesso: 20/03/2012.

O Gabinete de Leitura de Salvador foi instalado a 02 de março de 1863, através da ação de seu fundador comendador Manuel Joaquim Rodrigues, hoje localizado no centro de Salvador. Considerado expoente cultura portuguesa na Bahia. O gabinete reúne um acervo de livros que resgata grande parte da tradição lusitana. Tem arquitetura atraente e localização privilegiada; é também conhecido como Casa de Fernando Pessoa, foi projetada pelo arquiteto português Alberto Borelli. A instituição conta com um acervo de aproximadamente 36.000 volumes e tem a missão de promover a cultura de expressão portuguesa nas mais variadas formas e promoção de eventos culturais. O atual edifício foi construído na Praça 13 de Maio, atual Praça da Piedade, e foi inaugurado em 03 de fevereiro de 1918.

Figura 16: Museu do Ceará, onde antigamente era instalado o Gabinete de leitura de Fortaleza (fachada).



Fonte da imagem: www.centrodefortaleza.com.br

O Estado do Ceará foi um dos mais profícuos em se tratando da instalação de Gabinetes de Leitura entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, tendo instalados gabinetes literários nos municípios de Sobral, Granja, Camocim, Campo Grande, Ipu e Viçosa; somente para citar a região Norte do Estado, que é onde se concentra o estudo de Lima (2012). O mesmo autor revela que a realidade social daquelas comunidades eram bem divergentes das práticas, relacionadas à leitura e educação em nosso Estado; quando traz a notícia de que:

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Coronel Auton Aragão, estabelecida em Ipu, ocupa ainda hoje o prédio onde funcionou as Escolas Reunidas. Por ocasião da desativação do Gabinete de Leitura Ipuense, depois de breve deliberação, ficou decidido que o acervo seria doado àquela instituição de ensino. Tal fato revela uma última atitude demonstrativa da associação entre gabinete de leitura e educação. (p.01).

O autor supracitado nos informa que ao empreender suas pesquisas sobre os Gabinetes de Leitura Cearenses, depara-se com a informação de que o Gabinete de Leitura Granjense no ano de 1881, notável sucesso na cidade, tanto que um “moço pobre” chamado Antonio Martins ofereceu um “donato” àquela instituição, na forma de uma contribuição mensal de valor de dez mil réis, para fomentar a instrução pública. Lembrando a constante associação dos gabinetes de leitura à instrução, sendo comum a criação de cursos noturnos em suas sedes, cujas aulas eram ministradas pelos próprios sócios e diretores, ou pagas por estes. Estas aulas

destinavam-se aos pobres. No mesmo segmento, o Gabinete de Leitura de Campo Grande, mantinha uma escola que em 1884 era frequentada por 43 alunos “dos mais pobres a quem se fornece roupa e livros”. Mesmo tendo garimpado algum material para subsidiar sua escrita, o autor citado (também) lamenta as dificuldades da pesquisa sobre o objeto aqui estudado:

O trabalho com gabinetes de leitura esbarra a todo instante na escassez de fontes e numa ausência quase total em termos de memória. Interessante perceber como as cidades se preocuparam em construir uma memória voltada para vultos ilustres, para datas especiais, construíram monumentos e nomearam logradouros, mas não se preocuparam em preservar a memória dos gabinetes de leitura, embora a instalação destes tenha sido obra, na maioria dos casos, dos próprios vultos ilustres a que me referi algumas linhas acima. (LIMA, 2012. p.07).

Assim como ocorreu nas demais localidades, onde foram instaladas as associações literárias denominadas Gabinetes de Leitura e praticamente todas copiando a matriz do Real Gabinete Português do Rio de Janeiro: a ‘moda’ chegou com força à Fortaleza a partir de 1870, com a criação da “Fênix Estudantil”, uma associação de estudantes. O gabinete de leitura cearense foi criado em 1875, diferenciando-se das demais associações literárias pela ausência de caráter contestador, manteve por algum tempo um curso noturno de instrução primária e também emprestava seu espaço para conferências públicas. No prédio onde funcionava o antigo gabinete de leitura do Ceará, está hoje o Museu do Ceará, localizado na cidade de Fortaleza que abriga um acervo de mais de 13 mil peças distribuídas em três importantes coleções que contam a história do Ceará: Paleontologia, Arqueologia/Antropologia Indígena e Mobiliário. Exibe também exposições temáticas permanentes, com temas de interesse da história do Ceará, tais como os poderes constituídos, as lutas e revoltas populares, a religiosidade, a produção intelectual e a irreverência do cearense.

O Museu do Ceará atual tem suas coleções originadas no primeiro museu do Ceará pertencente ao médico Joaquim Antônio Alves que em 1873 organizou uma coleção de objetos e fragmentos da natureza. Essa coleção compôs o *Museu Provincial* que funcionou entre 1875-1885 como uma das dependências do “Gabinete Cearense de Leitura”. A partir de 1894, Francisco Dias da Rocha formou uma coleção para o *Museu Rocha* que funcionou até 1950. Lima (2012) alerta para o fato de que nem todos os gabinetes daquele Estado funcionaram com propósitos tão nobres, tanto é que há um “esquecimento” em torno dessa memória que está ligada a uma velada intencionalidade de grupos de disputarem o poder ao longo da história, e para os quais não era interessante manter os gabinetes ou suas memórias.

Estudiosos como Laville; Dione (1999) informam que a história científica desenvolve-se, como as demais ciências humanas [no século XIX], segundo os princípios do positivismo, tentando construir um relato objetivo do passado. Mesmo sabendo-se que esta reconstrução é apenas aproximada do real, considerando que as falas das fontes primárias, e aí por excelência a fonte jornalística é parcial, percebemos que há como reedificar a memória do passado por meio de narrativas que tenham essa compreensão:

Os historiadores acreditam ser somente necessário recolher todos os traços do passado, sobretudo documentos escritos, depois [de] assegurar-se de sua fidelidade, passando o conteúdo pesquisado por um crivo crítico e ao fim denominando esse processo de ‘método histórico’. (LAVILLE; DIONE, 1999, p.67).

Com base nesta citação trazemos os seguintes dados sobre o Gabinete de Leitura de Maceió:

Notícia A- Diário das Alagoas, n.148 – Maceió, 02 de julho de 1859. p.04

GABINETE DE LEITURA

O Conselho administrativo da sociedade deste nome, pede aos senhores sócios, tanto effectivos como honorários, que ainda não fizeram entrega das respectivas jóias, que se dignem de fazê-lo quanto antes, entregando os livros, no lyceo ao archivista do gabinete, o snr professor de rhetorica Ignacio Joaquim Passos, ou a qualquer dos abaixo assignados em suas casas.

Maceió 30 de junho de 1859 – o presidente do conselho, José Correia da Silva Titara. – O secretario, José de Barros Accioli Junior.³⁶

Por meio dessa notícia em jornal é possível perceber que existia certo controle no empréstimo de livros, que eram considerados “jóias”. Outra pauta importante diz respeito ao fato de que o arquivista do Gabinete era também professor do Liceu.

Notícia B - Diário das Alagoas, n.165 – Maceió, 22 de julho de 1859. p.04³⁷

GABINETE DE LEITURA

Notícia C - Diário das Alagoas, n.168 – Maceió, 26 de julho de 1859. p.04

GABINETE DE LEITURA

³⁶ Este anúncio repetido nas edições 149; 150 e 155 do mesmo periódico.

³⁷ Esta notícia trata de comunicação sobre transporte e guarda de livros doados ao gabinete de leitura por Mello Morais. Não transcrevemos o texto porque não foi possível acessá-lo na íntegra. Mantemos apenas a imagem registrada fotograficamente (do fragmento) no “Anexo A”.

O Conselho administrativo dessa sociedade deliberou em sessão de 21 deste mez o seguinte:

1. Que visto não se ter desde dezembro próximo passado aberto regularmente o gabinete, se suspendesse na cobrança das mensalidades vencidas e por vencer, desde então até agosto próximo seguinte, começando a funcionar o gabinete regularmente de setembro deste anno em diante, quando começará novamente o pagamento das mensalidades; cobrando-se, com tudo as que venceram até novembro daquele anno de 1858.
2. Quando a mensalidade de cada sócio, a contar de setembro em diante, será somente de dous mil réis por trimestre.
3. Que durante o impedimento de ausência do actual secretário que tem de retirar-se temporariamente para o Rio de Janeiro, fosse substituído pelo sócio Hermínio de Paula Mesquita Cerqueira; e que enquanto durasse o impedimento também do guarda nomeado fosse preenchido o lugar pelo contínuo do lyceo Manoel de Souza Teixeira, com o mesmo vencimento designado.

O que fazemos constar a todos os senhores sócios para seu governo, como foi deliberado pelo mesmo conselho.

Maceió, 23 de julho de 1859

O presidente do Conselho, José Correia da Silva Titara. – O secretario José de Barros Acioli Junior

Nessa outra notícia verifica-se que o Gabinete sofre críticas por permanecer fechado “muito tempo”. Assim, delibera-se que as mensalidades não sejam cobradas até que se volte a normalidade, ou seja, o seu funcionamento. Outra questão: mais um funcionário do Liceu passa a ocupar funções no mesmo Gabinete.

Notícia D - Diário das Alagoas, n.189 – Maceió, 26 de julho de 1859. p.02

PRECEITOS REGULADORES DA SOCIEDADE GABINETE DE LEITURA

Fundada no dia 27 de setembro de 1857, acompanhado das alterações que ulteriormente lhes tem sido feitas pelo respectivo Conselho administrativo.

1. Fica organizada nesta cidade uma sociedade com o nome de – Gabinete de Leitura – que terá por seu 1. Sócio honorário o presidente da província.
2. Este gabinete será estabelecido na casa em que estiver a secretaria da diretoria da instrução pública, com autorização do mesmo presidente o qual será o installador da sociedade, sendo possível.
3. O numero de sócios será illimitado enquanto o contrário não for resolvido pelo conselho administrativo, - que será composta de seis dos sócios e um presidente nomeado annualmente em sessão por todos elles, sendo a nomeação por escrutínio secreto votando-se primeiramente para presidente e depois para os seus membros. Destes o mais votado é o vice presidente e nesta ordem será a substituição do referido presidente do Conselho.

§1. O princípio da maioria regulará as decisões – quer do Conselho, quer da sociedade em sessão geral, assim como havendo maioria há sessão do conselho.

§2. Na primeira sessão da instalação da sociedade serão intiridamente nomeados por aclamação um presidente e um secretário que servirão para se fazer a eleição do conselho e seu presidente.

§3. O secretário effectivo será pelo mesmo conselho nomeado logo dentre qualquer dos sócios e também por escrutínio secreto.

§4. Haverá também um thesoureiro nomeado pela mesma forma e pelo mesmo conselho.

4. Cada sócio é obrigado a fazer ao gabinete o presente de uma obra litteraria que não contrarie os princípios da boa moral (o que servirá de jóia) e antes de o fazer não pode ser admitido como sócio, não sendo izento deste preceito nem mesmo o principal sócio honorário.
5. A mensalidade será de quinhentos reis, pagos nos 1.s 5 dias de cada mez, sendo o porteiro do lyceo, que fica sendo o da sociedade, o encarregado de receber e entrega-la ao thesoureiro. O primeiro sócio honorário, assim como o secretario e thesoureiro são isentos da mensalidade.
6. A despeza com os objetos necessários para luz e o mais será feita pelo thesoureiro com o producto das mensalidades e a pedido do porteiro, sendo as contas prestadas ao conselho administrativo de 3 em 3 mezes ou quando este determinar.
7. O porteiro vencerá pelo trabalho uma gratificação mensal que será a retirada pelo conselho administrativo em sua primeira sessão.
8. Haverá leitura no gabinete – duas vezes por semana, desde o que estará aberta a casa e presente o porteiro prestando-se ao serviço do gabinete, e isto nas quartas e sábados.
9. Não é permitido sahir do gabinete livro algum a elle pertencente. A qualquer dos sócios é livre a leitura dentro de casa, mesmo daqueles livros de que fez doação á província o benemerito alagoano Dr. A.J. de Mello Moraes, a quem a sociedade por meio do conselho administrativo votará um testemunho de reconhecimento em nome da província.
10. Os livros dados pelos sócios do gabinete de leitura ficam pertencendo a biblioteca publica que no futuro houver de estabelecer-se nesta capital, e em caso algum poderão ser retirados pelos mesmos sócios.
11. Haverá sessão geral sempre que dez sócios o requeiram por escripto ao presidente do conselho o qual fará a convocação com designação do dia e da hora da sessão, e ahi estando presente a maioria absoluta se poderá propor tudo quanto for relativo ao regime e bem da sociedade, menos a sua dissolução, cuja proposta só pode partir do conselho administrativo, que também convocará a sociedade ao menos no fim do anno ou principio do seguinte para prestar contas de sua gerencia
12. Ao presidente do conselho pertence regularizar o serviço, tornando responsável o porteiro não só pelos livros como pelo que pertencer ao gabinete, dando parte ao conselho administrativo quando for necessário podendo este resolver sobre a nomeação de outro porteiro quando entenda ser assim indispensável em consequência de extravio ou desleixo.
13. Depois de organizada a sociedade e creado o conselho administrativo ninguém pode ser admittido como sócio sem sua approvação por escrutínio secreto e por esferas brancas e pretas ou signaes escriptos designados pelas letras – A e R – querendo

dizer approved e reprovado – e sendo esferas, as brancas approvam e as pretas reprovam.

14. O conselho se reunirá quando for convocado pelo seu presidente, ou ao menos uma vez por trimestre a convite de dous membros d'elle com designação de dia e hora sendo o lugar das sessões a casa da secretaria da directoria da instrucção publica sempre que for possível.
15. Desde que haja o numero de cincoenta sócios, os quaes darão o seu assenso a estes preceitos, assignados o seu nome abaixo, se farão annuncios pela imprensa designando-se o dia, hora e lugar de sua installação. Creado o conselho administrativo começará logo a funcionar o gabinete.

Pelo presente estatuto do gabinete de Leitura é possível entrever um forte zelo pelo acervo do Gabinete. Algumas questões precisam ser consideradas: a) o Gabinete é de iniciativa privada, apesar de haver uma presença maciça de membros ligados ao Estado. O próprio diretor, Titara da Silva, é servidor público; b) o Gabinete tem o seu acervo todo montado por doações e isto significa dizer que a princípio não havia verba reservada para compra de acervos; c) as despesas do Gabinete eram pagas com as taxas do sócios que se denominavam de jóias; d) não é permitido a saída de livros do Gabinete; e) o Gabinete só será aberto duas vezes por semana caso tenha funcionário responsável pelo mesmo; f) os livros passarão a ser da Biblioteca Pública quando instalada na cidade; g) o porteiro é o responsável pelo Gabinete no que diz respeito ao acervo e ao seu funcionamento, e; h) os sócios precisavam ser admitidos pelo conselho administrativo depois de organizado o Gabinete.

Tais exigências estatutárias são modificadas pelo documento elaborado na Assembléia de 29 de setembro de 1858:

1. Que em vez do porteiro do lyceo tivesse o gabinete um guarda encarregado da sala do mesmo gabinete de cobrança das jóias e mensalidades e dos livros que sahisses, tendo direito á gratificação que lhe fosse designada, fazendo todo o mais serviço que lhe é próprio.
2. Que houvesse também um archivista encarregado da classificação e arranjos dos livros ajudado pelo dito guarda.
3. Que a mensalidade de cada sócio fosse elevada a mil reis por mez, de outubro seguinte em diante.
4. Que a livraria fosse franqueada aos sócios e aos estudantes proectos do lyceo á leitura dos livros consultivos, próprios das matérias das respectivas aulas, nos domingos e dias santos e quintas feitas das semanas que os não tiverem; e nos outros dias das nove horas da manhã até o meio dia, e das duas ás seis da tarde.
5. Que os livros propriamente do gabinete dados pelos sócios como jóias pudessem ser levados por elles para ler, cada livro ou tomo de per-si no espaço de três até oito dias e sugeitando-se a fiel entrega nesse período, à cobrança pelos meios legais a multa de mil reis diários no excesso do prazo, firmando-se um protocolo na ocasião da sahida do livro.
6. Quando a mensalidade de cada sócio, a contar de setembro do mesmo anno em diante, seá somente de dous mil reis por trimestre.

Entre as normas anteriores e estas há mudanças claras e substanciais, a saber: a) necessidade de um profissional qualificado: arquivista para cuidar do acervo do Gabinete; b) ampliação do acesso aos livros para os alunos do Liceu; c) ampliação dos dias de abertura do Gabinete inclusive aos domingos e dias santos; d) que os livros pudessem ser retirados do Gabinete para ser lidos fora dele pelos sócios. Percebe-se aqui que há uma crescente abertura e flexibilidade no uso do Gabinete. Referindo-se a questão do acesso é constatado que os alunos do Liceu podem se utilizar do acervo do Gabinete. Entretanto, essa relação com o diretor do Gabinete nem sempre foi pacífica. Digno de nota é o que se passou entre esses dois segmentos do Liceu alagoano noticiado no dia 24 de Agosto de 1859 no Diário das Alagoas Ed. 192, p.02:

Notícia E - Diário das Alagoas, n.189 – Maceió, 24 de agosto de 1859. p.02

O Lyceista e o Diretor do Lyceo

O abaixo assignado, vendo no periódico *Lyceista Alagoano* de 20 deste mez dizer-se - que por estar proibida a entrada pelo Diretor do Lyceo a entrada no edificio, os Lyceistas erguerão as vidraças delle e introduzirão vellas noas batentes; isto no dia 10 deste mez; julga-se na precisão de explicar o fato da prohibição da entrada no edificio, visto como pelo modo descarnado da enunciação desse memso facto, pode resultar lançar-se o odioso, como já se tem feito, sobre o Director por haver praticado um acto menos regular; entretanto que da parte dos lyceistas, como dice esse periódico, nenhum escrúpulo houve em erguer as vidraças as casa e introdusir vellas nos batentes por autoridade própria; circumstancia a que cumpre que o publico attenda.

Parece que ninguém pode ignorar, que a casa ou edificio onde se acha o Lyceo, não se deixe prestar para objeto diferente do fim a que está destinado sem ordem do emo. Presidente da província ou do respectivo director.

Nada obstante a casa abrio-se, havendo uma reunião ou sessão da *sociedade 7 de setembro*, - talvez no dia 17 de julho ultimo sem sciencia nem ordem de alguma dessas autoridades. A reunião teve lugar, até na salla do *Gabinete de Leitura* onde se achão todos os livros addidos ao mesmo Gabinete, estando então grande porção delles estendidas sobre bancos por falta de armários.

Chegando este facto, um ou dous dias depois, ao conhecimento do abaixo assignado, inquiriu elle do porteiro a rasão do seu procedimento, abrindo a casa e prestando-a sem ordem legitima; tanto mais quanto desde o anno passado estava prevenido do que o não podia fazer de sua própria vontade, pois que elle mesmo director o não podia também para tal fim sem ordem superior.

Respondendo o porteiro: que o fizera por lhe dizer o presidente da sociedade – 7 de setembro – que o abaixo assignado não podia prohibir o uso da casa á essa sociedade por ser ella publica e dos brasileiros &c.

Foi em vistas disto, que se dirigio o abaixo assignado a palácio; e fazendo ver a S. Exc. O ocorrido, lhe declarara que carecia da sua autorisação para consentir nessas reuniões, sendo preciso mudar a secretaria da directoria, a fim de haver espaço na casa e evitar todo o contato com a salla do *gabinete*; mas o exm. Snr. Gama não foi servido de annuir á essa proposta, declarando o lyceo lugar impróprio para reuniões semelhantes.

Emtão teve o abaixo assignado oportunidade de declarar a S exc... que já no anno passado havia ali funcionado a sociedade, no que tinha consentido com autorização da presidência solicitada pelo mesmo abaixo assignado, no que somente conveio o exm. Snr. Amaral por estar então muito próximo o dia 7 e evitar odiosidades e desgostos que já começarão a sentir-se mesmo pela presidência.

Por essa ocasião o procedimento do porteiro do lyceo foi estranhado pelo abaixo assignado, como era do seu dever, e de ordem para depois cessarem quasquer reuniões ali, sem autorisação legal, do que o mesmo porteiro devia estar certo.

S.Exc. porem, o snr Gama depois dessas considerações do abaixo assignado, teve a bondade de responder, que poderião os membros dessa sociedade recorrer á casa da camara municipal como o lugar mais próprio para essas reuniões e outras idênticas.

Assim, foi o abaixo assignado obrigado a dar suas ordens terminantes no porteiro do lyceo no sentido das prescrições da autoridade superior, para fazer sciente a quem conviesse. Eis-aqui a verdade.

Talvez que a intimação de tal determinação desagradasse muito, tendo-se como filha de algum propósito do abaixo assignado que não pode agradar a todos e a quem o mesmo *Lyceista*, já em o n. anterior, attribuiu certamente a expedição de ordem para ser prohibida aos estudantes achar-se este *trancado*.

Tal facto, contendo em si uma grave inexatidão, carece de ser explicado para conhecimento do publico e dos sócios do *Gabinete*.

Como funncionario publico e como presidente do conselho administrativo da sociedade – *Gabinete de Leitura* – o abaixo assignado deve a justificação de seus actos.

Quando teve lugar a decisão da presidência sobre a casa, foi também quando tendo elle precisão de ver alguns livros e outros objectos no *Gabinete*, dice ao porteiro do *Lyceo*, que pedisse ao archivista a chave da salla do mesmo *Gabinete*, pois que nem sempre era elle encontrado e que ficasse com Ella para ver-se qualquer cousa que se precisasse dalli, visto como o respectivo *guarda* nomeado estava em occupação differente fora do exercício.

Mais do que isto não determinou o abaixo assignado, quer relativamente ao archivista do *Gabinete*, quer acerca de leitura de livros pelos estudantes. Tudo o mais é falso.

Apenas foi nomeado o continuo do lyceo para *guarda* interino, mandar-se-lhe entregar a chave, aos estudantes proectos e a todos os sócios que quizessem ver alguns livros, embora para estes estivesse designado o mez de setembro em que deveria começar a funcionar regularmente.

O que porem sobretudo há a lamentar é o preconceito de baixo do qual tem sido publicados esses factos que ficão explicados e que não poderão ser examinados nem pela redacção do Lyceista composto de estudantes do lyceo nem pelo outro estudante que designadamente assegurou a declaração de estar *trancado* o Gabinete.

Bem se vê como vai caminhando o Lyceista, se consederar-se este periódico com o órgão do pensamento em que se nutrem moços que devem começar sua vida averiguando e esmerilhando a verdade em todas as suas relações, para fazerem uso conveniente e adequado de sua razão.

Na direcção que tomão esquecer a discrição a attenções para com o supeior, qualidades inseparáveis de uma boa educação que sempre enobrecem a alma e adquirem foros á estima de todos os contemporâneos e de seus maiores, é caminhar para um abismo. Tarde se arrependerão os que aceitão conselhos semelhantes.

O abaixo assignado comprehende bem a impropriedade de voltar sobre o assumpto, qual quer que seja o juizo menos ajustado que a respeito do exposto tenha alguém de fazer, mesmo pela imprensa.

Com o que fica dito em preenchido o seu fim e cumprido o seu dever.

Maceió 23 de agosto de 1859

O Director – *José Correia da Silva Titara*

Pela extensão do fato é certo que o Gabinete de Leitura de Maceió acabou constituindo-se em mais um espaço público com uso privado. Os mais interessados na consolidação do mesmo, os alunos liceistas não tinham como frequentá-lo visto a intransigência do Director que na maior parte de suas atividades não conseguia tempo de dedicação ao gabinete. Apesar disso o mesmo permaneceu oito anos no cenário educacional e cultural maceioense, contudo não tivemos como relacionar sua existência com ações mais democráticas de acesso à leitura em Maceió.

Notícia F - Diário das Alagoas, n.227 – Maceió, 05 de Outubro de 1859. p.02

Teve lugar no dia 2 deste mez a celebração do anniversário da installação da sociedade litteraria desse nome, instituída no lyceo desta cidade pelo director da insturcção publica o Dr. Silva Titara em 27 de setembro de 1857, sob os auspícios do Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas, que no segundo dia de sua administração teve o prazer de presidir a uma festa litteraria, começou o acto com a presença de numerosos sócios pelo brilhante discurso do Sr. Dr. Espíndola, que bem pode ser qualificado, como somos informados, de

eminentemente histórico e rico de illustração pela variedade de assumptos litterarios e scientificos de que se occupou.

Orou em seguida o Dr. Pinto da Rocha, digno juiz de orphãos da capital, sobresaindo na belleza de pensamentos sublimes análogos ao objecto, e expostos com a maior clareza e lucidez pela facilidade dos meios oratórios de que felizmente dispõe.

Em terceiro lugar recitou um bello e excellente discurso o talentoso Sr. Innocencio Rego, em que procurou na narração de todas as academias e associações litterarias do mundo, exemplificar com a historia, mostrar as vantagens de taes estabelecimentos e excitar o nobre enthusiamo pelas lettras e pelo progresso e duração do gabinete.

Leu em ultimo lugar o Sr. Dr. Black mais um primoroso dicurso, no qual soube aproveitar certas disposições e factos históricos do Brazil tendentes a provar a admirável disposição dos brazileiros para a cultura das lettras e os progressos que muitos deles tem feito pelo seu talento e saber, tanto no paiz, como também em diferentes pontos da culta Europa, collocando-se entre as grandes capacidades que occupão as eminências da sabedoria; mostrando-se a necessidade de favorecer a exist-encia do gabinete de leitura, com que possam sobressahir talentos que murcharão á mingoa de meios, acerca do que explorarão os radores antecedentes abundando e variando em tal idéia, cada qual mais cheio de lucidez e animação. O Sr. Dr. Espíndola aventurou em seu rico discurso a ideáia da criação de um jornal litterario da dita sociedade, fazemos votos para que sua idéia vingue e progrida.

Tambem assistiu ao acto o digno vice-prsidente, o Sr. Commendador Jacintho de Mendonça, que teve lugar de distincção, e muitas pessoas distinctas.

Os intervallos forão preenchidos por diferentes peças de muzica da banda de policia, e tocando também a da guarda nacional na chegada de S Exc., que foi recebido e despedido com demonstrações geraes de simpathia e cordialidade.

Retirando-se S. Exc. Procedeu-se a eleição do presidente do Conselho, sendo reeleito por votação unânime o Sr. Titara; e o conselho ficou composto dos Srs. Dr. Espíndola, Dr. Silveira, Dr. Pinto Rocha, Dr. Pereira do Carmo, Dr. Clack e Guilherme Graça.

Felicizamos ao Sr. Titara pela vida que vai tendo o gabinete de leitura, obra de seus insessantes esforços, e a todos que se hão prestado para a existencia de uma sociedade que ao menos deve ser um testemunho, uma prova viva de que não somos na província indifferentes a esse progresso geral que fazem as lettras no século 19.

Também não tivemos como avaliar a relação entre o progresso das letras, ou processo de civilização nas comunidades onde foram instalados gabinetes de leitura fora de Alagoas,

até pelo fato de não ser este o objeto direto da pesquisa, mas é flagrante que nas cidades onde essas instituições existiram, ainda existem, ou mesmo numa nova configuração enquanto ponto turístico daquela cidade, senão ainda ativos, como unidades de informação, o que lamentavelmente comprova o atraso de nossa Alagoas quando se trata de cultura. É como se estivéssemos reproduzindo o mesmo modelo do século XIX em pleno século XXI: falta – ou existência de pouquíssimos - instrumentos culturais com acesso à população geral.

3.1.1 A participação dos intelectuais na instalação do Gabinete de Leitura de Maceió: Mello Morais, Silva Titara e Tomaz Espíndola

No presente escrito, referendamos a participação dos intelectuais iluministas e positivistas na instalação do Gabinete de Leitura de Maceió, através das pesquisas de Moacir Sant’Ana (1965), por ter sido o único autor encontrado até agora, que debruçou-se minimamente sobre este momento histórico. Utilizamos também os conceitos de Le Goff (2006) sobre o que é ser intelectual; e Madeira (2008), na construção histórico-educacional da época.

O Gabinete de Leitura (existiu de 1857 a 1865 = 08 anos), não chegou a ser reconhecido como instituição oficial e para chegar a tal *status*, foi transformado em Biblioteca Provincial, e no ano de 1865, em Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, existente até os dias atuais, embora ainda da forma precária em que sub-existiu no século XIX.

Para Le Goff (2006, p.23): “intelectual é o mestre das escolas [...] aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento, fundindo a reflexão pessoal na sua prática de ensino”. E diante do contexto, vimos que os atores envolvidos no processo adequaram-se perfeitamente ao perfil de “intelectual” formulado pelo citado historiador. Madeira (2008) vem confirmar que:

Quando se trata de instrução pública no Brasil do século XIX, é preciso cuidado para se compreender que, àquela época, havia um emaranhado de relações, nas quais os poucos homens de letras estavam envolvidos em quase todas as atividades intelectuais, quer no âmbito público, privado ou filantrópico. Cuidavam de ordenar os liceus, as escolas normais, as escolas primárias públicas e sua legislação, os colégios secundários particulares, publicavam obras didáticas, com o fim de ordenar o tipo de saber a circular nas escolas, assumiam simultaneamente o cargo de professores, parlamentares, administradores públicos, inspetores escolares etc.

Esses intelectuais ainda guardavam resquícios da visão dos religiosos que foram missionários/educadores no Brasil. Dessa forma

Sacralizaram [...] um modo de ver o mundo: católico, europeu ocidental, trabalhador, adulto, branco, masculino e letrado. Com este perfil humano os missionários estavam convencidos do estado de barbárie espiritual, cultural e material do povo [...], daí a busca pela promoção de um povo ordeiro, letrado, higienizado, trabalhador, cooperativo, honesto, cristianizado e caridoso. (MADEIRA & SAMPAIO 2006, p.55).

Complementando este panorama a autora argumenta que:

Na segunda metade do século XIX no Brasil, os homens de letras se colocavam como missionários do progresso instituído pela civilização ocidental. Com os olhos voltados para os países europeus, considerados avançados, buscavam modelos de organização social que deveriam ser aqui implementados. Conviver em um país de modelo social ainda escravocrata, patrimonialista, analfabeto ou semi-analfabeto, multiétnico, com hábitos rústicos, fortes traços de afilhadismo político na administração pública e com poucos sinais de uma economia urbana, tornava-os engajados na missão de investir fortemente na ilustração da nação. Imbuídos com este ideário, aqueles ilustrados dentro e fora da administração pública, criaram entidades, associações, gabinetes de leitura, clubes científicos e literários, periódicos, impressos escolares, instituições de ensino particulares e filantrópicas, cuja função era cuidar de divulgar tal modelo civilizador. (idem, 2008, p.52).

Em se tratando dos intelectuais envolvidos na implantação do Gabinete de Leitura de Maceió, Moacir Sant'Ana (1965, p.07) nos relata que Alexandre José de Melo Moraes, José Correia da Silva Titara e Tomaz do Bomfim Espíndola têm os seus nomes diretamente ligados à criação da Biblioteca Pública Estadual de Alagoas, que seria formada com o acervo do Gabinete de Leitura, e mantida a partir de então com orçamento provincial, uma vez que

O Gabinete de Leitura criado por Titara não era ainda uma instituição oficial. Em 1860, em sua *Fala à Assembléia Legislativa Provincial*, o presidente Pedro Leão Veloso, ao discorrer acerca do referido Gabinete, que então contava com 1.721 volumes, afirmou ser “conveniente a criação de uma biblioteca, em modestas condições, a fim de ir-se de ano a ano enriquecendo, de modo que, no fim de pouco tempo, contasse a província com uma livraria pública regular” (idem, p.08).

O Conselho do Gabinete de Leitura era formado por José Correia da Silva Titara (primeiro diretor da instrução pública da província); Thomaz do Bomfim Espíndola; Bernardo Pereira do Carmo (lentes do Lyceu Provincial); Pinto Rocha (juiz de órfãos); Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça. Silva Titara foi eleito o primeiro presidente e tinha como objetivo a fundação de uma livraria pública, pois, já contava com cerca de 1.700 volumes todos doados pelos sócios.

Complementando o panorama intelectual da Província na época, Lindoso (2005) também se lembra de toda uma geração que compunha o cenário intelectual naquele contexto histórico:

Podemos designar da geração de 1860 o grupo de intelectuais que, a partir de meados do século XIX, iniciou no espaço da cultura alagoana a produção de seus trabalhos intelectuais. Nesse grupo se inserem os nomes de Tavares Bastos, de Ladislau Neto, de Mello Moraes, de Thomaz do Bomfim Espíndola, de José Alexandrino Dias de Moura, de Arthur Jorge e de João Francisco Dias Cabral. Ladislau Neto e Fernandes de Barros, [que] são naturalistas; Thomaz Espíndola se pode considerar o fundador dos estudos geográficos na Província das Alagoas; Dias de Moura escreveu dois esboços corográficos memoráveis; Mello Moraes compôs obras de botânica e reuniu precioso acervo documental sobre a história do Brasil; Araújo Jorge e Dias Cabral se destacaram como filósofos da natureza, sendo Dias Cabral considerado introdutor, na cultura alagoana, das idéias evolucionistas de Charles Darwin e de Wallace. Uma geração, pois formada de nomes destacáveis nas ciências, na historiografia e na filosofia. [...] Essa geração representa na nossa cultura, a ilustração imperial do século XIX brasileiro. (LINDOSO, 2005, p.67).

Dos atores mencionados, o que teve participação mais marcante na existência do Gabinete de Leitura foi *José Correia da Silva Titara*, que atuou como professor, funcionário público, advogado provisionado. Fez seus estudos no Seminário de Olinda. Em 1829 foi nomeado para a cadeira de Gramática Latina na então Vila de Maceió. Foi nomeado, em 1839, Inspetor da Tesouraria Provincial de Alagoas. Em 1844, foi demitido daquela Inspetoria sob alegação de ter tomado parte ativa na “Revolução dos Lisos e Cabeludos”³⁸.

³⁸Segundo Bonfim Espíndola: “antes de 1844 não havia na província partidos políticos definidos; poucos eram os "luzias" e os "saquaremas", liberais e conservadores e esses poucos existiam confundidos com o povo, que jazia na mais completa ignorância sobre a política em geral”. O ministério organizado em 20 de janeiro de 1843, nomeou, em abril daquele ano, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para ministro residente junto ao governo da República Oriental do Uruguai, país que se achava em luta contra os argentinos. Sinimbu só regressa ao Rio praticamente no encerramento dos trabalhos legislativos. Dissolvida a Câmara dos Deputados, o ministério foi substituído, em 2 de fevereiro de 1844. Tendo este ministério concedido anistia aos revoltosos de São Paulo e Minas, começou a sofrer oposição do partido conservador, daí o fracionamento deste partido. Eusébio de Queirós, então chefe de polícia, pede demissão e, à frente dos seus adeptos, declara guerra ao governo. Na abertura dos trabalhos legislativos, em maio, discute-se a resposta à fala do trono, "com a qual resposta era o ministério concorde; 24 deputados somente votaram por ela, conseqüentemente a favor do ministério. Dos cinco alagoanos votaram a favor: João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Ignácio de Barros Vieira Cajueiro e Joaquim Serapião de Carvalho que havia, como 1º suplente, tomado assento por ter sido escolhido senador Antonio Luiz Dantas de Barros Leite -, e votaram contra José Candido de Pontes Visgueiro e Manoel Felizardo de Souza e Mello", segundo Espíndola. E prossegue “Depois desta votação completou-se o ministério cujo crime único fora ter concedido anistia aos liberais de Minas e São Paulo, dissolveu-se a Câmara. Isto posto, Souza Franco, que pertencera ao número dos 24 deputados que sustentaram o ministério, foi nomeado presidente desta província”. E pois, chegando à província, Souza Franco começou a fazer algumas pequenas modificações no pessoal da polícia, e isto foi bastante para que os poucos conservadores aqui existentes, instigados pelos seus correligionários da Corte, lançassem mão das armas para resistir ao governo legal. Para tanto, ainda segundo Espíndola, “para que o povo os acompanhasse começaram por meio da imprensa, pelo periódico Alagoano, cujo redator chefe era o dr. José Tavares Bastos, chefe dos Lisos, então inimigo do Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, chefe dos Cabeludos-, desde a mudança da capital a introduzir a cizânia - de que a família Sinimbu pretendia o domínio exclusivo de toda a província contra os interesses das outras famílias...”. Um grande grupo da elite acompanhou Tavares Bastos, entre os quais José Correia da Silva Titara, inspetor da tesouraria provincial. Preparados os ânimos, rebentou a revolta. A 4 de outubro de 1844 tropas revolucionárias acamparam em Bebedouro. Souza Franco vendo que não tinha forças suficientes para contê-los, resolve recolher-se no iate Caçador. Na manhã do dia 5, aquela tropa, juntamente com outra que viera pela estrada do Poço e Jaraguá, após pequeno combate com as tropas legais, apossa-se da capital. A seguir, enviaram o juiz de direito Francisco Telles de Menezes, ao presidente, convidando-o a retornar ao cargo, com a condição

Com relação à sua atuação enquanto dirigente do Gabinete, as pistas seguidas até aqui apontam para uma administração ineficiente (despótica?) e inoperante, uma vez que o citado senhor não permitia o acesso livre ao acervo para uso da comunidade, monopolizando o espaço a seu bel-prazer, utilizando-o para fins políticos e sociais, menos para sedimentar o processo de ‘civilizar pelas letras’, embora este fosse um consenso entre os demais intelectuais naquele momento histórico em Alagoas.

A pesquisa realizada aqui nos fez deparar com a informação (comprovada documentalmente) da existência de com 119 títulos de livros doados ao Gabinete de Leitura de Maceió por Alexandre José de Mello Moraes em 1865³⁹, com o intuito de compor um acervo para a Biblioteca Pública de Maceió, que se instalaria naquele ano, sendo também composta com o acervo do Gabinete de Leitura, conforme atesta Sant’Ana (1965, p.10); e complementa:

Na sessão do dia 26 de maio do ano de 1865 [Tomaz Espíndola] apresentou um projeto de criação de uma Biblioteca Pública, aproveitando-se o acervo do *Gabinete de Leitura*, época com mais de 3.000 volumes, inclusive 500 folhetos e 1.600 estampas de botânica, e que funcionava, desde a sua criação, em umas das dependências do Liceu Provincial, o tradicional *Liceu Alagoano*.

de serem anistiados, conservadas as suas posições oficiais e serem eleitos deputados gerais José Tavares Bastos e Francisco Joaquim. Sob promessa de anistia, Souza Franco, exigiu que os revoltosos depusessem as armas. Como tal não ocorreu, o presidente, após regressar ao palácio, deu ordens no sentido de ser mantida a força moral do governo. Os revoltosos haviam se retirado para o interior, mas conservavam-se de posse de suas armas. Exigido que as depusessem. Tornaram a atacar Maceió, pela segunda vez, no dia 21 de outubro, contando agora os Lisos com o auxílio de Vicente Ferreira Tavares Coutinho, vulgo Vicente de Paula, que participara da Cabanada de 1832-1835, por entender que a presença deste seria suficiente para aterrorizar o governo. Porém desta vez, deixaram de contar com muitos dos revoltosos, que não concordaram com o convite a Vicente de Paula. E, de outra parte, as forças governamentais, estavam reforçadas com um Batalhão de Artilharia, vindo de Pernambuco, unido, ainda, com uma companhia provisória e perto de 100 guardas nacionais trazidos de São Miguel dos Campos. O combate durou das seis horas da manhã às duas da tarde, ficando no campo da parte dos Lisos ou rebeldes, 20 homens mortos e vários feridos e, de parte do governo e Cabeludos 10 mortos e 24 feridos ...", Porém, acabam por ser rechaçados, inclusive os 400 bandoleiros de Vicente Ferreira de Paula. Depois deste ataque, novas forças chegaram de Pernambuco, comandadas pelo Brigadeiro Antônio Correia Seara, as quais lutaram contra os rebeldes em Murici e Atalaia, tendo conseguido nesta última que estes fossem totalmente dispersos. Restaram grupos, que acabaram por depor as armas em 7 de dezembro. Alguns dos seus chefes saíram de Alagoas, indo para Pernambuco e Rio de Janeiro em busca de anistia, obtida - com o apoio do senador Antônio Luiz Dantas de Barros Leite - no governo do novo presidente de Alagoas, Caetano Maria Lopes Gama. Cópia Sublevação Liso .Cabeluda. Proclamação Dirigida pelo Presidente Bernardo de Souza Franco, depois que Desembarcou do Iate Caçador, Onde se Recolhera no Dia 5 de Outubro de 1844. Foi reintegrado ao cargo em 1846, pelo novo presidente Caetano Maria Lopes Gama. Nesse mesmo ano é nomeado Delegado do Diretor Geral de Terras Públicas. Em 1847 passa a ser Secretário do Governo da Província das Alagoas. Nomeado, em 1853, foi o primeiro Diretor da Instrução Pública, dirigindo, cumulativamente, o Liceu Alagoano, tendo se aposentado naquele cargo em julho de 1864. Fonte: ABC das Alagoas.

³⁹ Fonte: ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. Relatório da instrução pública e particular da província das Alagoas. Maceió: Typ. do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

O material doado para a biblioteca teria sido selecionado cuidadosamente pelo seu doador, com o intuito de formar o cidadão cioso, respeitador das leis e temente a Deus, que o contexto da época pregava, reforçando também a ideia da educação para o trabalho braçal, que era o que cabia ao “pobre” naquela sociedade, tão à margem dos requintes da Côrte e da ilustração européia.

Neste momento foi que se deu, não automaticamente, mas historicamente a transição do Gabinete de Leitura para uma “livraria pública regular”, ou seja, que funcionasse para o público da província. Situação ilustrada na fala de Veloso citado por Sant’Ana (1965, p.08)

Em 1860, em sua *Fala* à Assembléia legislativa Provincial, o presidente Pedro Leão Veloso, ao discorrer acerca do referido Gabinete, que então contava com 1.721 volumes, afirmou ser “conveniente a criação de uma biblioteca, em modestas condições, a fim de ir-se de ano a ano enriquecendo, de modo que, no fim de pouco tempo, contasse a província com uma livraria pública regular”. E aquela instituição, ao que parece, não preencheu desde logo as suas finalidades.

A partir de então:

Extinto o Liceu alagoano, por lei de 4 de junho de 1861, o Art. 3. Da Resolução provincial n. 385, de 7 de agosto do mesmo ano estipulava que ficaria a cargo do Contínuo da Secretaria da Instrução Pública a guarda e asseio da Biblioteca que pertenceu àquele estabelecimento de ensino, inclusive certamente os livros do *Gabinete de Leitura*, que ali funcionava. Abordando o assunto, em ofício de 18 de outubro daquele ano, o Diretor da Instrução Pública da época, José Correia da Silva Titara, entendeu “que desse artigo resulta a obrigação ao Governo de regularizar o serviço da mesma biblioteca, que me parece dever incontestavelmente passar a ter uma denominação de bibliotheca da província, dando-se-lhe uma direcção conveniente e adequada. Titara chegou a elaborar e juntar ao citado ofício um regimento para a futura biblioteca, pedindo ao Presidente da Província, Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho, a aquiescência para a organização da Biblioteca Provincial, que jamais lhe foi dada. Já a Thomaz do Bomfim Espíndola cabe as honras de, como deputado provincial ter apresentado o projeto, de sua autoria, de criação da nossa Biblioteca Pública. (SANT’ANA, 1965, p.09).

Após alguns entraves políticos na Assembleia Provincial, onde havia os que eram a favor do ‘progresso e da cultura através das letras’, e os que eram contra a Província, assumir mais uma despesa, no caso a Biblioteca Pública decidiu-se:

A 26 de junho do mencionado ano de 1865 o presidente da província, desembargador João batista Gonçalves, apunha a sua assinatura à Resolução n. 453, cujo Artigo 1. Declarava: “Fica creada no Lyceu desta capital uma Biblioteca Pública, a qual se comporá dos livros existentes no actual Gabinete do referido Lyceu pertencentes à Província e dos que forem sendo comprados pela presidência por autorização da Assembléia Legislativa Provincial”. Gonçalves Campos, o futuro barão e depois Visconde de Jarí, em cuja presidência verificou-se a criação de nossa Biblioteca Pública,

presidiu Alagoas de 15 de dezembro de 1864 a 26 de julho do ano seguinte. (SANT'ANA, 1965, p.12).

Ainda ilustrando a situação descrita, Sant'Ana segue relatando:

Criada finalmente a Biblioteca Pública, o seu primeiro dirigente, o professor do *Liceu* da capital, Felinto Elísio da Costa Cutrim, foi nomeado Bibliotecário a 6 de julho do mencionado ano de 1865, por portaria do Presidente da Província, tomando posse do cargo, no dia 8 seguinte. A 30 de janeiro de 1867 apresentou o seu primeiro Relatório, ao Inspetor Geral dos Estudos da Província, o Dr. Tomaz do Bomfim Espíndola, decorrente de uma exigência imposta pelo primitivo Regulamento da Biblioteca, datado de 16 de abril de 1866, expedido na presidência do Dr. Esperidião Elói de Barros Pimentel. E é através deste Relatório que se tem conhecimento do total do acervo bibliográfico da mencionada Biblioteca, na época com “2.072 exemplares de obras escritas em português, latim, francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, árabe e grego, compreendendo 2.622 volumes, além de 547 folhetos e 1.366 estampas de botânica, que se acham distribuídas por nove grandes estantes com dois gavetões cada uma.” (1965, p.13).

A Biblioteca Pública do Estado de Alagoas hoje, não está em situação muito diferente de quando da sua inauguração. O famoso Palacete Barão de Jaraguá, onde está instalada, carece de uma ampla reforma estrutural, que está em execução, com término previsto para 2012. Realizada a reforma, espera-se poder oferecer uma biblioteca pública minimamente digna em termos de estrutura e serviços à comunidade alagoana, tornando-se “um organismo em crescimento”, (de acordo com os cinco princípios da Biblioteconomia⁴⁰ do bibliotecário indiano S.R. Ranganathan -1895-1972) e efetivando-se como instrumento cultural a serviço da educação e construção cidadã do povo alagoano.

O estudioso Moacir Sant'ana, atribui em seus escritos, a José Correia da Silva Titara a criação do Gabinete de Leitura de Maceió, apoiado pelos defensores das letras e artes Alexandre José de Mello Moraes e Tomaz do Bomfim Espíndola. O dito fundador do Gabinete, que esteve à frente da direção da Instrução Pública da província por onze anos

⁴⁰ **Os livros são para serem usados** - o livro é um meio que impulsiona o conhecimento. E podemos observar a importância de uma biblioteca na seguinte frase: "quem tem informação, tem poder". Aponta para o livro como um meio e não como tendo um fim em si mesmo. Em relação as bibliotecas de nada adianta tê-las cheias de livros senão se dá o acesso a informação. Por isso, esta afirmativa de Ranganathan se perpetua até os dias de hoje. **Todo leitor tem seu livro** - o bibliotecário deve fazer o estudo dos usuários, observando a clientela para preparar o acervo. Aponta para a seleção de acordo com o perfil do usuário. **Todo livro tem seu leitor** - refere-se a disseminação da informação, em que se deve divulgar os livros existentes em cada biblioteca. Aponta para a importância da divulgação do livro, sua disseminação, antecipando a estética da recepção. **Poupe o tempo do leitor** - a arrumação e catalogação dos documentos diminui o tempo necessário para encontrar a informação desejada. Aponta para o livre acesso às estantes, o serviço de referência e a simplificação dos processos técnicos. **Uma biblioteca é um organismo em crescimento** - o bibliotecário deve controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está sendo usada, através de estatísticas da consulta e empréstimo. Decorre da explosão bibliográfica que exige atualização das coleções e previsão do crescimento da área ocupada pela biblioteca.

(1853-1864) era tido como um homem carrancudo, mas um servidor público extremamente sério no cumprimento de sua missão. Tão extremoso, que chegou a configurar-se como um ‘guardião’ do Gabinete, mal permitindo que se adentrasse ao recinto para uso de suas coleções. O mesmo Sant’ana nos dita, que “Titara chegou até a elaborar e juntar ao citado ofício um regimento para a futura biblioteca, pedindo ao Presidente da província, Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho, a aquiescência para a organização da Biblioteca Provincial, que jamais lhe foi dada.” (p.09).

O referido historiador, sobre a obra do qual embasamos o presente capítulo, informa que o Gabinete de Leitura não era ainda – e jamais se tornaria – uma instituição oficial. A ideia inicial era mesmo implantar uma Biblioteca Pública com recursos e apoio do governo, mas como este não se pronunciava, mesmo após solicitações; o Prof. Titara, fazendo uso de sua prerrogativa de diretor da Instrução Pública e do Liceu Alagoano e já com 2.000 livros encaixotados – doados pelo historiador Mello Moraes – tomou a iniciativa de fundar a Associação Gabinete de Leitura em uma das dependências do prédio onde funcionava o Liceu, precisamente a 26 de setembro de naquele ano de 1856 (SANT’ANA, 1965 p.07).

A história de vida do Gabinete de Leitura de Maceió, não viveu dias de glória, pelo menos no que concerne a real função de uma instituição daquela natureza. Todos os historiadores da época consultados para esta pesquisa são unânimes em apontar que aquela instituição não cumpriu as suas finalidades, visto que nas palavras de Tomaz Espíndola, citadas por Moacir Sant’ana: “durante o espaço de três anos que ela tem de existência, não tem servido de utilidade alguma, por estar sempre fechada.” (1965, p.08).

Na teia que é a reconstrução da história, as contradições parecem sempre estar presentes, mesmo porque estamos lidando o tempo todo com o ‘fator’ humano, e sua natureza complexa por excelência, o que torna mais difícil ainda analisar ou entender a ação de um ator social de um tempo tão recuado, como a personalidade do Prof. Titara, que era ‘destratado’ por uns e mitificado por outros. A história oficial ora diz que aquele ente ora era intratável, ora era funcionário público exemplar e na constatação de Craveiro Costa, citado pelo mesmo Sant’ana:

Numa época em que ninguém se preocupava com a organização do ensino público, ele [Silva Titara] pugnava por essa organização, do ponto de vista puramente pedagógico, combatendo a incapacidade do magistério e o erro, que chegou até os nossos dias, de se transformar esse importante ramo administrativo num departamento exclusivamente burocrático sob a égide da politicagem. (idem p.08).

Com as críticas, ou apesar delas, pelo Gabinete estar na maioria do tempo com as portas fechadas – e com a chave, provavelmente, em poder do zeloso Titara – o gabinete seguiu sua curta história, mas não imune aos olhos e a língua dos seus detratores, inconformados com os desmandos deste sobre o acesso à instituição. Devemos lembrar aqui do protesto dos alunos do Liceu, já citada anteriormente, reclamando o acesso ao Gabinete, na qualidade de alunos do Liceu, até porque o regulamento da instituição previa o acesso para consulta pelos estudantes regularmente matriculados, conforme ponto daquele regulamento:

Que a livraria fosse franqueada aos sócios e aos estudantes provectos do Lyceo á leitura dos livros consultivos, próprios das matérias das respectivas aulas, nos domingos e dias santos e quintas feiras das semanas que os não tiverem, e nos outros dias das nove horas da manhã até o meio dia, e das duas ás seis da tarde. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859).

Após três anos de não funcionamento regular, em 1860, em sua fala à Assembléia Legislativa Provincial, o presidente Pedro Leão Veloso, ao discorrer acerca do referido Gabinete - que então contava com 1.721 volumes - afirmou ser “conveniente a criação de uma biblioteca, em modestas condições, a fim de ir-se de ano a ano enriquecendo, de modo que, no fim de pouco tempo, contasse a província com uma livraria pública regular”. Oficialmente o que desencadeou a desativação do Gabinete de Leitura, foi a extinção temporária do Liceu provincial no ano de 1861, conforme historiciza Sant’ana (1865, p.09):

Extinto o Liceu Alagoano, por lei de 4 de julho de 1861, o Art. 3. Da Resolução provincial n. 385, de 7 agosto do mesmo ano estipulava que ficaria a cargo do Contínuo da Secretaria da Instrução Pública a guarda e asseio da Biblioteca que pertenceu áquele estabelecimento de ensino, inclusive certamente os livros do *Gabinete de Leitura*, que ali funcionava. Abordando o assunto, em ofício de 18 de outubro daquele ano, o Diretor da Instrução Pública da época, José Correia da Silva Titara, entendeu “que desse artigo resulta a obrigação ao Governo de regularizar o serviço da mesma bibliotheca, que me parece deve incontestavelmente passar a ter a denominação de bibliotheca da província, dando-se-lhe uma direcção conveniente e adequada”.

E para a história, parece-nos que Titara morreu injustiçado, ou pelo menos incompreendido, uma vez que ainda não se tem conhecimento de um estudo detalhado sobre esse personagem tão controverso:

Faleceu em Coqueiro Seco no dia 7 de novembro de 1878, por uma ironia da sorte, - já que é desconhecido em seu próprio berço natal – o único grupo escolar do atual município de Coqueiro Seco não ostenta o nome do seu mais ilustre filho, que tanto fez pela instrução pública em Alagoas. (SANT’ANA, 1965, p.08).

Outra personalidade ilustre no processo de instalação do Gabinete de Leitura foi o geógrafo Tomaz do Bomfim Espíndola. Entusiasta do projeto iluminista/positivista de “civilizar pelas letras”, a ele coube as honras de, como deputado provincial ter apresentado o projeto, de sua autoria, de criação da nossa Biblioteca Pública. Foi incumbido pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, de fazer o apanhado de notas estatísticas e geográficas das Alagoas. E a *Geografia física, política, histórica e administrativa da Província das Alagoas*, impressa em Maceió, no ano de 1860, foi o resultado da missão que fora confiada por aquele governante. Entre os inúmeros cargos que exerceu em nosso Estado citamos o de Inspetor Geral dos Estudos da Província - cargo que substituiu, a partir de 18 de junho de 1864, o de Diretor da Instrução Pública – para o qual foi nomeado a 24 de julho de 1865.

Em seu projeto para a fundação da Biblioteca Pública, a justificativa apresentada era a inoperância do Gabinete de Leitura, a falta de pessoal para atendimento e o extravio de obras raras do acervo; além de que ia-se aproveitar o acervo do *Gabinete de Leitura*, na época com mais de 3.000 volumes, inclusive 500 folhetos e 1.600 estampas de botânica; acrescentando que muitas obras se achavam carcomidas pelo cupim e pelas traças por ingerência do/os responsáveis. Quando da apresentação do novo projeto em sessão na Assembléia Provincial; o deputado Dr. Manoel Cesar Bezerra de Gois apressou-se em pedir a palavra para justificar o seu voto contrário ao projeto em discussão, alegando:

Voto contra o projeto, porque não considero nele utilidade alguma, e vejo que vai sobrecarregar os cofres de despesas, concluindo: - Portanto, vejo que vamos somente aumentar despesas, sem que daí resulte utilidade alguma à província. Isto não é mais do que luxo e a província não tem um rendimento tal, que possa satisfazê-lo. (SANT'ANA, 1965, p.10)

Tomaz Espíndola, contra-argumentando, afirmou inclusive que do Gabinete tem se utilizado

Apenas um ou outro lente, um ou outro estudante; disse mais que diversas obras tem sido extraviadas, como aconteceu com o dicionário de português em 10 volumes de Bluteau, obra raríssima, e livro de oradores franceses, e isto pela falta de pessoal responsável... disse mais que um Gabinete que possui tão avultado número de obras importantes e que anualmente pode ser aumentado pouco a pouco e insensivelmente, sem grande ônus para os cofres públicos, e quando esta Assembléia determinar, deve ser conservado aberto às vistas do público; disse finalmente que a despesa decretada – seiscentos mil réis anuais – é diminutíssima, e quando não fora, seria preferível suprimir-se uma dessas cadeiras de primeiras letras pouco freqüentadas e montar-se essa Biblioteca, do que conservá-la em prejuízo da existência desta. (SANT'ANA, 1965, p.11)

Nesta fala de Espíndola há entrelinhas que nos remete à necessidade que se tinha de delegar à administração pública do Gabinete-biblioteca, para que este não continuasse privatizado e inoperante, saindo assim do poder de um só cidadão para a alçada do governo, que por sua característica de gerir para o público deveria permitir o acesso àquela entidade, quebrando/retirando o ‘rótulo’ de “não oficial” (e daí, não-público), do Gabinete de Leitura.

Mas, finalmente (e felizmente), prevaleceu o bom sendo dos demais deputados e a de 26 junho de 1865 o presidente da Província, desembargador João Batista Gonçalves Campos, apunha a sua assinatura à Resolução n. 453, cujo Artigo 1. Declarava:

Fica creada no Lyceu desta capital uma Bibliotheca Publica, a qual se comporá dos livros existentes no actual Gabinete do referido Lyceu pertencentes á Província e dos que forem sendo comprados pela presidência por autorização da Assembléia Legislativa Provincial. (SANT’ANA, 1965,p.12)

No mesmo ano, a Biblioteca foi instalada no mesmo prédio onde havia se extinguido o Liceu Provincial e o próprio Gabinete de Leitura. Após algumas mudanças, foi finalmente realocada para o palacete Barão de Jaraguá⁴¹, onde está até os dias de hoje. A seguir trazemos um breve perfil dos intelectuais⁴² Alexandre José de Mello Moraes, Thomaz do Bomfim Espíndola e José Correia da Silva Titara:

⁴¹ O Prédio onde atualmente funciona a Biblioteca Pública Estadual foi construído por José Antonio de Mendonça, Barão de Jaraguá, durante os anos de 1844 a 1849 o chamado PALACETE “BARÃO DE JARAGUÁ”, localizado no Largo da Matriz, atual Praça Dom Pedro II. Foi residência daquele titular do Império, agraciado com o título de Barão em março de 1860. Passou a ser Monumento Histórico Estadual pelo Decreto Nº 6219, de 01 de abril de 1985. Foi em 26 de junho de 1865 que o presidente da Província de Alagoas, Desembargador João Gonçalves Campos, assinou a resolução 453, criando a Biblioteca Pública Estadual. Em dezembro de 1989, é criada a Secretaria de Cultura a qual a Biblioteca Pública Estadual passa a ser subordinada. Em Junho de 2005, a Biblioteca Pública completou 140 anos de fundação. Fonte: <http://www.cultura.al.gov.br>. Acesso: 20.03.2012.

⁴² O Prof. Francisco Ari de Andrade (UFC), esclarece que para a maioria dos intelectuais daquela época, o interesse maior era estar em contato com o que se elaborava em termos de ciência na Europa; ainda sem a preocupação de mudar a sociedade local, o que naturalmente era um entrave para o desenvolvimento do processo civilizatório Alagoano. [informação oral].

Figura 17: **Alexandre José de Mello Moraes**⁴³



Foto: Roselito de Oliveira, 2011 /Fonte: Instituto Histórico e geográfico de Alagoas-IHGAL

É desta forma que o historiador Moacir Medeiros de Sant'ana inicia um esboço biográfico de Mello Moraes:

Em uma casa da antiga rua da Matriz, na então cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, nasceu o historiador Alexandre José de Melo Moraes, aos 23 dias do mês de julho do ano 1816. Dez anos depois do alegre evento falecia sua mãe, D. Ana Barbosa de Araújo Moraes. [...] A desventura [...] não se restringiu a esta triste ocorrência. Não se passara muito tempo e novamente a morte veio a se abater sobre outro membro da sua família. A 13 de maio de 1827 foi a vez do seu velho pai, o capitão-mor Alexandre José de Melo. (1962, p.07)

Em sua visão da história daquele personagem, Santana segue descrevendo: Órfão aos 11 anos de idade foi enviado para a Bahia, onde a sua educação foi entregue aos cuidados dos seus tios, frei Francisco Senhor do Bonfim e frei José de Santa Tereza. Aos dezessete anos de idade, Mello Moraes passou a lecionar geografia, retórica e outras matérias para, com os poucos rendimentos desse professorado, poder ultimar o seu curso de humanidades, e em seguida matricular-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde veio a receber o grau de doutor em medicina, no ano de 1840. Após a sua formatura consorciou-se com D. Maria Alexandrina de Mello Moraes, fazendo então uma breve visita à sua terra natal, de onde se achava ausente há doze anos.

⁴³ Fonte: www.google.com/imagens. Acesso: 27/03/2012.

Data de 1843 a sua estréia no jornalismo, quando passou a colaborar assiduamente no *Correio Mercantil* da Bahia, do qual foi depois um dos redatores. Nesse jornal defendeu, como político filiado ao Partido Conservador, a causa dos seus correligionários que em Alagoas, tomaram parte, em 1844, no movimento armado popularmente conhecido como “Revolução dos Lisos e Cabeludos”, o qual teve como pretexto a destruição de uma suposta oligarquia da família Sinimbú. No ano de 1845 fundou o *Mercantil da Bahia*, onde reencetou a batalha pelas idéias do seu partido, escrevendo ainda naquele periódico, sobre assuntos variados. (idem, p.08).

Tonando-se ardoroso adepto da doutrina homeopática, fundou em 1850, ainda na antiga cidade da Bahia, o jornal *O Médico do Povo*, órgão destinado à propaganda daquela doutrina, que a princípio combatera nas colunas do *Mercantil da Bahia*; transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1853, ali firmou residência, fundando neste ano, juntamente com Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, *O Guarany*, jornal de caráter político, literário e industrial, de vida efêmera. Prosseguiu, em 1864, com a publicação do seu periódico *O Médico do Povo*, agora com o nome de *O Médico do Povo na Terra de Santa Cruz*, posteriormente mudado para *Brasil Histórico*. Nessa época a História do Brasil passara a ser a sua principal preocupação. Na capital da Bahia, em 1866, aproveitando a sua permanência de sete meses, efetuando pesquisas históricas, redatoriou *O Agricultor Bahiano*, consagrado aos interesses da agricultura brasileira. Redigiu, ainda, no Rio de Janeiro, um outro órgão de imprensa, este de cunho religioso – *A voz do Cristão na Terra de Santa Cruz*. Com a ascensão do partido Conservador, em 1866 foi eleito Deputado Geral por Alagoas, para a 14ª legislatura (1869-1872). Na carreira pública, foi o único cargo que ocupou.

Ao ilustre Melo Moraes, Alagoas deve a fundação, no ano de 1856, da sua primeira Biblioteca Pública no ano de 1856. Denominada inicialmente Gabinete de Leitura; para a qual fez a oferta de cerca de 2.000 volumes, e nos anos de 1865 a 1868, já criada a Biblioteca Pública Provincial, novos oferecimentos num total de 5.000 volumes. Melo Moraes radicou-se fora de Alagoas, contudo, jamais esqueceu a terra natal. A comprovar esta assertiva, o dístico – ‘Natural da cidade das Alagoas’, com que evocava a sua naturalidade, grafado em todos os seus livros. Acometido por uma pneumonia dupla, às 16,15 horas do dia 6 de setembro de 1882 veio a falecer, pobre, no Rio de Janeiro, ele que ganhara fortuna como médico homeopata, mas tudo esbanjou na compra e impressão de documentos históricos. Deixou mais de sessenta publicações nas áreas de medicina, homeopatia e história do Brasil. (SANT’ANA, 1966, p.10).

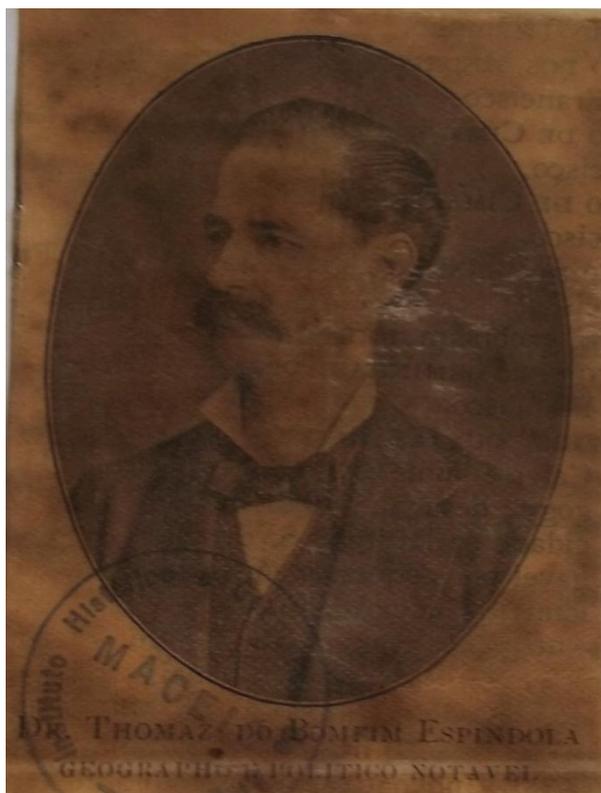
Figura 18: Thomaz do Bomfim Espíndola ⁴⁴

Foto: Roselito de Oliveira, 2011 /Fonte: IHGAL

Fazendo uso da escrita de Madeira e Reis (2011), trazemos alguns dados sobre a vida e obra de Thomaz Espíndola, onde as autoras afirmam que o personagem em voga era um homem ilustrado, de espírito liberal, que se punha em defesa de um discurso em torno do sentido de civilização em função do progresso da humanidade para a qual tomava como referência única o mundo europeu, e que se punha como respeitado e admirado no meio intelectual alagoano, porque se tornara modelo intelectual e homem público. E asseveram o contexto da produção intelectual daquela personalidade:

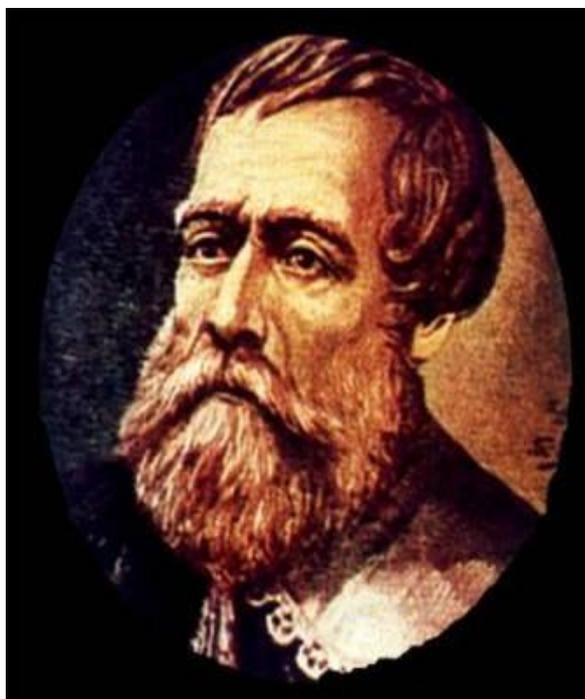
O lugar de onde escreve Thomaz Espíndola nos dá a dimensão de como suas idéias tinham amplo alcance. Ele ocupou lugar no parlamento por várias legislaturas, exerceu forte influência na redação do jornal *O Liberal*, ocupou o cargo de Inspetor Geral de Estudos na Administração Pública, foi Lente Catedrático do Liceu de Maceió, além de médico de instituições públicas e filantrópicas de Maceió como o Colégio de Educandos e Artífices (1854), o Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877) e o Liceu de Artes e Ofícios (1884) [...] Por ocupar largos espaços sociais na Província, ele era a expressão clara do intelectual de sua época, chamado a falar e ocupar os lugares mais diversos no corpo social, assim se compreende a condição de

professor, médico, geógrafo, historiador, inspetor e parlamentar. (MADEIRA; REIS, 2011. p.05).

E no âmbito educacional, as autoras informam que de autoria de Espíndola vieram a público duas obras: um compêndio de Geografia, sob o título *Elementos de Geografia e Cosmografia Oferecidas à Mocidade Alagoana* (1874), dirigido aos alunos da Escola Normal e do Liceu provincial, e o *Relatório da Instrução Pública* (1866), o qual se pode considerar como a primeira publicação da província, que pretendeu sistematizar a situação da escolarização pública e particular da Província de Alagoas, desde o ano de 1835 até 1865.

Como expoente de sua época e à frente de seu tempo, ele definiu um perfil de escola adequado aos tempos modernos, a qual o movimento em prol da República e da Abolição da Escravatura já imprimiam seus ideais. Como um dos principais representantes do grupo liberal de Alagoas do século XIX, Espíndola incorporou o lugar de um desbravador das luzes e da civilização do povo por meio das letras. Suas obras estiveram a serviço deste propósito. “Queiramos ou não, intelectuais como ele serviram para ordenar e consolidar o sistema de ensino brasileiro que nós herdamos. Espíndola deixou publicadas obras nas áreas de Geografia, medicina, Relatos de Viagens e Educação”. (MADEIRA; REIS, 2011. p.10).

Figura 19: José Correia da Silva Titara⁴⁵



⁴⁵ Fonte da imagem: www.google/imagens. Acesso: 20.05.2012

Nascido em Coqueiro Seco, município de Alagoas, em data desconhecida para nossos historiadores, Jose Correia da Silva Titara fez seus estudos no Seminário de Olinda/PE. Foi o primeiro Inspetor da Tesouraria da então Província de Alagoas. Cavaleiro da Ordem da Rosa, Deputado Provincial e Geral de 1848 a 1856; sócio do Instituto Geográfico e Histórico de Alagoas, Advogado, Diretor da Instrução Pública. É desta forma sucinta que Moraes, (1954), anuncia para a história a vida de Titara. Por sua vez, Duarte (1963), nos traz outras informações relevantes:

O advogado José Correia da Silva Titara conservou-se no cargo de Diretor da Instrução Pública (e cumulativamente do Liceu) até 4 de julho de 1864, quando foi aposentado. Durante esse tempo, algumas vezes o substituiu o Vice-diretor, Dr. Manoel Lourenço da Silveira. Titara constituiu-se, pelo sentido de austeridade e cumprimento da lei que imprimiu à sua administração, um elemento muito útil e um verdadeiro espantinho para o professores primários e secundários relapsos. A figura de Titara merece um estudo à parte, mesmo porque seus atos não foram, na época, julgados todos imunes de crítica. Pelo contrário, recebeu o ferrenho administrador, sérias contraditas. Daí, sem um detido exame de suas assertivas, de uma revisão serena de suas acusações e de uma desapaixionada análise de suas opiniões sobre os homens de seu tempo, ser perigoso homologá-las. E ser ainda necessário mesmo analisar a sua situação no meio comunitário, pois não se tratava de um administrador, apenas, mas de um político militante também. [...] Seria na realidade, justo nas suas diatribes e acusações? Ou concentraria em si o poder e a vontade que manteve por tantos anos nas mãos, no setor do ensino popular primário e secundário? A dúvida persiste. (DUARTE, 1963, p.30).

Sem o intento de defender ou criticar, o autor repara que Titara não apontou soluções verdadeiras, parecendo haver exercido, com mentalidade tacanhamente policial, a política de combate ao absentismo sem criar condições novas próprias à melhoria do ensino e sem traçar novos e mais largos horizontes na estruturação dele. Manteve o professorado sob o guante do ‘ponto’, fiel à execução dessa medida, o que por si só não se lhe abram as condições propícias ao ensino, desde as de remuneração condigna até a elevação moral e cultural.

É de justiça, porém, acentuar que no Império, a remuneração do professorado do Liceu foi equiparada a dos magistrados (idem, 1963). O biógrafo Tancredo Moraes aponta que o intelectual deixou diversas traduções e trabalhos publicados, entre eles um *Tratado de Educação*. (Moraes, 1954). Titara aparece nesta pesquisa, como o intelectual ‘mais importante’ de todo período de existência do Gabinete de Leitura, provavelmente por estar à frente desde o início, ou por tomar a causa como ‘sua’, tanto que manteve-se na presidência do Gabinete durante todos os oito anos de existência da instituição, ou talvez, como deixam antever as entrelinhas por não haver outra figura que ousasse defrontar-se com tão importante personagem naquele contexto histórico. A seguir mostramos em imagem da época o antigo

Liceu⁴⁶, onde existiu o Gabinete de Leitura de Maceió, e a seguir, a construção que ocupa hoje aquele espaço:

Figura 20: Antigo Liceu Alagoano

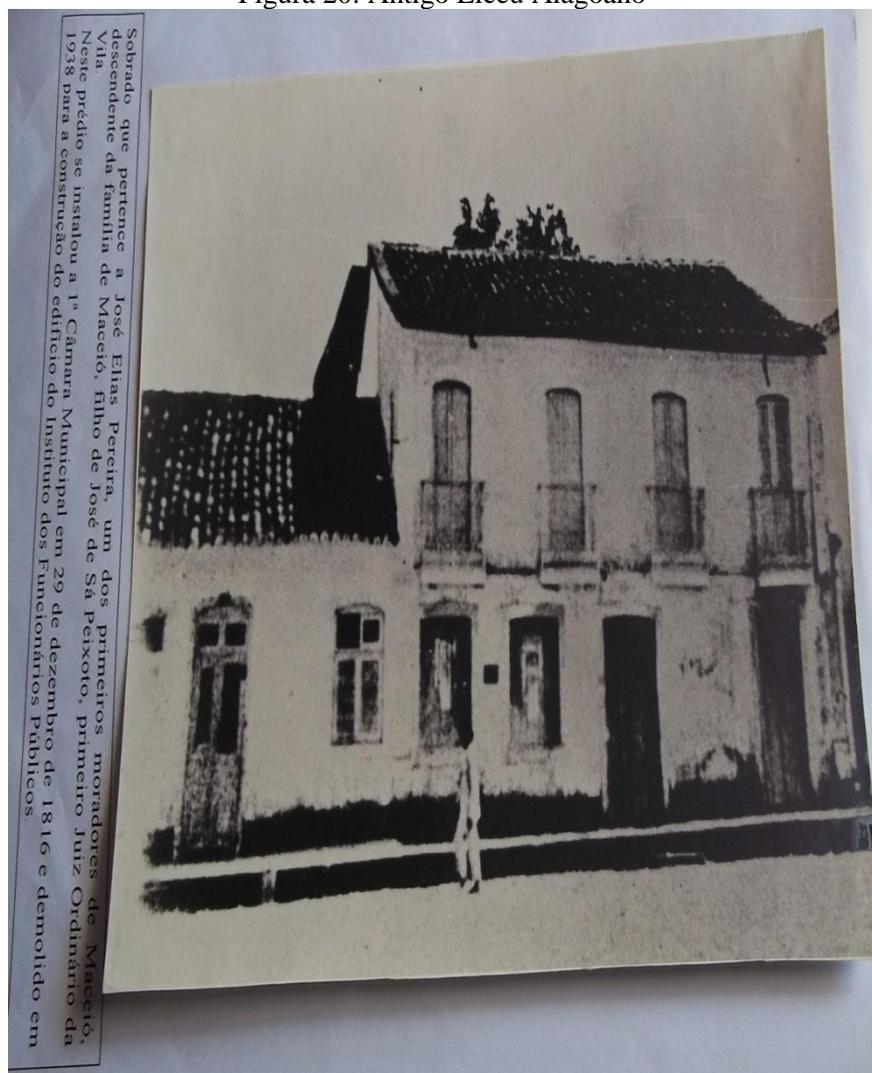


Foto: Roselito de Oliveira /Fonte: IHGAL

Neste prédio, funcionou provisoriamente o Liceu Alagoano, no período em que existiu o Gabinete de Leitura de Maceió. Posteriormente foi transformado na 1ª Câmara Municipal de Vereadores nos idos de 1938; passou enfim por uma demolição, onde foi construído o Instituto dos Servidores Públicos e, enfim, foi construído no local a Secretaria do Ministério da Fazenda, existente até hoje, localizada na Praça D. Pedro II, centro de Maceió:

⁴⁶ “Até 1877, esteve o Liceu alojado (e mal alojado) na Rua da Imperatriz n. 18, daí saindo para novas aberturas na rua do poço, onde aliás pouco se demorou. [...] é verdade que o motivo para a extinção do velho Liceu Alagoano foi a crise financeira existente, que assoberbava a Província”. (DUARTE, 1961, p.144). Fonte da imagem: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Figura 21: Atual prédio da Secretaria do Ministério da Fazenda em Alagoas. No local do atual prédio existiu o antigo prédio do Liceu alagoano, onde foi instalado o Gabinete de Leitura de Maceió.



Foto: Roselito de Oliveira, 2011

3.1.2 A Biblioteca Pública Estadual: dos primórdios aos nossos dias

Figura 22: Prédio da Biblioteca Pública Estadual, durante as obras de restauração em 2011



Foto: Roselito de Oliveira, 2011.⁴⁷

Esboçamos neste tópico, um breve histórico sobre a Biblioteca Pública Estadual, sucessora do nosso objeto de pesquisa, o Gabinete de Leitura de Maceió - onde, no intervalo entre o Gabinete e a Biblioteca Pública -, teve brevíssima existência a Biblioteca Pública Provincial. Para tal, nos reportamos aos estudos Jacob (2008); Duarte (1961); Madeira (2005); Espíndola (1866); Velloso (1860); Bloch (2001); (Certeau, 1982), para referendar a importância de tal instrumento cultural em todas as sociedades, através dos tempos. “A biblioteca é um lugar, onde se dá o cruzamento paradoxal de um projeto utópico: fazer

⁴⁷ Uma visão ideal de biblioteca, segundo Jacob (2008, p.10) “Lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo como passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade”.

coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita”. (JACOB, 2008). Mesmo não se encaixando ainda nessa visão politicamente correta do autor, a:

Biblioteca Pública Estadual de Alagoas é um local de informação que disponibiliza para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos baseiam-se na igualdade de acesso para todos; independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Atualmente, está dividida em direção, recepção, sala de consulta, preservação e conservação (com obras raras), sala de exposição, autores alagoanos, acervo, infantil, jornal e periódicos, hemeroteca e auditório.⁴⁸

Sobre os momentos iniciais da vida da Biblioteca Pública Moacir Sant’ana nos conta: “O prédio onde funcionou simultaneamente o antigo Liceu de Maceió – *Liceu Alagoano* e, na sua fase inicial, a nossa *Biblioteca Pública*, era um velho edifício situado na Praça da Matriz, hoje Praça D. Pedro II, no local onde hoje se ergue a Delegacia Fiscal.” Quando foram realizados reparos no prédio para a instalação do Liceu, o engenheiro responsável ressaltou haver ali “uma espaçosa sala para os atos solenes, outra para a secretaria com um quarto claro e espaçoso para a biblioteca: “Neste quarto claro e espaçoso foi, em 1856, alojado o gabinete de leitura, praticamente transformado na Biblioteca provincial, em junho de 1865.” (SANT’ANA, 1965, p.17).

E assim seguiu-se a história de uma instituição, que infelizmente, até hoje não tem muito orgulho em exibir as fases de seu quase um século e meio de existência. Em 1872 ocorreu a primeira mudança de prédio para a mesma Rua da Matriz, para o prédio da Assembleia Legislativa Provincial e em 1878, mais uma mudança, para a Rua João pessoa, mais conhecida até hoje como Rua do Sol, no centro da cidade de Maceió, desta feita também alterando seu horário de atendimento para até as 20 h., o que pode ser considerado um avanço, até para os dias de hoje, onde não encontramos nenhuma instituição pública de caráter informativo/educativo que receba o público até esse horário.

Em 1890 a biblioteca passa a ser subordinada ao Liceu alagoano, extinguindo-se aí o cargo de bibliotecário, e onde surgem as primeiras denúncias sobre a má gestão daquele órgão, onde o historiador afirma que:

[n]A biblioteca achava-se amontoado e em desordem em uma das salas do pavimento térreo do Liceu alagoano, isto é, desde a época da sua incorporação a este pavimento, trancada ao público, sem o mais ligeiro cunho de utilidade e entregue ao abandono e estrago [d]o seu precioso e crescido material. (SANTA’NA, 1965, p.19).

⁴⁸ Fonte: <http://www.cultura.al.gov.br>. Acesso: 20.03.2012.

Eis a Biblioteca Pública repetindo a história de inacessibilidade do Gabinete de Leitura. Em 1898 foi a biblioteca desanexada do Liceu e mudada para prédio 112 na Rua do Comércio, sendo franqueada pela primeira vez a todo o público e subordinada à Secretaria do Interior.

Felinto Elisio da Costa Cutrim, foi nomeado o primeiro Bibliotecário da instituição e, após este, sucederam-se outros, que naturalmente também não conseguiram tornar aquela entidade em uma unidade de informação como deveria ser: atualizada, organizada, acessível. Hoje os nossos pares profissionais – bibliotecários – ainda sofrem com o descaso dos mantenedores de tais instituições que insistem em não priorizar investimentos para as bibliotecas – pelo menos em nossa região – e supomos que naquela época a situação era mais crítica, e agravando-se até hoje quando se trata da relação do Governo Estadual com àquela instituição.

Em junho de 1925, na gestão do jornalista Costa Rêgo, a biblioteca foi fechada e seus servidores distribuídos para outras repartições. Mais uma vez, por motivos alheios à nossa compreensão a biblioteca foi preterida pela administração estadual. Foi reaberta em 1925, por iniciativa do interventor federal Luis de França Albuquerque (natural de Vilosa, AL), tornando a biblioteca, um simples departamento do Arquivo do Estado.

Com relação à frequência da dita biblioteca, o intelectual Rosalvo Ribeiro (um dos dirigentes da Biblioteca Pública em 1903) tece um comentário interessante, em relatório sobre a biblioteca: “Não obstante o regulamento desta repartição, permitir a frequência às pessoas de ambos os sexos, apenas quatro senhoras dignaram-se a visitar o estabelecimento no ano anterior”, atribuindo-se esta limitação à falta de acomodações apropriadas ao belo sexo. (SANT’ANA, 1965, p.34).

Em relatório anterior, sobre as condições precárias da biblioteca, o bibliotecário Antonio Francisco de Gouveia adiantava que “muito é preciso fazer para que possa ela atingir o fim a que se destinam os estabelecimentos desta natureza.” (SANT’ANA, 1965, p.35). Alguém, já consciente de que é preciso um alto investimento para se manter uma Biblioteca Pública que faça valer esse título. Resta saber quando [e como?] os dirigentes absorverão essa necessidade e priorizarão (?) a educação através das bibliotecas, e também museus, centos de documentação, arquivos, e demais instrumentos culturais necessários à nossa sociedade, livros e leitura, como fundamentais ao processo educacional e civilizador.

Em se tratando das perdas do acervo, ou dos acervos da Biblioteca Pública e do Gabinete de Leitura, sabemos que lamentavelmente é uma situação corrente em nosso Estado,

o que demonstra o nível civilizado de nosso povo: a maioria desconhece o que é biblioteca, e da minoria que a conhece e usa, há uma parcela que insiste – ao longo dos tempos – em saqueá-la, com propósitos os mais estranhos... Ilustrando essa constatação Sant’Ana nos traz a informação de que:

O decreto-lei estadual m. 2.702, de 16 de outubro de 1941, incorporou ao Estado a Biblioteca Pública Municipal [que funcionava no salão nobre do Teatro Deodoro]. O patrimônio bibliográfico desta biblioteca, - que havia sido instalada a 13 de maio de 1838 – anexado ao que restou da Biblioteca Pública Estadual, praticamente acabada na gestão do Governador Pedro da Costa Rêgo, em 1925, veio constituir a nova Biblioteca Pública Estadual. (1965, p.39).

Naqueles dias dos oitocentos, a situação não era diferente:

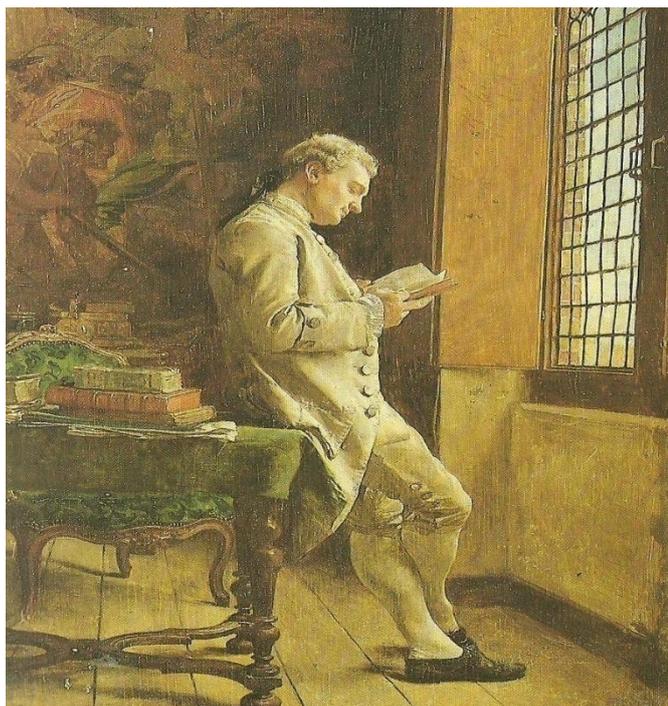
Se acaso tivessem sido conservados os livros da primitiva biblioteca do Liceu, o que não aconteceu infelizmente, possuiria hoje rica biblioteca. Basta salientar, para comprovação do alegado, que no Relatório com que o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente da Província, passou a administração da mesma ao Dr. Silvério Fernandes de Araújo, 1. Vice-presidente, em 1868, consta o trecho que transcrevo a seguir: ‘É para aqui mencionar o perseverante zê-lo e patriotismo do Sr. Dr. Alexandre José de Melo Morais, que pela terceira vez acaba de mimosear a biblioteca do Liceu desta cidade com uma grande porção de livros utilíssimos, nas ciências e nas artes, e que não podiam ser obtidos a pequeno custo. Devemos-lhe ser reconhecidos. Os livros doados são em número de 3.312 volumes e de 1.336 pranchas da *flora brasiliensis*. Isto mostra o que seria hoje. As mudanças sofridas, possivelmente, concorreram para a perda; mas não constituíram elas só a causa – tudo leva a crer – dos desvios, pois a atual biblioteca, de há muito desfalcada de outros livros conhecidos, está reduzida a cifra inexpressiva. (DUARTE, 1961, p.137).

Nem podemos vislumbrar que grandioso acervo teria hoje a Biblioteca Pública Estadual, se tivesse conservado todo o material amealhado desde o Gabinete de Leitura.

Já na década de 1960 a Biblioteca Pública, sob a direção de Jaime de Altavila, foi transferida para o atual palacete Barão de Jaraguá e subordinada à Secretaria de Estado da Cultura, à qual é ligada até hoje e vive mais um momento de transformação com o projeto de restauração daquele prédio, onde o Governo Estadual promete uma ‘biblioteca moderna’ para a população, uma vez que o projeto é subvencionado pelo Governo Federal, mas naquele projeto não consta – curiosamente – subvenção de pessoal qualificado para dar suporte à nova vida da velha nova biblioteca.⁴⁹

⁴⁹ O acervo da Biblioteca Pública está provisoriamente armazenado no prédio do Teatro de Bolso Lima Filho – onde também funciona a “Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas”; na Rua Pedro Monteiro, centro de Maceió. Vale ressaltar que o citado prédio, também encontra-se em péssimo estado de conservação, pondo em risco o material ali depositado. Este é somente um exemplo do descaso do poder público, com a cultura e a educação em nosso Estado.

Figura 23. A necessidade de concentração do leitor.



Fonte: Chartier, Roger. *A Aventura do livro...*, 1998.

3.1.3 Aventando um perfil do leitor oitocentista do Gabinete de Leitura de Maceió

A leitura séria é uma atividade formadora do ser individual. A experiência da leitura é importante, não tanto porque nos transmite uma mensagem ou um sentido, mas porque produz um estado de espírito no qual o ser se percebe como tal e constitui a sua identidade. (BELLEI, 2002, p.22).

Aqui vamos encerrar as conjecturas traçadas anteriormente, trazendo de acordo com o que se obteve durante as pesquisas, um perfil do leitor do Gabinete de Leitura de Maceió, no período 1857-1865, período em que se deu a curta existência daquela instituição, que veio a se compor como Biblioteca Provincial, passando à alçada do Governo Estadual com a nomenclatura Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, existente até os dias atuais. Os subsídios utilizados para o intento são as notícias colhidas no Diário das Alagoas de 1859, além de outras passagens da bibliografia utilizada para todo o presente texto. Para construir esse perfil, vamos abrir um aparte no sentido de explorar conceitualmente a expressão “ler” remontando aqueles tempos do século XIX:

O que é ler? É pronunciar palavras cada uma das quaes se acha representada por um certo número de letras. Mas, para pronunciar palavras que se achão representadas por letras, o que é preciso saber?

Primeiro: o valor ou pronúncia de cada letra; segundo: qual o som que resulta da combinação de duas, três até quatro dessas letras, as quaes se achão formando syllbas; terceiro: fazer a somma desses sons para dal-os em uma pronúncia rápida. (SOARES, 1856, p.04).

E o que é “leitura”? É um processo complexo, em se tratando dos dias de hoje, que perpassa pela visão particular de cada leitor, em dimensões as mais variadas, como: a leitura sensorial, a leitura emocional a racional, etc. E se formos tentar construir um conceito do ato de ler, vamos ter que levar em conta também as condições que influem nesse ato que são interiores (subjetivas) e exteriores (objetivas), fundamentais para o desencadear e desenvolver da leitura, e seja qual for o leitor ele sempre estará ligado a essas condições, precárias ou ideais... (MARTINS, 1982)

Esta pode ser uma visão um tanto parcial do conceito de leitura, para os padrões atuais, e talvez sem validade para principiantes de leitura daquela época. Com a evolução, claro que o conceito se tornou mais complexo. Para Chartier (1998) a complexidade com que a leitura ia sendo construída através da história, foi criando a necessidade de um leitor cada vez mais preparada para a tarefa.

A habilidade de leitura que os intelectuais interessados em civilizar pelas letras, era a condição acima citada, que deveria atingir ao máximo de pessoas possível. Mas isto só seria, ou teria sido possível, se os demais mecanismos políticos, educacionais e culturais, aqui se falando especificamente do acesso às bibliotecas e livros, fossem possíveis naquela sociedade, de forma abrangente. O que apuramos no decorrer da pesquisa foi que estes fatores citados não se somaram em momento algum, para que o “processo civilizador” fosse disseminados nas Alagoas dos oitocentos e nem ao menos na pequena Maceió, onde se concentrava a elite intelectual. Uma vez que os ‘iluministas’ e ‘positivistas’, entusiastas das letras em detrimento da ‘barbárie’, eram em número reduzido e sem poder efetivo junto à administração central da província para que se implantasse definitivamente um sistema de civilização sistemática através de leitura. E muito provavelmente o poder estabelecido também não tinha muito interesse em ter uma população “civilizada”, como infelizmente, ainda acontece até hoje: o poder estabelecido sempre precisou mais de “bárbaros” do que de “civilizados” para se perpetuar no poder.

Trazemos os nomes dos Sócios do Gabinete de Leitura detectados na pesquisa:

- IGNACIO JOAQUIM PASSOS;
- IGNACIO JOSE DE MENDONÇA UCHÔA (AL-182 / RJ-1910) [Deputado provincial, presidente interino da província, advogado e magistrado];

- HERMINIO DE PAULA MESQUITA CERQUEIRA [Deputado provincial na legislatura 1880-81];
- SR. AZARIAS CARLOS DE CARVALHO GAMA [deputado provincial em várias legislaturas a partir de 1846-47, até 1859, Major.];
- SR. ANGELO TOMAZ DO AMARAL (RJ 1822-1911) [Presidente da Província entre 1857 a 1859];
- MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS (BA-1831 / RJ-1894) [Deputado provincial e geral, Presidente da Província, jornalista, ministro, magistrado, advogado];
- DR. PINTO DA ROCHA;
- INNOCENCIO REGO;
- DR. BLACK ⁵⁰;
- JACINTHO PAES MOREIRA MENDONÇA [BARÃO DE MURICI] (Passo de Camaragibe) [Deputado provincial geral e interino da Província];
- DR. PEREIRA DO CARMO;
- José GUILHERME da GRAÇA [Deputado Provincial capitão, suplente de deputado provincial nas legislaturas 1842-43]⁵¹;
- Dr. SILVEIRA

Como está bem perceptível, todos estes senhores pertenciam à elite, posto que ostentavam seus títulos de nobreza, de doutores/bacharéis. Apesar de o regulamento do gabinete nos levar a entender que havia uma existência mínima de cinquenta membros na referida Associação, não localizamos nenhuma lista que o comprove durante as pesquisas. Outra descoberta durante o processo é a lista de livros que foram doados por Alexandre José de Mello Morais, (Quadro 1), para compor o acervo da Biblioteca Pública, sobre os quais realizamos breve análise e pontuamos que aquele acervo era voltado para o cidadão que se queria formar, mas também com uma ênfase em um leitor trabalhador, cioso da moral e dos bons costumes e que principalmente fosse educado para o trabalho, em um momento histórico em que a escravatura se aproximava do fim, com muitos negros, já na condição de escravos, e vivendo uma situação totalmente nova: terem que trabalhar para sobreviver por conta própria, uma vez que não mais pertencia a um Senhor provedor de sua subexistência.

⁵⁰ As leituras realizadas para a identificação das personalidades citadas, nos levaram a crer que o citado Sr. Black, trata-se na verdade de SACRAMENTO BLAKE, conhecido intelectual da época.

⁵¹ Fonte biográfica: ABC das Alagoas

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

É necessário fixar que atravessamos todo o processo de desenvolvimento da pesquisa com o sentimento angustiante de que nem sempre sabemos o que fazer com algumas descobertas nas pesquisas que nos deram tanto prazer. Tudo a princípio parece um grande mosaico que nunca se completa, mas com as orientações alcançamos nossos objetivos. Mergulhamos nessa pesquisa de forma apaixonada, porém intermitente. Significa dizer que sofremos os revezes do percurso.

Como Brecht (Poeta alemão que lutou contra nazismo. Nascido em 1898 veio a falecer em 1956) contemos a sensação de que saímos com “Tantas histórias/Quantas perguntas”. Daí que cumpre afirmar: estamos mais humildes. A humildade científica é mais do que necessário. Devolve-nos a humanidade. Não somos tudo e sim apenas uma parte. Uma diminuta partícula dessa imensa cosmogonia social.

Privilegiamos o método histórico, em que pesquisamos as fontes primárias e trabalhamos com periódicos do século XIX, considerando a parcialidade desse tipo de fonte. Durante mais de dois anos nos debruçamos sobre as fontes primárias nos principais espaços de pesquisa histórica de Maceió e nos livros (eles sempre nos acompanhando na vida) e chegamos a constatações polêmicas e interessantes.

Assim, a primeira constatação é a de que, em sociedades arcaicas, o valor dado ao conhecimento e aos veículos de transmissão, produção e comunicação do mesmo é uma “quimera”. Paradoxalmente, o livro figura como “totem” isto é, tem uma força mágica. Destarte, fica a certeza da necessidade de se discutir a importância do livro e da leitura na constituição de uma civilização criativa e crítica.

A segunda constatação diz respeito ao fato de que a Biblioteca Pública Estadual tem sua história intimamente ligada ao Gabinete de Leitura, que foi seu embrião. A primeira também passou por diversas mudanças de prédio até ser instalada no palacete Barão de Jaraguá e nessas sucessivas mudanças, houve extravios de seu acervo mais antigo, posto que lá não localizamos nenhum volume pertencente ao antigo Gabinete e Leitura. Esse fato perpassa por um traço da cultura local (ou nacional?), onde as instituições públicas são desvalorizadas (e ao mesmo tempo desacreditadas), e, por isso, constantemente vilipendiadas, e até ocorrendo uma privatização do público em muitos casos.

A terceira constatação caminha no sentido de que a população (em sua maioria) na nossa ainda estreita mentalidade ‘acha’ que um órgão público está à disposição de qualquer vontade particular e assim depreda-se o patrimônio, sem a menor consciência de que nós mesmos é que pagamos o preço de tal prejuízo. O próprio cidadão fica sem o bem que ele muitas vezes destrói, inconsciente e inconsequentemente e que vem lhe fazer falta em outro momento, isso só prova que esse indivíduo não consegue sequer diferenciar o que é público do que é privado.

A quarta constatação aponta que a cultura das letras era fortemente incentivada no interior da elite brasileira, entretanto tal cultura não conseguiu abranger a população nativa e pobre pelo simples motivo de que não existia acesso ou qualquer estímulo por parte dos agentes públicos para que tais parcelas da população atingissem tais bens culturais e educacionais a um só tempo.

Deste modo, ser “letrado” constituía-se numa espécie de distintivo social, em que o detentor se destacava como “ilustre” e o não detentor como “ignorante”. Havia um tratamento pejorativo que vinha se reproduzindo a partir de uma base cultural eurocêntrica como enfatiza Rueda (2009, p.11): *Es sabido que el pensamiento antropológico do Occidente, e buena parte de su legado científico, se basan em uma visión peyorativa del outro*. O outro, ou seja, o não descendente da eurocentria era rechaçado como “tupiniquim”, gente sem cultura e sem valor. No material pesquisado tornou-se possível perceber este processo discriminatório.

Alertamos para a necessidade de se compreender o difícil itinerário do livro como elemento central no processo civilizador alagoano, tendo em vista as inúmeras dificuldades que se interpõem no processo histórico educacional da sociedade alagoana, visto que é notório desde tempos imemoriais o descaso das autoridades com a educação do povo simples em geral. Portanto, em tal contexto há uma elitização do acesso à leitura como prática cultural.

Finalmente, como o livro constituiu-se, então, como principal elemento civilizatório desde os povos mais antigos até o contexto alagoano, neste caso, através do Gabinete de Leitura? E qual o perfil do leitor daquela instituição [e por tabela] dos oitocentos em Alagoas daquele momento histórico?

Em suma, não houve uma participação efetiva do objeto livro no processo civilizatório nas Alagoas do século XIX, em grande escala de relevância. A parcela da população que era letrada era também diminuta, e o processo de acesso a livros e leitura através do Gabinete de Leitura foi ínfimo, se restringindo basicamente aos sócios daquela sociedade e um ou outro

aluno do Liceu que conseguia penetrar naquele santuário, sacralizado pelo Prof. José Correia da Silva Titara.

Quando do início da pesquisa tínhamos pretensões mais ousadas, todavia o percurso se fez estéril e desalentador, de forma que muito existe para ser feito. O certo é que em se tratando da história da educação alagoana, os estudos e pesquisas precisam ser fortalecidos no momento mesmo da coleta de dados, que em nosso caso precisou ser edificados. O que pudemos concluir foi que o Gabinete de Leitura de Maceió foi uma ação altruísta, mas “viciada” pela cultura local, onde o monopólio era a palavra de ordem. Ou seja, em verdade, parece que serviu aos propósitos civilizatórios da elite, uma vez que (pelas pistas investigadas) apontamos para um cenário de não acesso àquela instituição pelos menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização de Alagoas**. Maceió: DEC, 1962.

ARRUDA, Susana Margareth; CHAGAS, Joseane. **Glossário de biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. O contributo pra traçar o perfil do público leitor do Real gabinete Português de Leitura: 1837-1847. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v.37, n.2, mai/ago, 2008. p.20-31.

BARROS, Antonio Moreira de. **Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial das Alagoas**. Maceió: TJP, 1867.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005. v. 1 e 2.

BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da instrução pública em Alagoas**. Maceió: IBGE, 1939.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil séc. XIX**. 3.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2010. p.34-51. v.II.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **O livro, a literatura e o computador**. São Paulo: EDUC, 2002.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Arapiraca: EDUAL, 2004.

BROOKS, Geraldino. **As memórias do livro**: romance sobre o manuscrito de Saravejo. São Paulo: Ediouro, 2008.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CAROATÁ, José Próspero Jehovah da Silva. Crônica do Penedo. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). **Dois textos alagoanos exemplares**. Maceió: FUNESA, 2001.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 03, Brasília: IBICT,1996.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: C.E.N, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas,SP: Autores Associados, 2005. p.31-52.

COSTA, Craveiro. **A emancipação das Alagoas**. Maceió: APA, 1967.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**: resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

COSTA, Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas**. Maceió; Imprensa Oficial, 1931.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira.; SANTOS, Roselito de Oliveira. Desenho histórico e arcabouço conceitual do gabinete de leitura de Maceió. *In*: V EPEAL – Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas. 31/08 a 03/09/2010 Maceió. **Anais...** Disponível em: <http://dmd2.webfaccional.com/anais/>. Acesso: 24 de abril de 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro**: cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Ática 2003.

DUARTE, Abelardo. **Acréscimos e retificações** à “história do Liceu Alagoano”. Maceió: DEC, 1963.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na guerra da independência**. Maceió: APA, 1974

DUARTE, Abelardo. **História do liceu alagoano**. Maceió: DEC, 1961.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Relatorio da instrucção publica e particular da provincia das Alagoas**. Maceió: Typ. do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas á mocidade alagoana**. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1874.

ESTADO DE ALAGOAS. **Maceió**: cem anos de vida da capital. Maceió: Casa Ramalho, 1939.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GUEDES, Fernando. **O livro como tema: história cultura indústria**. Portugal: Verbo, 2001.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.

JACOB, Christian; BARATIN, Marc. (Dir.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

JAMBO, Arnaldo. Maceió – fins do século XIX. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio. (Org.) **Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas- estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel**. Maceió: EDUFAL, 2011. p.179-182.

KATZEINSTEIN, Ursula. **A origem do livro**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LAVILE, Christian; DIONE, Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **Gabinetes de Leitura na Região Norte do Ceará: questões em torno de um esquecimento (1877-1919)**. Disponível em: www.ce.anpuh.org. Acesso: 04.05.2012.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005.

LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. **A palavra impressa: histórias da leitura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 1999.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **As fontes documentais para a história da educação em Alagoas**. Disponível em: www.cedu.ufal.br. Acesso em 25/10/2010.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Educação e instrução na província de Alagoas. *In*: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011, V.1, p.151-172.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Itinerários do educador alagoano Francisco Domingues da Silva. *In*: **Intelectuais e processos formativos em Alagoas (séculos XIX-XX)**. Maceió: EDUFAL, 2008. p.51-69.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. O “gabinete de leitura” e suas implicações na cultura escolar do império: notas sobre a instituição no Nordeste brasileiro. *In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. 17 a 22 de Julho de 2005. Londrina-PR.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Os reverses da pesquisa com fontes da educação em periódicos de Alagoas**. Maceió, 2005. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq e FAPEAL.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; REIS, Roseimeire. **Thomaz Espíndola: um liberal do Império e seus escritos sobre a renovação da escolarização alagoana**. Maceió: s.n., 2011.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1998.

MATOS, Miguel. **Migalhas de Machado de Assis**. São Paulo: Migalhas, 2008.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva C. Garcia. Da ideologia à arquitetura, um projeto além mar: os gabinetes de leitura no Brasil. *In: 19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, abr. 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/gabinete_portugues.htm>.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: subsídios para a história de educação no Brasil 1834-1889**. V. 1. São Paulo: CEN, 1939.

MORAES, Tancredo. **Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.

NÓVOA, Antônio. Por que a história da educação. *In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) Histórias e memórias da educação no Brasil, v. II: século XX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. p.09-13.

PAUFERRO, Nezilda do Nascimento Silva. **Matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em Alagoas**. Maceió: UFAL, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

PINTO, Geoselia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1979.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **O historiador Melo Moraes: ensaio biobibliográfico**. Maceió: APA, 1966.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Pequena história da biblioteca pública estadual**. Maceió: APA, 1965.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Uma associação centenária**. Maceió: APA, 1966.

SANTOS, Monica Luise. **A escolarização dos negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)**. Maceió: UFAL, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2011.

SCHAPOCHNICK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. *In*: ABREU, Marcia; SCHAPOCHNICK, N. (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

SCHAPOCHNICK, Nelson. Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia *et al.* (Orgs.). **História da educação: vitrais da memória, lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza: UFC, 2008. p.165-205.

SCHAPOCHNICK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas, USP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Cristina Nogueira da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. *In*: **Análise Social**. v. XLIV, n.192, 2009. p.533-563. Disponível em: scielo.oces.mcts.pt. Acesso: 20.03.2012.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. *In*: REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. DF, v.39, n.1 jan/abr, 2010. p.67-87.

SOARES, José Francisco. Instrução publica. *In*: ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. **Falla dirigida à assembléia legislativa da Província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1856**. Disponível em: [-http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas](http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas). Acesso: 04/04/2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil séc. XIX**. 3.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2010. v.2.

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. A constituinte de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas,SP: Autores Associados, 2005. p.55-67.

TITARA, José Correia da Silva. Relatório da instrução publica e particular. *In*: ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. **Falla dirigida à assembléia legislativa da Província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1856**. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso: 04/04/2012

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos ilustres: esboços biográficos**. Maceió: S.n., 1966.

VELLOSO, Pedro Leão. **Falla dirigida à assembléia legislativa da província das Alagoas na abertura da abertura da sessão ordinária do anno de 1860.** Maceió: TCC, 1860.

VELOSO, Caetano. **Livros.** In: cd Livro, Universal, 1997. Faixa 02.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias.** Maceió: EDUFAL, 2006.

VILELA, Humberto. **A escola normal de Maceió: 1869-1937.** Maceió: EDUFAL, 1982.

FONTES:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Ed. Planeta, 2002.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. Maceió: Instituto Arnon de Melo, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS

JORNAL DIÁRIO DAS ALAGOAS - 1859

www.dezenovevinte.net/artedecorativa/gabinete_portugues.htm.

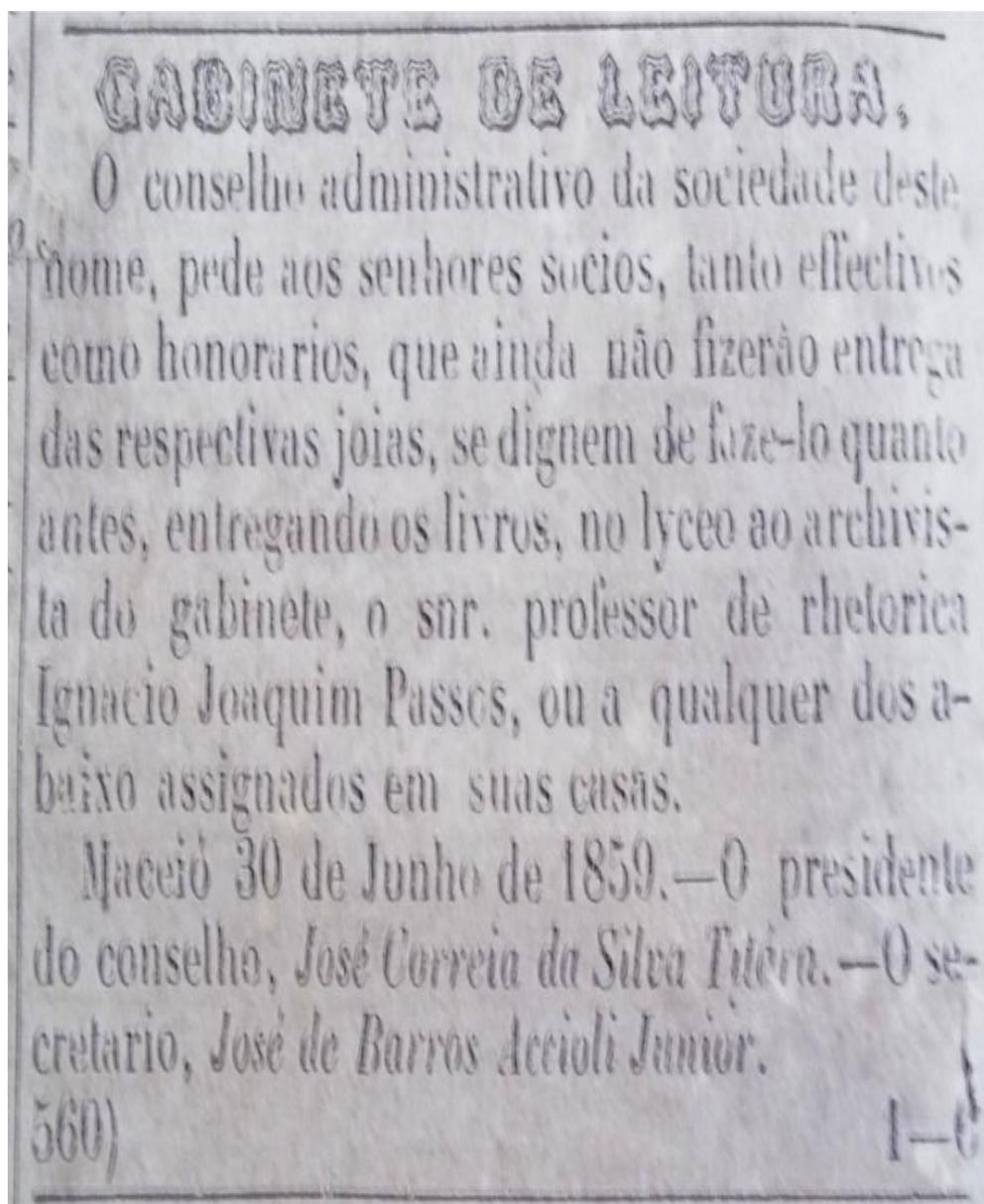
www.wikipedia.org.

www.scielo.oces.mcts.pt.

Anexo A

IMAGENS DA PESQUISA NO
ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS

Notícia A – Jornal Diário das Alagoas
Maceió, 02 de julho de 1859. p.04⁵²



⁵² Fonte das imagens: Arquivo Público de Alagoas – APA. Fotos: Roselito. Os documentos aqui apresentados estão transcritos no capítulo III da presente dissertação.

Notícia B -Diário das Alagoas, n.165
Maceió, 22 de julho de 1859. p.04

GABINETE DE LEITURA.

Tendo remetido o governo imperial á presidencia desta provincia em 1836 mil e vinte quatro volumes offerecidos pelo distincto alagoano dr. A. J. de Mello Moraes para começo de uma bibliotheca nesta capital; e jazendo os livros assim remetidos na secretaria do governo, o supradito director concebeu a idéa de os collocar na secretaria da instrucção publica, com o fim de agenciar a criação de um gabinete de leitura.

Deu parte de seu projecto ao exm. vice-presidente da provincia dr. Ignacio José de Mendonça Uchôa; então este remetteu os livros ao dito director em junho de 1837, recomendando-lhe a boa guarda, afim de que em tempo opportuno tivessem o destino que lhes assignára seu generoso doador.

Já se vê que o exm. sr. dr. Uchôa se prestou do melhor modo áquelle pedido e com a melhor vontade, evitando assim a deterioração dos mesmos livros, sendo que alguns es'avão ainda na alfandega e forão cuidadosamente mandados vir para a secretaria da instruc-

Notícia C - Diário das Alagoas, n.168
Maceió, 26 de julho de 1859. p.04

Gabinete de Leitura.

O conselho administrativo dessa sociedade deliberou em sessão de 21 deste mez o seguinte:

1.º Que visto não se ter desde dezembro proximo passado aberto regularmente o gabinete, se suspendesse na cobrança das mensalidades vencidas e por vencer, desde então até agosto proximo seguinte, começando a funcionar o gabinete regularmente de setembro deste anno em diante, quando começará novamente o pagamento das mensalidades; cobrando-se com tudo as que se venceram até novembro d'aquelle anno de 1858.

2.º Que a mensalidade de cada socio, a contar

Continuação da Notícia "C"

de setembro em diante, será somente de dous mil reis por trimestre.

3.º Que durante o impedimento de ausencia do actual secretario que tem de retirar-se temporariamente para o Rio de Janeiro, fosse substituido pelo socio Herminio de Paula Mesquita Cerqueira; e que em quanto durasse o impedimento tambem do guarda nomeado, fosse preenchido o lugar pelo continuo do Lyceo Manoel de Souza Teixeira, com o mesmo vencimento já designado.

O que fazemos constar a todos os senhores socios para seu governo, como foi deliberado pelo mesmo conselho.

Maceió 23 de julho de 1859.

O presidente do conselho, *José Corrêa da Silva Titara*. -- O secretario, *José de Barros Accioli Junior*.

636)

(1-3

Notícia D - Diário das Alagoas, n.189
Maceió, 26 de julho de 1859. p.02

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

PRECEITOS reguladores da sociedade GABINETE DE LEITURA.

fundada no dia 27 de setembro de 1857, acompanhados das alterações que ulteriormente lhes tem sido feitas pelo respectivo conselho administrativo.

1.º Fica organizada nesta cidade uma sociedade com o nome de—*Gabinete de leitura*—que terá por seu 1.º socio honorario o presidente da provincia.

2.º Este gabinete será estabelecido na casa em que estiver a secretaria da directoria da instrucção publica, com autorisação do mesmo presidente o qual será o installador da sociedade, sendo possível.

3.º O numero de socios será illimitado em quanto o contrario não for resolvido pelo conselho administrativo,—que será composto de seis dos socios e um presidente nomeado annualmente em sessão por todos elles, sendo a no-

Continuação da Notícia "D"

meação por escrutinio secreto votando-se primeiramente para presidente e depois para os seis membros.

Destes o mais votado é o vice presidente e nesta ordem será a substituição do referido presidente do Conselho.

§ 1.º O principio da maioria regulará as decisoes—quer do conselho, quer da sociedade em sessão geral, assim como havendo maioria ha sessão do conselho.

§ 2.º Na primeira sessão da installação da sociedade serão intiridamente nomeados por aclamação um presidente e um secretario que servirão para se fazer a eleição do conselho e seu presidente.

§ 3.º O secretario effectivo será pelo mesmo conselho nomeado logo d'entre qualquer dos socios e tambem por escrutinio secreto.

§ 4.º Haverá tambem um thesoureiro nomeado pela mesma forma e pelo mesmo conselho.

4.º Cada socio é obrigado a fazer ao gabinete o presente de uma obra litteraria que não contrarie os principios da boa moral (o que servirá de joia) e antes de o fazer não pode ser admittido como socio, não sendo izento deste preceito nem mesmo o principal socio honorario.

5.º A mensalidade será de quinhentos reis, pagos nos 1.ºs 5 dias de cada mez, sendo o porteiro do lyceo, que fica sendo o da sociedade, o encarregado de recebe-la e entrega-la ao thesoureiro. O primeiro socio honorario, assim como o secretario e thesoureiro são izentos da mensalidade.

A despeza com os objectos necessarios para a sociedade será feita pelo thesoureiro com

escrutinio
ou sign
e R—q
e sendo
reprov
14.º
eado p
por tr
com d
sessão
instru
15
socio
ceito
ann
hora
selh
nar
AL
gal
me
lid
á
to
ca
a
e

Continuação da Notícia "D"

6.º A despesa com os objectos necessarios para luz e o mais será feita pelo thesoureiro com o producto das mensalidades e a pedido do porteiro, sendo as contas prestadas ao conselho administrativo de 3 em 3 mezes ou quando este determinar.

7.º O porteiro vencerá pelo trabalho uma gratificação mensal que será arbitrada pelo conselho administrativo em sua primeira sessão.

8.º Haverá leitura no gabinete—duas vezes por semana, desde as seis horas da tarde até meia noite; para o que estará aberta a casa e presente o porteiro prestando-se ao serviço do gabinete, e isto nas quartas e sabbados.

9.º Não é permittido sahir do gabinete livro algum a elle pertencente. A qualquer dos socios é livre a leitura dentro da casa, mesmo d'aquelles livros de que fez doação á provincia o benemerito alagoano Dr. A. J. de Mello Moraes, a quem a sociedade por meio do conselho administrativo votará um testemunho de reconhecimento em nome da provincia.

10.º Os livros dados pelos socios do gabinete de leitura ficam pertencendo a bibliotheca publica que no futuro houver de estabelecer-se nesta capital, e em caso algum poderão ser retirados pelos mesmos socios.

11.º Haverá sessão geral sempre que dez so-

Continuação da Notícia "D"

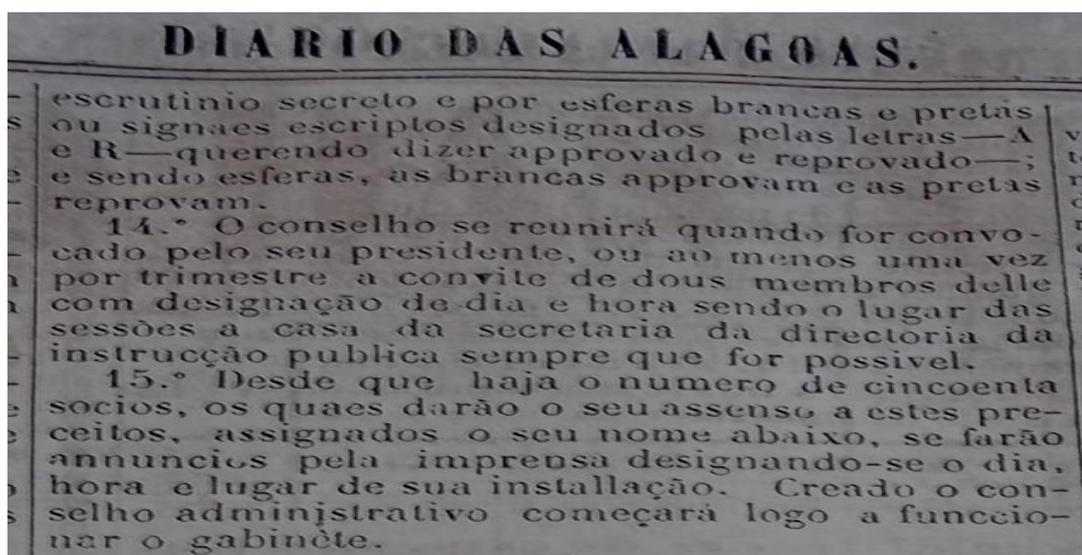
11.º Haverá sessão geral sempre que dez socios o requeiram por escripto ao presidente do conselho, o qual fará a convocação com designação do dia e hora da sessão, e ahí estando presente a maioria absoluta se poderá propor tudo quanto for relativo ao regime e bem da sociedade, menos a sua dissolução, cuja proposta só pode partir de conselho administrativo, que também convocará a sociedade ao menos no fim do anno ou principio do seguinte para prestar contas de sua gerencia.

12.º Ao presidente do conselho pertence regularisar o serviço, tórando responsavel o porteiro não só pelos livros como pelo que pertencer ao gabinete, dando parte ao conselho administrativo quando for necessario, podendo este resolver sobre a nomeação de outro porteiro quando entenda ser assim indispensavel em consequencia de extravio de livros ou deleixo.

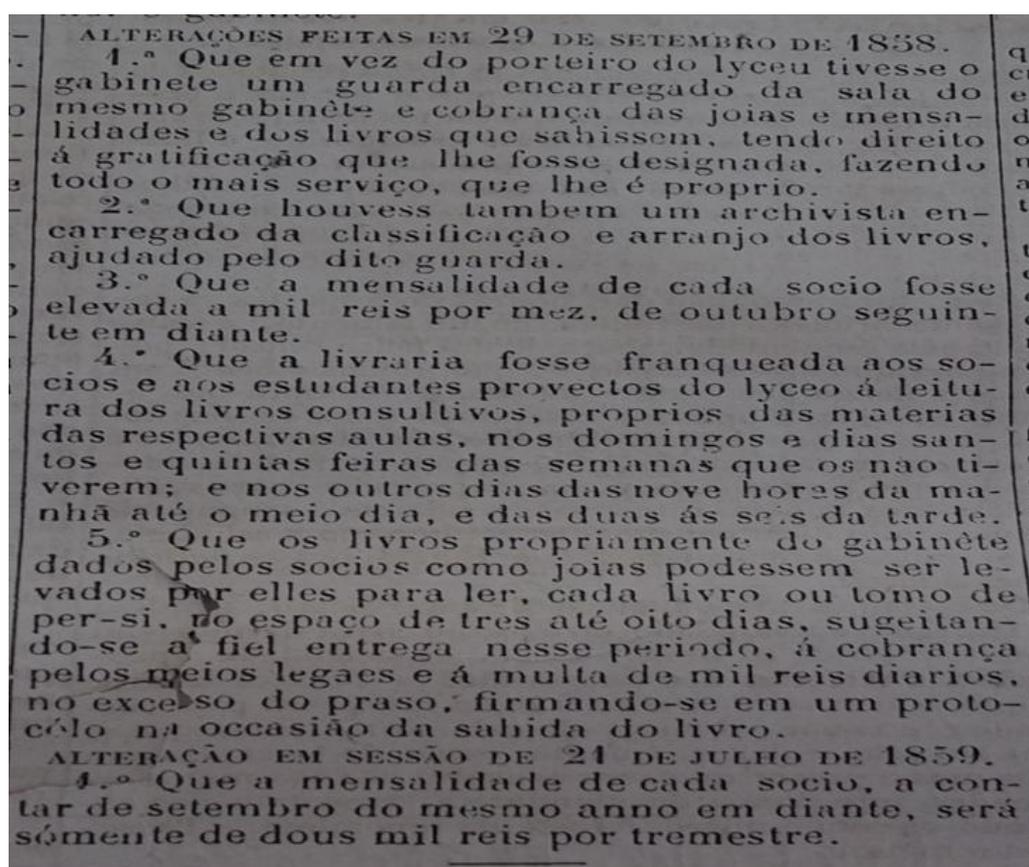
Continuação da Notícia "D"

13.º Depois de organizada a sociedade e creado o conselho administrativo ninguem pode ser admittido como socio sem sua approvação por

Continuação da Notícia “D”



Continuação da Notícia “D”



Notícia E – Diário das Alagoas Ed. 192
24 de Agosto de 1859, p.02

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

O Lyceista e o Director do Lyceo.

O abaixo assignado, vendo no periodico *Lyceista Alagoano* de 20 deste mez dizer-se—que por estar prohibida pelo Director do Lyceo a entrada no edificio, os Lyceistas erguerão as vidraças delle e introduzirão vellas nos batentes ; isto no dia 10 deste mez; julga-se na precisão de explicar o facto da prohibição da entrada no edificio, visto como pelo modo descarnado da enunciação desse mesmo facto, pode resultar lançar-se o odioso, ~~que~~ já se tem feito, sobre o Director por haver praticado um acto menos regular ; entretanto que da parte dos Lyceistas, como dice esse periodico, nenhum escrupulo houve em erguer as vidraças da casa e introduzir vellas nos batentes por autoridade propria ; circumstancia a que cumpre que o publico attenda.

Parece que ninguem pode ignorar, que a casa ou edificio onde se acha o Lyceo, não se deve prestar para objecto differente do fim a que está destinado sem ordem do exm. presidente da provincia ou do respectivo director.

Nada obstante a casa abriu-se, havendo uma reunião ou sessão da sociedade 7 de Setembro,—talvez no dia 17 de julho ultimo, sem sciencia nem ordem de alguma dessas autoridades. A reunião teve lugar, até na salla do Gabinete de Leitura onde se achão todos os livros addidos ao mesmo Gabinete, estando então grande porção delles estendidos sobre bancos por falta de armarios.

Chegando este facto, um ou dous dias depois, ao conhecimento do abaixo assignado, inquirio elle do porteiro a rasão do seu procedimento, abrindo a casa e prestando-a sem ordem legitima ; tanto mais quanto desde o anno passado estava prevenido de que o não podia fazer de sua propria vontade, pois que elle mesmo director o não podia tambem para tal fim sem ordem superior.

Respondendo o porteiro : que o fizera por lhe dizer o presidente da sociedade—7 de Setembro—que o abaixo assignado não podia prohibir o uso da casa á essa sociedade por ser ella publica e dos brasileiros, &c.

Foi em vistas disto, que se dirigio o abaixo assignado a palacio ; e fazendo ver a S. Exc. o

Continuação da Notícia "E"

occorrido, lhe declarara que carecia da sua autorisação para consentir nessas reuniões, sendo preciso mudar a secretaria da directoria, a fim de haver espaço na casa e evitar todo o contacto com a sala do *Gabinete*; mas o exm. snr. Gama não foi servido de annuir á essa proposta, declarando o *Lyceo* lugar improprio para reuniões semelhantes.

Então teve o abaixo assignado oportunidade de declarar a S. exc... que ja no anno passado havia ali funcionado a *sociedade*, no que tinha consentido com autorisação da presidencia solicitada pelo mesmo abaixo assignado; no que somente conveio o exm. snr. Amaral por estar então muito proximo o dia 7 e evitar odiosidades e desgostos que ja começavão a sentir-se, mesmo pela presidencia.

Por essa occasião o procedimento do porteiro do lyceo foi estranhado pelo abaixo assignado, como era do seu dever, e deo ordem para depois cessarem quaesquer reuniões ali, sem autorisação legal, do que o mesmo porteiro devia estar certo.

S. Exc. porem, o snr. Gama depois dessas considerações do abaixo assignado, teve a bondade de responder, que poderião os membros dessa *sociedade* recorrer á casa da camara municipal como o lugar mais proprio para essas reuniões e outras identicas.

Assim, foi o abaixo assignado obrigado a dar suas ordens terminantes ao porteiro do lyceo no sentido das prescripções da autoridade superior, para fazer sciente a quem conviesse. Eis-aqui a verdade.

Talvez que a intimação de tal determinação desagradasse muito, tendo-se como filha de algum proposito do abaixo assignado que não pode agradar a todos e a quem o mesmo *Lyceista*, ja em on. anterior, attribuiu certamente a expedição de ordem para ser prohibida aos estudantes proectos a leitura dos livros do Gabinete, declarando achar-se este *trancado*.

Tal facto, contendo em si uma grave inexactidão, carece de ser explicado para conhecimento do publico e dos socios do *Gabinete*.

Continuação da Notícia "E"

do publico e dos socios do *Gabinete*.
 Como funcionario publico e como presidente do conselho administrativo da sociedade—*Gabinete de Leitura*, o abaixo assignado deve a justificação de seus actos.

Quando teve lugar a decisão da presidencia sobre a casa, foi tambem quando tendo elle precisão de ver alguns livros e outros objectos no *Gabinete*, dice ao porteiro do *lyceo*, que pedisse ao archivista a chave da salla do mesmo *Gabinete*, pois que nem sempre era elle encontrado e que ficasse com ella para ver-se qualquer cousa que se precisasse d'alli, visto como o respectivo *guarda* nomeado estava em occupação differente fóra do exercicio.

Mais do que isto não determinou o abaixo assignado, quer relativamente ao archivista do *Gabinete*, quer acerca de leitura de livros pelos estudantes. Tndo o mais é falso.

Apenas foi nomeado o continuo do *lyceo* para *guarda* interino, mandou-se-lhe entregar a chave, com ordem de franquear o *Gabinete* ao archivista, aos estudantes provecos e a todos os socios que quizessem ver algum livro, embora para estes estivesse designado o mez de setembro em que devia começar a funcionar regularmente.

O que porem sobretudo ha a lamentar é o preconceito debaixo do qual tem sido publicados esses factos que ficão explicados e que não poderão ser examinados nem pela redacção do *Lyceista* composto de estudantes do *lyceo* nem pelo outro estudante que designadamente assignou a declaração de estar *trancado* o *Gabinete*.

Bem se vê como vai caminhando o *Lyceista*, se considerar-se este periodico como o orgão do pensamento em que se nutrem moços que devem começar sua vida averigoando e esmerilhando a verdade em todas as suas relações, para

Continuação da Notícia "E"

fazerem o uso conveniente e adequado de sua razão.

Na direcção que tomão esquecer a discrição e atenções para com o superior, qualidades inseparáveis de uma boa educação que sempre ennobrecem a alma e adquirem fóros á estima de todos os contemporaneos e de seus maiores, é caminhar para um abismo. Tarde se arrependirão os que aceitam conselhos semelhantes.

O abaixo assignado comprehende bem a impropriedade de voltar sobre o assumpto, qual quer que seja o juizo menos ajustado que a respeito do exposto tenha alguém de fazer, mesmo pela imprensa.

Com o que fica dito tem preenchido o seu fim e cumprido o seu dever.

Maceió 23 de agosto de 1859.

O Director.—*José Corrêa da Silva Titara.*

Noticia F – Diário das Alagoas Ed. 227
05 de Outubro de 1859, p.01

BOLETIM

Gabinete de Leitura.—Teve lugar no dia 2 deste mez a celebração do anniversario da installação da sociedade litteraria desse nome, instituida no lyceu desta cidade pelo director da instrucção publica o Sr. Silva Titára em 27 de setembro de 1857, sob os auspicios do Sr. Dr. Uchôa, então vice-presidente da provincia.

Presente o Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas, que no segundo dia de sua administração teve o prazer de presidir a uma festa litteraria, começou o acto com a presença de numerosos socios pelo brilhante discurso do Sr. Dr. Espindola, que bem pode ser qualificado, como somos informados, de eminentemente historico e rico de illustração pela variedade de assumptos litterarios e scientificos de que se occupou.

Orou em seguida o Sr. Dr. Pinto da Rocha, digno juiz de orphãos da capital, sobresaindo na belleza de pensamentos sublimes analogos ao objecto, e expostos com a maior clareza e lucidez pela facilidade dos meios oratorios de que felizmente dispõe.

Em terceiro lugar recitou um bello e excellente discurso o talentoso Sr. Innocencio Rego, em que procurou na narração de todas as academias

Continuação da Notícia "F"

2

e associações litterarias do mundo, exemplificando com a historia, mostrar as vantagens de taes estabellecimentos e excitar o nobre enthusiasmo pelas lettras e pelo progresso e duração do gabinete.

Leu em ultimo lugar o Sr. Dr. Black mais um primoroso discurso, no qual soube aproveitar certas disposições e factos historicos do Brazil tendentes a provar a admiravel disposição dos brazileiros para a cultura das lettras e os progressos que muitos delles tem feito pelo seu talento e saber, tanto no paiz, como tambem em differentes pontos da culta Europa, collocando-se entre as grandes capacidades que occupão as eminencias da sabedoria; mostrando a necessidade de favorecer a existencia do gabinete de leitura, com que podem sobresahir talentos que murcharião á mingoa de meios, ácerca do que se explanarão os oradores antecedentes abundando e variando em tal ideia, cada qual mais cheio de lucidez e animação. O Sr. Dr. Espindola aventurou em seu rico discurso a ideia da criação de um jornal litterario da dita sociedade. Fazemos votos para que sua ideia vingue e progrida.

Tambem assistiu ao acto o digno vice-presidente, o Sr. commendador Jacintho de Mendonça, que teve lugar de distincção, e muitas pessoas distinctas.

Os intervallos forão preenchidos por differentes peças de muzica da banda de policia, e tocando tambem a da guarda nacional na chegada de S. Exc., que foi recebido e despedido com demonstrações geraes de simpathia e cordalidade.

Continuação da Notícia "F"

Retirando-se S. Exc. procedeu-se a eleição do presidente do conselho, sendo reeleito por vocação unanime o Sr. Titára; e o conselho ficou composto dos Srs. Dr. Espindola, Dr. Silveira, Dr. Pinto da Rocha, Dr. Pereira do Carmo, Dr. Black, e Guilherme Graça.

Felicitemos ao Sr. Titára pela vida que vai tendo o gabinete de leitura, obra de seus insesstantes esforços, e a todos que se hão prestado para a existencia de uma sociedade que ao menos deve ser um testemunho, uma prova viva de que não somos na provincia indifferentes a esse progresso geral que fazem as lettras no seculo 19.

Anexo B

RELAÇÃO DE LIVROS DOADOS PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA

(por Alexandre José de Mello Morais)

Nº	Título	Autor	Localização da obra hoje	Área	Qtde
1	Academia dos Humildes e Ignorantes (in-fólio)			Conhecimentos gerais	001
2	Actas das Sessões da Camara dos Deputados do Império do Brasil (in-fólio)			História	052
3	Aclimação do Dramadario nos sertões do Brasil	Dr. F.L.C. Burlamaque	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas-IHGAL	Agronomia	001
4	Additamentos ao Novo Orbe Serafico Brasilico	Fr. A de Santa Maria Jaboatam			001
5	Agricultor instruido	Fr. Theobaldo de Jesus Maria		Agronomia	
6	Allocução Introductoria ao Estudo de Anatomia descriptiva (in-fólio)	Dr. Jonathas Abbolt		Medicina	001
7	Almanak Militar do Imperio do Brasil para os annos de 1853-55-e 58			Conhecimentos Gerais	004
8	Almanak do Ministério da Guerra para o anno de 1857 (in-fólio)			Conhecimentos Gerais	004
009	Almanak do ministério da marinha para os annos de 1858 e 1860 (in-fólio)			Conhecimentos Gerais	003
10	Almanak do Reino de Portugal			Conhecimentos Gerais	013
11	Ambassade em Espagne	Bassompierre			001
12	Aminta(L')	T.Tasso			001
13	Annexos a La Memoria del Ministerio de Relaciones exteriores de 1863-64 (in-fólio)			Política	001
14	Annaes Brasilienses de Medicina	Dr. Garnier		Medicina	001
15	Annuaire homoeopatique	Castellan		Homeopatia	001
16	Apontamentos para o Código do Processo (in-folio)	L.S.Teixeira de Gouvêa		Direito	001

17	Arcanes de la Vie Future Devoilés	L.A.Cahagnet			001 v.03
18	Armazem de Conhecimentos Uteis	F.S. Constancio		Conhecimentos úteis	001
19	Astréa-Almanak maçónico			Maçonaria	001
20	Auditor Brasileiro ou Manual Geral dos Conselhos, Testamentos e inventários militares (in-folio)	L. dos Santos Titara		Militarismo	001
21	Aula politica	M.P. da Silva		Política	001
22	O Auxiliador da indústria nacional (in-fólio)				002
23	Barco dos Traficantes				001
	Bibliotheca Brasileira, revista mensal (in-folio)			Periódico	001 v.03
24	Bibliotheca Brasileira [publicação mensal de uma obra de auctor nacional sobre todos os ramos de conhecimentos humanos}			Periódico	007
25	Bibliothèque Homoeopathique			Homeopatia	001 v.20
26	Biographia de Alguns Poetas e Homens Ilustres da província de Pernambuco (in-folio, truncada)	Comendador. A. Joaquino de Mello		Biografia	001
27	Biographia do Exm. Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito (in-folio, truncada)	Dr. A. J. de Mello Moraes		Biografia	002
28	Biographia do Tenente-Coronel e Cirurgiao-Mor reformado do Exército Dr. Manoel Joaquim de Menezes (in-folio, truncada)			Biografia	003
29	Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó (in-folio, truncada)			Biografia	003
30	Biographia de Manoel Theodoro de Araújo Azambuja (in-folio, truncada)	J.B. Calogeras		Biografia	001
31	Bossuet e a Missa ou Papismo trahido e confundido			Religião	001

32	Brasilia bibliotheca [truncada]	J. Norberto de S. Silva		Conhecimentos Gerais	001
33	Bibliothèque universelle des dames				001
34	O Brasil histórico, (in-folio)	Dr. A. J. de Mello Moraes	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	003 02 tomos
35	Breves anotações á Memória que o Exmo. Snr. Visconde de S. Leopoldo escreveu com o título: Quaes são os limites naturaes, pacteados e necessários do Imperio do Brasil? (in-folio)	M. J. M. da Costa e Sá		Geografia do Brasil	001
36	Bulletin de La Societé Médicale Homoeopatique de France (in-folio, truncada)			Homeopatia	001 v.4
37	Campagne de Paris em 1814	P.F.F.J. Giraud			001
38	Cartas do solitário (in-folio)			Ficção	001
39	<i>Castrioto Luzitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654... Pariz: J.P. Aillaud, 1844. 605p.</i>	JESUS, Raphael.	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	001
40	Catalogo Geral da Biblioteca Publica da Bahia (in-folio)			Bibliografia	001
41	Catalogo Methodico da Bibliotheca da Marinha			Bibliografia	001
42	Catalogo dos Livros da Bibliotheca do Instituto Historico e Etnographico Brasileiro (in-folio)			Bibliografia	001
43	Catalogo dos Livros á venda na livraria Luso-brasileira (in-folio)			Bibliografia	001
44	Catalogo dos productos Naturaes e Industriaes que figuraram na Exposição Nacional em 1861 (in-folio)			Obra de Referência	001 v.02
45	Catalogo dos mesmos				001

	productos remetidos das provincias (idem)			Obra de Referência	
46	O Chale de cachemira verde- comedia (in-folio)	A.Dumas e E. Sue		Ficção	001
47	Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques	M. Lopes Ferreira		Biografia	001
48	Chronica da companhia de Jesus do Estado do Brasil ((in-folio, truncada)	Padre Simão de Vasconcelos		História	001
49	Du Ciel et de sés Marveilles et de l'Enfer d'apress ce qui a ele entendu et vu par Emmanuel Swedenborg, traduit du latim (in-folio)	J. F. E. Le Boys dês Guays			001
50	Cathecismo para uso dos parochos			Religião	001
51	Du Climat et dês maladies Du Bresil	J. T. X. Sigaud		Geografia do Brasil	001
52	Codigo do bom-tom	J.I. Roquette		Conduta social	001
53	Colleção Preciosa da Maçoneira Adonhiramita			Maçonaria	001
54	Colleção dos Breves Pontificios e Leis Regias			Legislação	001
55	Collecion de Leys y Derechos de la Republica Oriental Del Uruguai	A.T. Caravia		Direito	001
56	Colleção de Tratados, Convenções, Contractos e Actos públicos, entre a Corôa de Portugal e outras potências (in-fólio)	J. P. Borges de Castro		Legislação	001 V.4
57	Colleção Preciosa da Maçoneira Adonhiramita (in-fólio)			Maçonaria	001 v.14
58	Cerimonias Mason de Montevidéo (in-fólio)			Maçonaria	001
59	Contes Populaires	Boully			001
60	Corographia do Imperio do Brasil	Dr. A. J. de Mello Moraes; I.A. de Cerqueira e Silva	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Geografia	001

61	Corographia do Imperio do Brasil (truncada)	M.A. de Casal		Geografia	001
62	Historia, Cronographia, Genealogica Nobiliaria e Politica (in-fólio)	Dr. A. J. de Mello Moraes	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História	001 v.5
63	Corpo Diplomatico Portuguez (in-fólio, truncada)	Visconde de Santarem		Diplomacia	001
64	Correio Mercantil (jornal da Côrte)			Periódico	002 v.04
65	Correspondencia entre o M.P. Supr. Conc. da França e a dele Supr. Conc. Do Rito Esc Ant e Acc para o Imp. do Brasil ao Or da Bahia (in-folio)			Diplomacia	001
66	El Criterio Medico – Periódico de Homoeopatia official de La Sociedad Hahnemanniana Matritense (in-fólio)			Homeopatia	001
67	Cours de Droit Naturel (truncada)	Fritot		Direito	001
68	Cultura e Opolencia do Brasil	A.J. Antonil	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	História do Brasil	001
69	A Declaração da Maioridade de S.M.I. o Senhor D. Pedro Segundo (in-folio)		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Legislação	002
70	Deducção Chronologica e Analytica (in-folio)	J.D.S. da Silva			001 v.03
71	Defeza do Dr. Laurindo José d'Almeida (in-folio)	Dr. A.C.R.A. Machado e Silva		Direito	001
72	El Derecho de Gentes (in-folio)	Mr. Vattel		Direito	001 v.04
73	Novo Diccionario Portuguez-Allemao e Allemao-Portuguez	J.D.Wagener		Obra de Referência	001 v.02
74	Diccionario Historico (truncada)	Dom Joseph de Miravel Casadevante		Obra de Referência	001 v.09
75	Dictionnaire des	J.H.M. Violette		Obra de	001

	Analyses Chimiques	et P.J. Archambault		Referência	V.2
76	Dictionnaires de Medicines	Dr. Fabre		Obra de Referência	001 v.08
77	Dictionnaire Geographique	Vosgien		Obra de Referência	001
78	Dictionnaire Grec Français	C. Alexandre		Obra de Referência	001
79	Die Martius Medaille (in-folio)				001
80	Discurso Historico Pronunciado no dia 29 de Setembro de 1858 por ocasião de solemnisar-se a posse dos GGR. Officiaes Dignitarios que compõem o Grande oriente do Brasil (in-folio)	Dr. A.J. de Mello Moraes		Discurso	003
81	Discurso Recitado na Sessão d'Assembleia Geral da Sociedade Agricultura, Commercio e Industria da Bahia, no dia 31 de janeiro de 1736 (in- folio)	M. Calmon du Pin e Almeida		Discurso	001
82	Discurso contra a liberdade de Imprensa no Brasil, feito perante o jury da Côte (in-folio)	Dr. Carlos A. Busch Varella		Discurso	008
83	Discurso Dito	A.Fernandes da Costa		Discurso	001
84	Discurso Recitado por ocasião da posse das GG. Dignidades e officiaes d'Administração d Sapient Grande Loja Central, em 14 de junho de 1865 er. vul. (in-folio)	R.M. Azamar		Discurso	001
85	Discurso Maçonico (in-folio)			Maçonaria	001
86	Discursos Sagrados (in-folio)	Conego Joaquim do Monte Carmello		Discurso	001
87	Dissertação a favor da Monarchia	Marques de Penalva		Monarquia	001
88	Doctrine Homoeopatique	Hahneman		Homeopatia	001
89	Doctrine Sociale	J.B. Bonnin		Sociologia	001
90	Doctrine Médicale	Sepelletier			001

				Medicina	
91	Doutrina Social, extrahida de vários Auctores (in-folio)	Dr. A.J. de Mello Moraes			
92	Documentos Officiaes Relativos á Exposição Nacional de 1861 (in-folio)	CUNHA, Antonio Luiz Fernandes (Org.).		Obra de Referência	001 v.02
93	Documentos Relativos a La pacificacion de la Republica (idem)			História	005
94	Documentos Officiales Justificativos contra las acusaciones de las Camaras Brasileiras (in-folio)			Política	001
95	Doze proposições sobre a legitimidade Religiosa da vedadeira Tolerancia dos Cultos (in-folio)	Ephraim		Religião	001
96	Del Eltreçité et tu Magnetisme	Becquerel		Engenharia	001
97	Elementos de Historia	P. de S Castello-Branco.		História	001
98	Elementos de Literatura	Dr. A. J. de Mello Moraes		Literatura	001
99	Elementos de agriculturé ou Leçons d'Agriculture Appliquées au Departement d'elle et Vilaine	J.Bodin		Agricultura	001
100	Elements de La Science Du Droit (truncada)	P. Lepage		Direito	001
101	Elementos de Legislacion Natural	Perreau		Direito	001 v.02
102	Elogio do Dr. A.R. Ferreira	J.M. da Costa e Sá			001
103	Elucidário das palavras etc	Fr. J.Santa Rosa de Viterbo		Obra de Referência	001
104	Encyclopédie	M. Le Chevallier de La Marck		Obra de Referência	001 v.03
105	Eneida de Virgílio (truncada)	A.J. de L.Leitão		Ficção	001 v.02
106	L'Eneide	Clemente Bondi		Ficção	001 v.02
107	Ennumeratio Phantarum (truncada)	C.S. Kunth			001
108	Ensaios sobre a	Nollet			001

	eletricidade dos Corpos			Ciência	
109	Ensaio Politico sobre la Nueva Espana	A.de Humboldt		Política	001 v.05
110	Ensaio sobre a Regeneração das Raças Cavallares do Imperio do Brasil	Burlamaqui		Zootecnia	001
111	Ensaio critico sobre a viagem do Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield (in-folio, truncada)	A.D. de Pascual (Adadus Calpe)		Relato de viagem	001
112	Epithome Historiae Sacrae	Lhomond			001
113	Estatistica Ecclesiastica			Estatística	001
114	Estatutos do Instituto Historico da Bahia (in-folio)			Legislação	001
115	Estatutos da Sociedade propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (in-flio)			Legislação	001
116	Estatutos da sociedade Caridade de S. João Evangelista da cidade da Parahyba do Norte (in-folio)			Legislação	001 v.02
117	Estatutos e Regulamentos Geraes da ordem Maçonica de Portugal (idem)			Maçonaria	001
118	Exame de Bombeiros	J.F.Pinto Alpoim		Conhecimentos Gerais	001
119	Examen de quelques points de l'Histoire géographique du Bresil (in-fólio)			Geografia do Brasil	001